

*Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável*

GÊNERO E SUSTENTABILIDADE NO CERRADO GOIANO

Verônica Lima da Fonseca Almeida
Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, abril de 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GÊNERO E SUSTENTABILIDADE NO CERRADO GOIANO

Verônica Lima da Fonseca Almeida

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof. Dra. Leila Chalub Martins - Universidade de Brasília

Brasília-DF, abril de 2010

Ficha Cartográfica

ALMEIDA, Verônica Lima da Fonseca

Gênero e Sustentabilidade no Cerrado Goiano

Brasília, 2010.

165 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Grupos familiares
2. Tradição
3. Modernidade

É concedida á Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Verônica Lima da Fonseca Almeida

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL
LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

GÊNERO E SUSTENTABILIDADE NO CERRADO GOIANO

Verônica Lima da Fonseca Almeida

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Leila Chalub Martins – Centro de Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília – Orientadora

Ellen Fensterseifer Woortmann – Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

José Luís Franco – Centro de Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília

Doris Aleida Villamizar Sarayago – Centro de Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília – Suplente

Brasília-DF, abril de 2010

Dedicatória

A todas as pessoas com quem convivi em São João D'Aliança.
Dedico, em especial, a Dona Erondina, a mulher do doce, do quintal, da costura e do sorriso que guardo na minha memória.

Agradecimentos

Para mim este momento é muito especial, pois busquei na memória e no coração informações preciosas sobre as tantas pessoas que estiveram presentes e colaboram, seja de longe seja de perto, com o resultado do que foi produzido nesta dissertação.

Agradeço a Deus por permitir viver este momento de descobertas, pesquisa, construção e conquista.

Agradeço a minha mãe, Maia José Costa que, como tantas outras mulheres separadas, batalhou sozinha para criar os filhos. Bem como, as minhas irmãs Inalda, Guia, Lêda e ao meu irmão Cristovão por acreditarem em mim.

Sou sinceramente grata a Roberto Alves de Almeida, meu esposo, companheiro, pai e homem por quem tanto tenho amor, paixão, carinho, respeito e zelo pelos momentos que temos vivido juntos. Reconheço que sua atenção, credibilidade e generosidade influenciaram meus passos neste percurso. A sua força e compreensão diante de minha ausência e presença foram relevantes neste e em todo o processo.

Sou muito grata a minha filha Isabela por muitas e muitas vezes questionar minha falta de atenção para com ela, brigar para que os livros não fossem mais importantes que ela, lamentar que eu não poderia mais ser só para ela. Ela muitas vezes colocou o caderno ao meu lado. Ela tantas vezes roubou-me o pensamento com seus desenhos de passos de dança de balé. Também foi companheira e enquanto eu escrevia, ela também estudava sua tarefa do 2º ano, dizendo que “o importante é estar junto, então eu estou aqui.”

Ao meu filho Henrique que crescia na barriga enquanto eu escrevia.

A minha orientadora, Leila Chalub Matins, por ter me levado a São João D’Aliança, por ter me recebido, me ouvido, me entendido e acreditado em mim e na minha pesquisa, sem ter certeza do resultado. A Leila que me acompanhou durante o percurso do curso, em momentos difíceis que teve que enfrentar, mesmo assim não desanimou, vibrou, torceu e lutou para que a qualificação saísse tudo bem. Ficou feliz e acompanhou momentos de busca para apresentação de trabalhos. Também, falou a meu favor, quando foi preciso, sorriu e me acalmou quando foi necessário. Por tudo isto e outros mais, sou muito grata a esta pessoa, educadora e pesquisadora.

Sou grata também as pessoas de São João D’Aliança. As pessoas com quem convivi e vivi momentos diversos expressos pela memória das lembranças vividas e o recorte da visão do presente. A Dona Erondina, Liana Ramos, Joaquim Ramos e Joaquina Ramos, Almir, Maria Níla e Euvina Crisostomo, Kinquinha, Valdete e Maria Helena (PA Mingau), Joaquina Teles, Rosário, Rufina e João Sizervisk, Chico Onça e sua esposa Euvira, Maria e José Severo, Eloy Domingues, Euvira (Dona Gorda), Maria Teles, Josilene, Joinha e Kiko e outros com alegrias, sorrisos.

Aos amigos que me acompanharam e compartilharam comigo e minha filha Isabela o processo de pesquisa em São João D’Aliança. Sou grata ao casal Joizes Severo da Costa (Joinha) e Joaquim Teles de Faria (Kiko) juntamente com suas filhas Abigail, Susana, Rebeca e Raquel por nos receber muitas vezes em sua casa, acompanhar, marcar entrevistas e acompanhá-las em muitos momentos. A senhora Fadinha Fernandes que tanto riu e me acompanhou em alguns momentos, sempre com muita alegria. Ao Almir que no início desta pesquisa indicou, me acompanhou e fez questão de contribuir no que pode para que eu conseguisse ter êxito no levantamento dos dados. A Josilene que me escutava sempre com muita atenção, enquanto comia seu pastel maravilhoso.

Ao Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS, o qual ofertou formação

curricular e possibilitou a minha participação em eventos científicos onde pude apresentar um pouco desta pesquisa. Sou grata ao Antonio, a Ana Paula, a Nilda e ao Willian por sempre me receberem muito bem e colaborarem gentilmente nos diversos momentos em que precisei da Secretaria do CDS.

Agradeço a professora Ellen Woortmann que desde a primeira idéia deste projeto de pesquisa apostou que poderia dar certo e indicou-me livros, dissertações e outros trabalhos que contribuíram no processo. Bem como, em alguns momentos também foi um ombro amigo.

A professora Izabel Zaneti, por ter sido sua aluna, por me fazer pensar na minha ação em campo e no uso da metodologia, por sua alegria, companheirismo e ombro amigo nos momentos de aflição. Também agradeço a professora Fátima Makiuchi por suas aulas de muita alegria e um olhar crítico a cada leitura e discussão juntamente com o professor Frederic Mertens por questionarem o projeto, levantarem dúvidas e darem sugestões. Professores Drummond, Marcel, Saulo, José Luis e a professora Laura Duarte por proporem leituras e discussões significativas neste mestrado durante as aulas.

A Professora Maria Helena Carneiro que durante aulas como aluna especial procurou demonstrar o valor da pesquisa de campo para o pesquisador. Também a bióloga e amiga Lúcia Meireles que estimulou-me a ingressar como aluna especial no mestrado e com quem também tenho dividido muitos momentos de persistência e alegria desde que cheguei no Distrito Federal.

A Emma Siliprand que durante seu doutorado contribuiu muito com dicas, indicação de textos, estudos sobre gênero, nosso tema comum, deu-me muita força, tudo virtualmente.

As minhas companheiras do mestrado acadêmico da linha de Educação Ambiental da turma 2008, em especial a Rhêmora pelo carinho e pelos momentos que temos vividos entre os desafios e as alegrias desde que iniciou o curso, e a Giseli pelo carinho que sempre teve comigo.

As minhas amigas Osanete Medeiros, Lís Barreto, Denise Persílio e Sueli Castro com quem partilhei com muito carinho deste mestrado antes deste se tornar real, tendo acompanhado e vibrado muito comigo por esta conquista.

Agradeço também a Natalina, Ivaneck, Julio, Eliana, Amanda Xavier, Teresinha Sales, Irdonete e aos meus cunhados Luís e Cesar Almeida por acreditarem no sucesso deste investimento científico.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo apoio financeiro para realização desta dissertação.

RESUMO

Gênero e sustentabilidade no cerrado goiano é uma dissertação que trata da tradição e da modernidade presentes na vida de vários grupos familiares residentes no núcleo urbano do município de São João D'Aliança que fica localizado na região do nordeste do Estado de Goiás. Estes grupos familiares tradicionais são pessoas que nasceram no município, na região ou vieram de Minas Gerais e de outros Estados antes de 1960, tendo a agricultura de subsistência como a principal forma de sustento familiar. O objetivo geral da pesquisa foi de analisar como as relações de gênero foram alteradas pelos processos de mudanças sociais e ambientais ocorridas ao longo do tempo no interior dos grupos familiares tradicionais. Adota a abordagem teórica interdisciplinar, amparada principalmente nos estudos antropológicos, sociológicos e ambientais, seus principais focos de discussão. A pesquisa etnográfica foi utilizada com levantamento da memória dos mais velhos, através de entrevistas (gravadas e transcritas) e observações cotidianas no interior de suas residências, nas reuniões do Projeto Mulheres das Águas e em outros momentos. Iniciou-se em 2007, prosseguindo em 2008 e 2009. Os resultados demonstram que, de fato, o modo de vida dos grupos familiares tradicionais foi alterado: muitos deixaram de produzir por terem perdido suas terras, seja por venda forçada, simbólica, ingênua, seja ainda por arrendamento para os grandes proprietários das fazendas modernas. A agricultura mecanizada trouxe a principal transformação no cenário ambiental, com o desmatamento para uso da terra; e social; com o desemprego e os empregos temporários, hoje, as oportunidades mais comuns dos lavradores locais. Com isto muitos estão morando na parte urbana, sendo que os homens têm ficado na maior parte do tempo desempregados e as mulheres é que tem sustentado a casa com trabalhos precários. Por outro lado, muitas mulheres estão procurando seus direitos em função da política pública específica, mas estas sentem que a falta de informação e assistência a mulher ainda é um problema. Também se verificou que muitas mulheres entendem que a degradação ambiental interferiu na sua produção: foi reduzida sua ação no quintal, na roça e no uso dos recursos naturais próprios do cerrado goiano.

Palavras-Chave: grupos familiares, tradição, degradação ambiental, modernidade, mulher

ABSTRACT

This is an essay about the tradition and modernity that are present in the life of several familiar groups who live at the urban center of São João d'Alcântara located in the region of north-eastern in the state of Goiás. The people who make part of those familiar groups were born either at the urban center of São João d'Alcântara, in the proper region or coming from Minas Gerais and other States before 1960, having as the main way of survival the agriculture. The aim of this research was to analyse how their life has been altered by the process of social and environmental change during the time inside of these traditional familiar groups. This essay also focuses, in theory, on social, environmental and also about anthropology of the region. The survey regarding the ethics of those people were based on memories of the oldest through interviews (recorded and written) as well as watching their life inside of their residence in the region of project Women of Waters and another moment. It began in 2007 extending to 2008 and 2009. The result, in fact, showed the way of living of those traditional familiar groups had been changed. Many stopped producing having lost their lands by being naive or even forced to sell it against their will to the owner of a modern farm. Due to deforestation and along with the arrival of modern agriculture both, was the main cause of environmental change. Regarding to social; unemployment and temporary jobs, today, are the only opportunities offered to local workers. Because of this, some moved in to the cities. There, the men do not find jobs easily spending the most of the time unemployed whilst the women have to support their family by working in lousy jobs. In the other hand, some women are looking for their rights, but because of lacking of information and support by the public service still is a problem to them. In addition, some women still think that the damage in the environment has affected its production: This, has caused major reduction in their backyard, in the farm and has also affected the natural resources in the cerrado goiano.

Key Word: family groups, traditional, environmental degradation, modernity, women

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografias 1 - Moradores de São João D'Aliança entrevistados na pesquisa	31
Fotografias 2 - Acervo familiar da senhora Fadinha Fernandes	31
Fotografia 3 - Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil	33
Figura 1 - Mapa do Estado de Goiás situando o município de São João D'Aliança	41
Fotografia 4 - Planta urbana da sede do município no período de 1989/92	51
Imagem 1 - Certidão do loteamento urbano da fazenda Olhos D'água 2004	52
Imagem 2 - Certidão do loteamento urbano da fazenda Olhos D'Água 2005	53
Fotografia 5 - Tipo de fossa padrão na cidade	56
Fotografias 6 - Moradores de São João D'Aliança e seus instrumentos de trabalho	57
Fotografia 7 - um olhar entre a cozinha e o quintal	58
Ilustração 1 - Representação social do homem	60
Ilustração2 - Trabalho masculino na fazenda	61
Ilustração 3 - Representação social da mulher	62
Ilustração 4 - Trabalho da mulher	64
Ilustração 5 - Usos da terra na fazenda	65
Ilustração 6 - Trabalho do homem na terra de posse	67
Ilustração 7- Trabalho do homem na terra de posse	68
Ilustração 8 - Trabalho da mulher na terra de posse	69
Ilustração 9 - Espaços compartilhados por homem e mulher na terra de posse	70
Ilustração 10 - Trabalho masculino na pequena propriedade	73
Ilustração 11 - Trabalho feminino na pequena propriedade	73
Ilustração 12 - Espaço de trabalho da família na pequena propriedade	74
Fotografia 8 - Fogão a lenha	77
Fotografias 9 - Proteção contra a chuva feita de palha de buriti	78
Fotografias 10 - Colheita do milho e usos da palhada	79
Fotografias 11 - Trabalho de escultura em madeira do artista Joaquim Teles de Faria	79
Ilustração 13 - A relação do homem e da mulher com a natureza	82
Ilustração 14 - Relação do homem e da mulher com a natureza	83
Fotografias 12 - Um pouco da cozinhas em São João D'Aliança	85
Fotografias 13 - Um olhar para a modernidade entre a tradição	86
Fotografias 14 - Pedra do mineral manganês	88
Fotografias 15 - Produtos da propriedade da senhora Maria Teles	99
Ilustração 15 - Modelo de uma fazenda moderna	107
Ilustração16 - Quadro de funcionários de uma fazenda moderna	108
Ilustração 17 - Divisão por sexo dos empregados da fazenda moderna	108
Ilustração 18 - Tipos de trabalho em uma fazenda moderna	110
Fotografias 16 - Antigo curral da pequena propriedade da senhora Maria Teles	115
Fotografias 17 - Animais de pequeno porte da Propriedade da Senhora Maria Teles	116
Fotografias18 - Cozinhas na atualidade	122
Fotografias 19 - Orquídeas em São João D'Aliança	124
Fotografias 20 - Orquídeas de São João D' Aliança no quintal	125
Ilustração 19 - Funcionamento do Projeto	130
Ilustração 20 - Participação de homens e mulheres no projeto	131
Ilustração 21 - Formas de participação de homens e mulheres no projeto	133
Fotografias 21 - Diversos recursos produzidos pelas mulheres em seus quintais	144

LISTA DE TABELA

Tabela 1: População do município

96

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE TABELA	
INTRODUÇÃO	12
1 A TRADIÇÃO	31
1.1 O CERRADO GOIANO E A REGIÃO INVESTIGADA	31
1.2 ORIGEM E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA	40
1.2.1 A característica rural tradicional	45
1.2.2 O princípio de mudança	47
2 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NA TRADIÇÃO	58
2.1 A FAZENDA: O MODELO IDEAL	58
2.1.1 A fazenda: o lugar do homem e da mulher na economia de subsistência	60
2.2 A TERRA DE POSSE: UM MODELO ADAPTATIVO AO SEU ESTADO DE POBREZA	66
2.3 A PEQUENA PROPRIEDADE: UM GRUPO MUITO POBRE E A AUSENCIA DO HOMEM	72
2.4 O MEIO AMBIENTE E AS PRÁTICAS TRADICIONAIS DOS GRUPOS	76
2.5 RELAÇÃO DE HOMENS E MULHERES: A NATUREZA E A CULTURA	79
3 A MODERNIDADE E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES	86
3.1 O PROGRESSO: O PROCESSO DE PERDA DE TERRAS E AS EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO LOCAL	92
3.2 O PROGRESSO E OS PROBLEMAS SOCIO – AMBIENTAIS	103
3.3 AS FAZENDAS MODERNAS	106
3.4 A MUDANÇA NOS ESPAÇOS E NOS PAPEIS DE GÊNERO	111
3.4.1 As Fazendas	111
3.4.2 A terra de posse	113
3.4.3 A pequena propriedade	114
3.5 A MODERNIDADE E A MULHER	116
4 A QUESTÃO AMBIENTAL E O PROJETO DE EXTENSÃO	125
4.1 O PROJETO MULHERES DAS ÁGUAS	128
4.2 AS MULHERES DO PMA E SUA VONTADE DE MUDAR A REALIDADE	138
CONCLUSÃO	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

INTRODUÇÃO

Quando fui a São João D'Aliança pela primeira vez presenciei um momento de muito trabalho e envolvimento de pessoas de todas as idades para realizar a feira cultural. A presença de mulheres e de homens comprometidos com o Projeto Mulheres das Águas foi marcante, sendo que as mulheres se destacavam nas varias atividades desde a venda de pratos típicos como a galinhada, arroz com pequi, doces, bolos, artesanatos e dentre outras. Algum tempo depois, fui a campo e participei de algumas reuniões do projeto. Nessas, verifiquei que homens e mulheres participavam e buscavam desenvolver uma ação através de projetos comunitários como, por exemplo, um curso de capacitação para a produção de bolsa com palha de milho ou buriti no intuito de produzir e vender, ou seja, buscavam resolver um problema econômico e social, a pobreza. Participei de varias reuniões, mas ainda não sabia o que iria de fato investigar, e com o tempo comecei a pensar por que pessoas camponesas de varias idades deixavam suas casas no final de semana para participar de reuniões que tratavam dos problemas locais? Ora, há uma prefeitura que deveria assumir isto! Foi a partir daí, que levantei as seguintes questões: que população é esta? Como as pessoas se organizaram em seu modo de vida? Qual a sua história e o que teria afetado o cotidiano destes lavradores? Com estas questões iniciei o trajeto de entrevistas e observações.

Uma das primeiras entrevistas foi com uma senhora que fazia doce, Dona Erondina. Ela residia numa pequena propriedade desde que se casou, tendo o quintal como principal lugar para plantar e colher o sustento dos filhos, enquanto o marido trabalhava na fazenda como, um vaqueiro viajante (empregado) ficando maior parte do tempo no trabalho.

Ao conhecer um pouco da vida dessa família, pela narrativa da mulher, pensei sobre os demais grupos tradicionais e que tipo de mudança teria ocorrido com eles, já que a agricultura mecanizada está aos poucos substituindo as antigas práticas de produção de agricultura familiar.

O problema foi levantado a partir da seguinte pergunta: como as transformações sociais e ambientais têm afetado as relações de gênero em São João D'Aliança? Isto porque durante a pesquisa observei que no modo de vida tradicional a família é a principal forma de organização social que se mantém por laços de parentesco e relações de trabalho, onde o comportamento de cada membro, masculino ou feminino, adulto e crianças, em muitos casos, expressa por padrões definidos. A família tende a se organizar e reproduzir padrões e atividades de subsistência referentes aos modelos dos seus antepassados. Foi necessário, assim, compreender o modo de vida tradicional a partir de três grupos familiares que foram identificados como os mais velhos (grupos da fazenda, da posse e da pequena

propriedade) e que possuem em sua essência traços e costumes que delineiam a tradição local. Identificam-se como os mais antigos e mantêm consigo parte das práticas como: a alimentação, as relações familiares, o trabalho, as manifestações culturais, os eventos religiosos e dentre outros. No processo de investigação, foi possível entrevistar alguns membros da família, alguns filhos, que vivenciaram muitos momentos com os pais, sendo possível inserir visões de uma geração a outra sobre o passado e o presente. A partir daí, procurou-se compreender tanto as antigas ações dos grupos familiares verificando as relações de gênero, bem como as práticas sociais modernas.

Embora já haja estudos voltados para investigar a questão gênero, estes geralmente situam principalmente a mulher. Entretanto, o gênero, enfatizando as relações familiares, ainda é pouco investigado. Por isto procurou-se tratar da questão para entender como as relações familiares são alteradas em meio às transformações da modernidade. Diante deste contexto entende-se que outros papéis sociais podem emergir alterando a posição social tanto do homem como da mulher e dos filhos.

A palavra gênero está de alguma forma relacionada ao movimento feminista que tem questionado a posição da mulher na sociedade ao longo do tempo.

O movimento feminista e o movimento ecológico (ou ambientalista) envolvem o desenvolvimento de práticas e visão de mundo que se opõem ao modelo de dominação da natureza e da mulher (Warren, 2009). Estas práticas tem se configurado no mundo como um conjunto de filosofias com diferentes visões da natureza através de produção escritas ou ações de ativistas no movimento feminista e ambientalista.

Mas foi Francoise D'Eubonne (1974) que introduziu o termo ecofeminismo em 1974, depois vieram outras produções (Griffin, 1978; Merchantes, 1980; entre outras) onde geralmente fazem a conexão entre a destruição da natureza e a dominação das mulheres em meio ao modelo capitalista. Assim a aglutinação entre questões femininas e de meio ambiente foi sendo discutida em função dos problemas ambientais que atingem a todos e das questões envolvendo a mulher. Entretanto a questão de gênero e de meio ambiente são questões emergentes e por isto fazem parte da discussão acadêmica e da política pública, estando voltada principalmente para os conflitos e violência que a mulher tem sofrido seja no espaço privado ou público. A aglutinação do tema gênero e meio ambiente tem sido realizado no meio acadêmico tanto é que a literatura especializada tem desenvolvido análise dos tratados e documentos oficializados em conferencias e acordos internacionais e nacionais, assim como o envolvimento da mulher nos movimentos ambientais. Este estudo é relevante por que busca compreender as vivências e os problemas socioambientais que atinge a vida dos grupos familiares, analisando os papéis associados ao homem e a mulher diante do acesso e relação que têm com o meio ambiente. O homem na maioria das vezes

esteve associado à cultura e a mulher a natureza.

Para Sherry Ortner (1979) a sociedade tende a associar o homem à cultura (ação/transformação) e a mulher a natureza (objeto), como uma tendência universal. Ou seja, a estrutura social estaria projetando o masculino à cultura e o feminino a natureza, sendo que as ações do homem estariam sempre em destaque em relação às ações da mulher. Nos estudos atuais sobre meio ambiente verifica-se que o modelo de desenvolvimento está sendo criticado por degradar o meio ambiente a vida de homens e mulheres (Shiva: 1988; Agarwal 1997). Na Índia a ecofeminista Vandana Shiva (1993) tem questionado severamente o modelo de desenvolvimento capitalista, por estar impactando negativamente a vida de muitas mulheres que vivem da produção rural, além de provocar a degradação ambiental. Na literatura especializada a posição ecofeminista reflete diferentes formas de compreensão (histórica, estrutura social, diferença biológica, racionalidade científica ocidental, simbólico, dentre outras) da natureza e subordinação da mulher, mantendo um debate comum de que há uma dominação da natureza e da mulher. A conexão entre a natureza e a mulher é tratada por Mellor (1997) como ecofeminismo, tendo origem desde os anos 70 com movimentos sociais, os quais criticavam a vida moderna, bem como as políticas de progresso e o sistema econômico por não estarem inserindo a mulher nos espaços políticos e sociais. A participação da mulher em movimentos ambientalistas no Brasil é descrita por Castro e Abramovay (1997), que destacam a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, como o principal momento de elo entre o ambiental e o feminismo.

A questão ambiental tem sido de fato preocupante no mundo, e mobiliza a sociedade a lutar contra problemas como poluição, degradação ambiental, pobreza, aquecimento global e outras questões que estão presentes em nível regional e internacional. A preocupação envolvendo o ambiente, os problemas envolvendo gênero, trabalho, saúde, educação, recursos hídricos e aumento da urbanização tornam-se cada vez mais complexos. Esta e outras questões foram discutidas na conferência Rio-92 que conseguiu reunir discussões sobre vários problemas no intuito de buscar soluções sustentáveis para toda sociedade, inclusive a questão da mulher, por ela estar em constante relação com o manejo dos recursos naturais, assim como o homem.

Mas há um destaque significativo no capítulo 24 da Agenda 21 para que haja uma ação mundial pela mulher com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo em todas as atividades relativas ao desenvolvimento, em especial, a participação da mulher no manejo dos ecossistemas e no controle da degradação ambiental. Assim Agenda 21 sugeriu um plano de desenvolvimento sustentável em que não apenas situam questões pontuais do meio ambiente, mas também questões sociais. Além disto, o *Planeta Fêmea* surge de forma

marcante nesse momento de mobilização tornando-se um espaço voltado para divulgar questões referentes às mulheres e ao meio ambiente. Conforme Silipland:

O Planeta Fêmea foi organizado por um comitê internacional formado em 1990 em Nova Iorque, com o apoio da *Women's Environment and Development Organization - WEDO*; em 1991, como preparação para a Eco-92, foi realizado em Miami um Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável, com a presença de 1500 mulheres de várias partes do mundo. O Planeta Fêmea conseguiu ser um ponto de encontro de feministas de diversos matizes, do norte e do sul, ecologistas, ambientalistas, grupos de base, acadêmicas, militantes políticas, e realizou eventos praticamente sobre todos os temas que estavam em discussão na conferência oficial (SILIPLAND, 2009, p. 83).

Assim entende-se que o Planeta Fêmea não foi apenas um espaço de debate, mas também um canal de reivindicação que conectou as discussões sobre meio ambiente e as questões da mulher. Desse modo, o tema gênero e meio ambiente tornou-se mais evidente. Em 2003, ocorreu a Oficina Gênero e Meio Ambiente, financiada pelo DFID e pelo UNIFEM, realizada em Brasília, com a participação de organismos internacionais e nacionais. Na atualidade, a questão gênero tornou-se mais presente no campo acadêmico, nas propostas políticas, no movimento social, no campo ambiental entre outros.

Entretanto, as discussões não centram apenas nos problemas femininos, enfatizam situações envolvendo o homem e a mulher, já que ambos têm comportamentos, percepções, valores e ações diferentes em relação ao meio ambiente. Neste sentido, Sawyer (2003) pontua questões referentes à sustentabilidade ambiental e social devendo estas ser articuladas em planos de desenvolvimento. Para este autor, o que gênero e sustentabilidade têm em comum é uma visão do mundo mais horizontal, menos hierárquica ou vertical, um e outro buscam qualidade de vida e meios sustentáveis. Assim também, homens e mulheres, embora tenham suas diferenças, lutam por direitos ao meio ambiente; a saúde; educação; moradia, saneamento, trabalho, ou seja, buscam condições sustentáveis para sobreviver com sua família. Para Fonseca (2007) a questão de gênero no âmbito da família tem sido um campo pouco explorado. A autora faz uma crítica a falta de interesse de pesquisadores para investigar a família e procura demonstrar por meio de análise comparativa alguns estudos desenvolvidos e suas contribuições, tentando apresentar esse universo temático como um campo complexo e pouco explorado. O antropólogo Klass Woortmann (1987) investigou em Salvador, no Estado da Bahia, que o modo de vida tradicional ainda vigorava nesta cidade mesmo estando presentes vários contextos da modernidade. Já Pimenta (2006) investigou sobre as mudanças na vida de homens e mulheres com a criação do assentamento de reforma agrária no Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais, onde verificou que houve mudanças significativas nas relações de gênero em

função da participação destes em reuniões e atividades do sindicato dos trabalhadores rurais, isto por que houve uma ampliação do espaço social.

Estas e outras questões ocorrem com muitos grupos familiares do meio rural e são raramente estudadas sob a perspectiva das relações de gênero e da sustentabilidade. Mas há um consenso de que o meio rural e sua população têm sofrido muitos impactos sociais e ambientais em meio às mudanças no modo de produção artesanal para o mecanizado, que é projetado como um modelo de vida moderna.

A Revolução Verde é um programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio de melhoramentos genéticos de sementes, uso intensivos de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. Segundo Sunkel (1981) na América Latina a Revolução Verde foi impulsionada pelo modelo de desenvolvimento capitalista no campo e pela ação do Estado.

Lá dinámica de la penetración capitalista com el modelo tecnologico descrito se há traducido em la desarticulacion del sistema latifúndio-minifúndio. La falta de trabajo há impulsado campesinato a emigrar a las áreas urbanas y a la frontera agropecuária, o bien lo há obligado a permanecer em sus prédios, provocando una mayor sobre explotacion del suelo (SUNKEL, 1981:65).

No México também a agricultura mecanizada tem ocupado grandes áreas nem sempre apropriadas ao modelo tecnológico da agricultura moderna. De acordo com GOMES; GARCIA; ESTRADA (2005, p. 7) ao tratarem sobre a alimentação no México estas compreendem que a política alimentar deu um giro radical ao abandonar a meta de auto-suficiência e apostar na agricultura moderna através do intercambio comercial. No Brasil, as mudanças mais significativas no meio rural ocorreram nos anos 60 e 70 com a Revolução Verde difundida pela economia norte-americana com objetivo de aumentar a produção e produtividade agrícola no mundo.

O país aderiu ao pacote tecnológico, a partir de 1960 o desenvolvimento capitalista no campo foi uma realidade, ganhando destaque à tecnologia no campo. A agricultura brasileira passou a exercer atividades baseadas na utilização intensiva do capital, tecnologia e informação (MILHOMEM, 2006).

Desse modo, houve um processo de modernização na agricultura com uso de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, ou seja, outra lógica foi introduzida no sistema de plantio. Com isso, o modo de produção artesanal tem sido substituído ou visto como algo arcaico e atrasado. Isso tem afetado não só os recursos naturais, mas também as relações entre homens e mulheres em meio a sua sobrevivência naquele espaço.

Por outro lado, a população rural tradicional que sempre viveu da agricultura de

subsistência, tem sido excluída desse processo de modernização. Além disso, nas regiões onde houve a modernização a população local também não tem tido acesso as condições de saúde, educação, trabalho e outras oportunidades. Estudos sobre a modernização agrícola em países periféricos têm identificado a desvalorização da agricultura de subsistência e do trabalho doméstico, alertando a respeito das políticas de desenvolvimento rural e seus resultados negativos. A implantação da agricultura moderna desvalorizou o antigo modo de produção, o que tem conduzido muitas famílias a buscarem a vida urbanizada. Em função disso, as condições de vida de homens e mulheres ficam alteradas e vulneráveis a constantes conflitos, pobreza, fome, desemprego e dentre outros.

Kandiyoti (1986) analisa a mulher no espaço de produção rural tecendo uma comparação de casos da África, Ásia, América Latina e Oriente Médio. Para a autora as mudanças na unidade doméstica rural mediante a modernização da produção agrícola está desvalorizando a agricultura de subsistência. GOMES; GARCIA; ESTRADA, ao analisarem como o tema alimentação tem sido estudado no México (2005) estas argumentam que a alimentação tem sido um assunto do Estado, já que há investimentos por parte da política pública Mexicana para implementação da mecanização agrícola, também verificaram que falta estudos voltados de alimentação com o enfoque de gênero.

Woortmann (1992) ao analisar as mudanças ambientais ocorridas em função do desenvolvimento local no litoral do Rio Grande do Norte-Brasil, verifica que a mulher perdeu seu espaço de trabalho e isto afetou a sua identidade social.

Assim entende-se que um dos principais problemas é o modelo econômico proposto por ser bem distinto da prática do camponês tradicional, o que termina excluindo o pequeno produtor rural e sua família desse processo. Sachs (2004) tem discutido o desenvolvimento na América Latina e também tem observado que o modelo adotado tem sido excludente e insustentável ao não inserir a população local no plano de desenvolvimento. Esta relação entre desenvolvimento rural e gênero é abordada por Agarwal (1997) que entende as relações entre homens e mulheres como resultado também de processos econômicos. São construídas de práticas e ideologias na interação com outras estruturas da hierarquia social pertencentes ao grupo. Logo, a mudança no modo de produção rural altera as relações de gênero.

Neste sentido, entende-se que as relações que foram constituídas, por homens e mulheres, têm demonstrado que se trata de uma repetição embora possa haver renovações dos papéis sociais que seus antepassados exerceram em meio ao trabalho, a família e ao meio ambiente. Trata-se de relações de complementaridade, onde o papel masculino é dominar as atividades envolvendo roça (espaço público) e o feminino a casa (espaço privado). Este modo constitui, não apenas um saber, uma economia, mas também formas

de se relacionar, de se organizar e de convivência entre si. No entanto, tudo isto termina por ser desencaixado diante das mudanças que os processos de modernização agrícola têm trazido para alimentar uma economia internacional que propicia pouco ou nenhum benefício no interior de vários países, principalmente do hemisfério sul.

O processo de modernização agrícola se instalou no cerrado brasileiro modificando o cenário da biodiversidade e alterando o modo de vida das populações locais. No Estado de Goiás, onde esta pesquisa se desenvolveu, permeia uma visão de que o tradicional deve ceder ao progresso, à modernidade, a inovação para fortalecer a economia e a conjuntura política goiana. A destruição do cerrado é justificada para dar lugar ao progresso. Neste sentido, a população tradicional que sempre viveu da agricultura de subsistência está sendo afetada em seu sustento e sobrevivência. Esta desvalorização do bioma cerrado e da agricultura de subsistência tem sido verificada por Chalub-Martins (2005) em São João D'Aliança - GO, como impactante e resultando em degradação ambiental e social. É neste cenário particular que se busca compreender as mudanças que tem ocorrido e de que forma estas tem interferido na vida desta população.

O problema de pesquisa começou a ser investigado em 2007 com o desenvolvimento de pesquisa de campo com fins monográficos. Os momentos de contatos com a comunidade e a participação nas reuniões do grupo gestor no Projeto Mulheres das Águas propiciaram um olhar reflexivo ao tema e sua relação com os problemas locais.

Desta maneira, este estudo *justifica-se* primeiramente porque é uma investigação resultante da reflexão sobre a questão ambiental e de gênero, no contexto de um projeto de gestão ambiental, onde estão presentes lavradores que sempre viveram e reproduziram um modo de vida tradicional, alguns representantes comunitários de associações de artesanato, sindicato rural, prefeitura, do comércio, da igreja, entre outros. Partiu do envolvimento nos processos educativos não-formais, das leituras e observações sobre a participação de homens, mulheres e até famílias no projeto. Neste espaço político de discussão do projeto ficou entendido que estas pessoas têm motivos sérios para estar à frente de ações envolvendo a questão ambiental. A compreensão dos fatos foi se configurando com a pesquisa de campo através do contato e da escuta atenta a vida de homens e mulheres do município.

Foi a partir daí, que se percebeu a relevância deste estudo para o debate sobre gênero e sustentabilidade, pois estas são questões que se tornaram marcantes e parte da problemática dos dias atuais no campo ambiental, político, educacional e comunitário.

Gênero e sustentabilidade é um assunto que não se restringe apenas a mulher, tem haver com a sobrevivência, com a produção, com o consumo e a reprodução. Concordando com a visão de Sawyer (2003) gênero e sustentabilidade pode se integrar porque há pontos

comuns na busca por equilíbrio e respeito à vida. Por isto, entendeu-se que as relações entre homens e mulheres e sua integração com os recursos naturais em meio à produção e consumo da família foi significativo neste estudo por delinear uma abordagem pouco investigada no campo acadêmico.

Verificou-se que as transformações que atravessam a família brasileira têm inspirado o retorno ao estudo da temática família, mas o estudo em grandes cidades ainda é o foco mais comum. A categoria *famílias rurais*, foco da reflexão desta dissertação se refere, de forma genérica, àqueles que são destituídos de tudo aquilo que, na nossa sociedade, confere poder, riqueza e prestígio. Além disso, consagra um modo de vida profundamente relacionado às condições ambientais as relações de produção na luta pela sobrevivência do grupo. Como categoria social, as famílias rurais exerceram e exercem grande fascínio, sobretudo, no que diz respeito ao seu papel político e econômico de sociedades em desenvolvimento. No âmbito da literatura brasileira que estuda essas populações, muitas são as noções utilizadas na referência a tais famílias: *produtores rurais*, *pequenos produtores*, *agricultores familiares*. Mas, o que esses estudos privilegiam é a localização em segmentos sociais subordinados em nossa sociedade e o referencial de que são portadores de uma cultura própria, vis-à-vis ao reconhecimento estatístico da sua incomparável contribuição para a economia do país.

De acordo com Couto (2005), a família é a instância na qual se enraízam a divisão sexual do trabalho, a regulação da sexualidade, e a construção social dos gêneros. Assim, é importante analisar a constituição das famílias rurais de São João d'Aliança e seu movimento para o núcleo urbano, a partir do aporte conceitual de gênero e da análise das condições ambientais. Deste modo, a família é entendida como uma unidade econômica ocupada em reproduzir seus fatores de produção (Chayanov, 1987).

No entanto, verificou-se que muitas famílias perderam o espaço onde produziam e trabalhavam com os recursos naturais que faziam parte da sua produção e sustento familiar, colocando - os em um estado de pobreza vinculado ao consumo na unidade doméstica (Zaluar, 1994). Outra questão é que esta perda conduz a falta de condições básicas para viver, o que tem aumentado o êxodo rural, o desemprego, os conflitos familiares tornando as famílias cada vez mais vulneráveis a situações desestruturantes, de opressão e submissão. Os moradores entrevistados se identificam como lavradores (referencia a sua condição social, cultural e econômica relativa ao trabalho) e pobres (auto-relacionando ao estado de poucos bens materiais e econômicos).

A proposta deste trabalho é construir o entendimento da dinâmica interna a tais famílias, tentando compreender os vários fatores que têm interferido no modo de vida local ao se considerar que é importante o conhecimento das características sociais, culturais,

econômicas dessa população em particular. Bem como, este pode explicitar caminhos a serem superados por ações governamentais com políticas públicas para melhorar a vida das pessoas do meio rural. Também se compreende que processos de educação ambiental, seja formal, seja não-formal, devem agregar e enfatizar a perspectiva de gênero para garantir a sustentabilidade ambiental. Assim como buscar estabelecer processos formativos que promovam a equidade e esclarecimento quanto aos direitos sociais garantidos ao homem e a mulher no contexto de seu habitat mediante processos de gestão sócio-ambiental.

OBJETO DE ESTUDO, OBJETIVOS E HIPÓTESE

O objeto de estudo desta dissertação é os grupos familiares constituintes do modo de vida tradicional de São João d'Aliança com a prática de agricultura tradicional. Estes grupos familiares embora tenham constituído sua vida com o modo de vida rural, alguns com muita terra e outros com pouca, na atualidade estão vivendo no espaço urbano e ainda mantém muito do modo de vida tradicional. E embora o município esteja cada vez mais se tornando um espaço urbano com mercados, banco, farmácias, restaurantes, ainda mantém característica de um mundo rural não sendo por tanto uma grande cidade. Mas os grupos familiares estão residindo neste espaço urbano e alguns ainda procuram o meio rural para reproduzir o modelo de subsistência. É com base nesta produção artesanal que os grupos familiares não só produziram alimentos para sobreviver, mas também organizaram-se com práticas sociais, culturais, políticas e econômicas. Eles constituíram uma maneira própria que configura sua identidade cultural, sendo compartilhada no cotidiano pelos indivíduos que fazem parte deste espaço. Conforme Woortmann (1997) o saber camponês é mais que um conhecimento especializado para construir roçado, tendo como base o modelo de percepção da natureza e dos homens. Para Almeida (2005) a lógica de organização da propriedade e o saber camponês são atos simbólicos apreendidos na vivência. Bem como para Sá (2007), a economia camponesa se define também por um tipo de conhecimento socialmente produzido e transmitido que habilita os indivíduos ao desempenho das funções técnicas próprias a agricultura camponesa.

A pesquisa de campo evidencia a existência de três grupos: os proprietários da fazenda, pessoas com maior poder e prestígio econômico, social e político; os posseiros que são grupos familiares que se apropriaram de terras do governo constituindo o lugar da morada e do trabalho, pessoas pobres por não serem proprietários das terras onde vivem não possuindo poder econômico, político e social; e os pequenos proprietários de terras que tem o quintal da casa. Sua mulher e filhos são os principais produtores do trabalho na roça.

São constituídos por homens e mulheres que mantêm a identidade e um imaginário rural. São pessoas que nasceram ou chegaram antes de 1960, constituindo e reproduzindo um modo de vida local, sobrevivendo em torno da produção agrícola familiar.

Na atualidade, muitos desses lavradores se vêem diante de um novo modo de vida e produção; outra lógica atua de forma diferente a dos seus saberes. Percebem que seus conhecimentos não são utilizados, e se sentem impotentes diante do novo processo de produção. Os grupos familiares investigados estão residindo no núcleo urbano e procuram manter seu modo de vida mantendo um lote, pequenas chácaras ou fazendas no meio rural, buscando produzir e constituir formas de reproduzir seu modelo cultural.

O objetivo geral foi analisar como as relações de gênero foram alteradas pelos processos de mudanças sociais e ambientais no interior dos grupos familiares tradicionais de São João D'Aliança ao longo do tempo diante da agricultura mecanizada. Para isto levantou-se a história de ocupação e produção dos grupos familiares na comunidade; o papel social que o homem e a mulher têm ocupado ao longo do tempo; as formas de sobrevivência do modo de vida tradicional e na atualidade; os impactos das relações de gênero nos processos de mudanças sociais e ambientais e as formas de participação de homens e de mulheres no Projeto Mulheres das Águas, identificando os focos de interesse de homens e mulheres envolvendo a sustentabilidade local.

As perguntas básicas da pesquisa são: os lavradores se identificam e mantêm em seu cotidiano objetos, práticas e lembranças do modo de vida tradicional. O modelo cultural que tem definido o comportamento do homem e da mulher ao longo do tempo, em São João D'Aliança está presente nas decisões envolvendo as questões ambientais locais? Diante das mudanças ocorridas ao longo do tempo, especialmente a modernização agrícola na região, alguns grupos familiares tradicionais ficaram excluídos e desencaixados deste processo? Houve de alguma forma uma adaptação a essa condição? De algum modo foram encaixados neste sistema de produção?

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta dissertação trata sobre as práticas socioambientais no contexto da tradição e da modernidade. Para isto, procura-se situar o conceito de tradição como um estilo de vida que perpetua as experiências das gerações anteriores estruturada por práticas sociais, mas também evolui ao longo do tempo, podendo ser alterada ou transformada. De acordo com GIDDENS (1991, p.44) nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. Assim a tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espço da comunidade.

Desta maneira a tradição é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, ela insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes associados por práticas sociais recorrentes. As práticas de uso e relação da população com o cerrado, no município investigado, têm toda uma tradição que ainda está presente nas vivências cotidianas. Assim busca-se neste trabalho penetrar no tempo e espaço das práticas tradicionais dos grupos familiares através das formas de organização e ação cotidiana. Por outro lado, também de acordo com Giddens (1991; 2007), a modernidade é um estilo de vida atual que tem características diversas como, por exemplo, a descontinuidade de modos de vida. Uma característica marcante da modernidade é a separação do tempo e do espaço, por fornecer uma base para sua recombinação em relação à atividade social, provocando assim o desencaixe das relações sociais de contextos locais. Esta modernidade tem na industrialização e na constante revolução tecnológica meios de afetar o modo de vida social, bem como o ambiente natural em que vivemos. Para Giddens falar de modernidade é falar de transformações institucionais que tem sua origem no ocidente e é falar também de globalização. Neste sentido, cada estilo de vida moderno ou tradicional tem, em si, visões e perspectivas diferentes em relação ao meio ambiente e a utilização dos recursos naturais, atribuindo por tanto valores diferenciados.

O meio ambiente, portanto, conforme Levi-Strauss (1976) é construído de acordo com a organização social de cada sociedade, que tem configurado experiências, práticas, visões e perspectivas diferentes sobre as formas de sua organização e utilização. Embora os problemas ambientais sejam constantemente apontados como consequência do atual modelo de vida moderna, estes já têm uma trajetória relacionada à forma como a sociedade anterior utilizava o meio ambiente. De acordo com Giddens (1991) a preocupação com o meio ambiente é no contexto global uma preocupação de todos os governos do mundo. Conforme Leff (2002) o problema ambiental surgiu como uma crise da civilização que tem questionado a racionalidade econômica e tecnológica dominante. Mas este olhar para as questões ambientais não é tão moderno, Franco (2000) demonstra que a história da conservação da natureza no Brasil vem desde o período colonial, em 1797, pelo governo português que ao perceber alguns problemas ambientais buscou preservar as florestas. Também Nogueira, Medeiros e Arruda (1998) abordam este assunto enfatizando que no Brasil houve uma exploração dos recursos naturais em função do desenvolvimento econômico:

Historicamente, o Brasil tem se caracterizado no cenário mundial como um país rico em recursos naturais e ambientais. O seu próprio processo de desenvolvimento econômico iniciou com a exploração do recurso natural mais abundante: terras agrícolas. De uma maneira geral, o desenvolvimento econômico está associado a incrementos no nível de bem-estar da

população proporcionados pela produção e consumo de bens e serviços convencionais [Hufschmidt *et al.* (1983), p.1]. Nesse particular, os recursos naturais desempenham funções importantes: matérias-primas para o desenvolvimento econômico, serviços de capacidade de suporte de ecossistemas, assimilação de resíduos do processo de produção e consumo, regulação climática, biodiversidade, etc. Esses serviços são imprescindíveis ao funcionamento da economia [Merico (1996), p.85] e à manutenção da vida (NOGUEIRA; MEDEIROS; ARRUDA, 1998, p. 1).

A forma como o Brasil foi explorado demonstra qual o valor que os recursos naturais tinham para os exploradores, mas ao longo do tempo outros olhares foram se constituindo de forma diferenciada. O conceito de Desenvolvimento Sustentável proposto na Agenda 21, nos anos 90, demonstra a necessidade de um compromisso da comunidade internacional com uma visão de meio ambiente interligado a processos econômicos, sociais, culturais e políticos. Assim também em relação a preservação dos valores humanos como o respeito ao trabalho e as práticas das populações tradicionais precisam ser assegurados nos processos de desenvolvimento de um país.

Desta maneira, pontua-se neste trabalho que a sustentabilidade local é indiscutivelmente necessária para se assegurar um desenvolvimento no sentido de Sachs (2004), com uma sustentabilidade endógena. O conceito de sustentabilidade prevê um desenvolvimento em que o uso do meio ambiente seja solidário com as gerações do presente e do futuro. Para Sachs (2004) o desenvolvimento deve-se dar a partir de dentro, com uma sustentabilidade de modo que a maioria da população venha a ter seus direitos básicos garantidos, ou seja, um desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e social.

Neste sentido os problemas ambientais são entendidos dentro do contexto da modernidade enquanto conseqüências de um estilo de vida que se expandiu no mundo originando conseqüências diversas (GIDDENS, 1991). Assim situa-se a modernização da agricultura (Revolução Verde) não apenas pela mecanização, mas também pela inserção de novos sistemas de plantio interferindo no modo de produção da agricultura tradicional e originando vários problemas sociais e ambientais.

Deste modo procura-se analisar o processo de modernização que transforma não só o meio ambiente, mas também o modo e as práticas de trabalho, os papéis sociais e as relações entre homens e mulheres, de tal forma que parece não haver mais como o modelo anterior ter possibilidade de continuar existindo. Isto pode significar uma *descontinuidade* (*op.cit.*, 1991) como sendo uma conseqüência da modernidade que pode incidir *sobre* as relações de gênero, a degradação no meio ambiente e a perda da sustentabilidade do antigo modo de vida.

Capturar a natureza das descontinuidades em questão, devo dizer, é uma

preliminar necessária para a análise do que a modernidade realmente é, bem como para o diagnóstico de suas conseqüências, para nós, no presente (GIDDENS, 1991: 13).

A modernidade trouxe a mudança e esta interferiu no sistema de produção dos grupos sociais que constituíram um modo de vida local, sendo entendida neste trabalho como uma forma de *desencaixe*, resultado destas transformações modernas.

Este processo de mudança também é discutido, quanto ao aspecto da *exclusão* da população local no processo de desenvolvimento regional, uma vez que muitos não estão inseridos neste. Esta situação é bastante nítida e explícita pelos entrevistados: muitos se sentem incapazes de alcançar ou participar do progresso. Desta maneira partiu-se de uma perspectiva de gênero para verificar como a instituição da família tradicional tem se inserido na modernidade.

Compreende-se gênero como um sistema simbólico de significados que tem definido como categoria universal o ser homem e ser mulher. Gênero tem utilizado a referência biológica, desde o momento que o indivíduo nasce como princípio de organização social (BEAUVOIR, 1973). Deste modo, a categoria masculina e feminina é associada a atividades, papéis, direitos, deveres, valores, objetos, símbolos, expectativas, entre outras, sendo determinadas pelo contexto social, político e econômico constituindo relações de desigualdades. Assim as categorias homem e mulher, são universais, mas seu conteúdo pode variar de uma cultura para outra conforme Salvatore Cucchiari (2001). Situa-se a questão gênero a partir das relações em que homens e mulheres se diferenciam pelas suas práticas sociais e existenciais, ou seja, gênero numa perspectiva cultural. Aqui as relações de gênero são compreendidas e levantadas ao longo do tempo em que foram constituídas, conforme Scott (1996) propõe tratar as relações entre mulheres e homens a partir de uma ótica que faça como que estes sujeitos não sejam vistos em separados.

En lugar de ello, género pasa a ser una forma de denotar las "construcciones culturales", la creación totalmente social de ideas sobre los roles apropiados para mujeres y hombres. Es una forma de referirse a los orígenes exclusivamente sociales de las identidades subjetivas de hombres y mujeres. Género es, según esta definición, una categoría social impuesta sobre un cuerpo sexuado (SCOTT, 1994:7).

Assim para Scott (1994, p. 88) em relação ao sistema e a estrutura do gênero, presume uma posição fixa entre os homens e as mulheres e a identidade separadas para os sexos que operam consistentemente em todas as esferas da vida social. Neste sentido, investigar as relações de gênero significa compreender as estruturas sociais e interpretar os comportamentos diferenciados de homens e mulheres diante do seu modo de vida incluindo

os problemas sociais e ambientais atuais decorrentes da modernização. Assim compreende-se, conforme Woortmann (1992) a natureza e os grupos sociais constituem um conjunto de ecossistema, mudando o ambiente tradicional o gênero também se transforma. No entanto as relações que foram constituídas por homens e mulheres mediadas por um saber próprio ao modo cultural destes possuem uma relação de interdependência com o modo de produção do trabalho rural e a economia.

A família é situada aqui não apenas pelo modo de produção da agricultura de subsistência que sempre constituiu o modo de vida de muitos grupos familiares de São João D'Aliança, mas como uma unidade produtiva, ou seja, um grupo doméstico. Para Woortmann (1987) na economia camponesa a família é uma unidade produtiva, um grupo doméstico. A *família* não se reproduz apenas no plano biológico, nem apenas na sua força de trabalho, mas também uma construção simbólica, se constituindo no plano das representações, percepções e de gênero. Para Sá (2007) a família é uma unidade econômica, onde o produto da unidade doméstica resulta de auto-exploração da força de trabalho familiar. Neste sentido o grupo familiar atua enquanto uma unidade grupal a partir de um sistema de papéis sociais culturalmente definidos. Os grupos do município em sua maioria demonstram viver em um estado de pobreza por estarem excluídos dos processos modernos da economia atual. Para isto, busca-se em Zaluar (1994) situar a questão da pobreza vinculada ao consumo nas unidades domésticas pela socialização dos membros da família para a reprodução do grupo.

A abordagem etnográfica foi utilizada por entender que ela faz parte da essência deste estudo, uma vez que se procurou compreender o processo e os fatos que estão ocorrendo nos grupos familiares em função da modernização. A etnografia é uma abordagem de pesquisa desenvolvida por antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. É um conjunto de técnicas usadas para coletar dados, valores, crenças, *habitus* e práticas de um determinado grupo social. Neste sentido uma das características da etnografia é a preocupação com o significado, por isto o pesquisador deve apresentar um relato na visão das pessoas participantes. Assim o trabalho buscou-se apoio em Geertz (1989). A prática etnográfica é mais que selecionar informantes, estabelecer relações, mapear campos. Fazer etnografia é como tentar ler para construir uma leitura de algo estranho, apreendendo para depois apresentá-lo. Para isto, o trabalho de pesquisa de campo é aproximar-se das pessoas, dos eventos, das situações, do cotidiano mantendo um contato direto e prolongado para compreender as manifestações que ocorrem de forma natural sem ter a intenção de mudá-las. Assim, procurou-se durante a pesquisa de campo observar as vivências dos grupos familiares e levantar pela memória os eventos antigos. Procurou-se entender a configuração do modo de vida tradicional e as mudanças que foram acontecendo, através

dos estudos da memória, como um caminho metodológico. Assim compreendeu-se que a *memória coletiva* é feita de lembranças que podem reconstituir o passado e uma trajetória de vida é um caminho que pode assegurar o repasse desses valores simbólicos (HALBWACHS, 1990).

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. Dando relevo as instituições formadoras do sujeito, Halbwachs acaba relativizando o princípio, tão caro a Bergson, pelo qual o espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia (BOSI, 1994: 54).

Deste modo, pela memória coletiva pode-se compreender o padrão cultural tradicional, sua relação com o presente e os possíveis caminhos do futuro. Neste sentido, a história oral pode permitir conhecer os dados e fatos do cotidiano. Para dar confiabilidade aos relatos, procurou-se averiguar com o entrevistado os motivos dos fatos para tentar perceber se há falta de memória, artificialidade ou fantasia neste. Entendeu-se que conforme Ferreira (2002) a história oral objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, é um método de pesquisa que produz uma fonte especial. Este foi percebido como um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão na construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades.

Esta dissertação foi desenvolvida a partir de uma pesquisa etnográfica, sendo o contato, as conversas formais e informais, as observações e a convivência no interior da casa, do jardim, no quintal, momentos de busca para compreensão daquele universo particular e próprio de cada família.

Caminhos percorridos:

1. Seleção da bibliografia de produção acadêmica;
2. Levantamento da memória local por meio da História Oral;
3. Levantamento da história para contextualização da situação agrária no Brasil e os impactos sócias e ambientais no Estado do Goiás, e em SJA;
4. Contextualização socioeconômica e cultural dos produtores tradicionais locais;
5. Levantamento das condições e atuação da produção agrícola que está prevalecendo como atual modelo no município.

Homens e mulheres com idade entre 30 a 95 anos, 25 pessoas, a maioria residente no núcleo urbano do município. São lavradores, funcionários das atuais fazendas, secretário municipal, comerciantes, políticos, poetas e aposentados. São também pessoas

participantes do Projeto Mulheres das Águas, integrantes do grupo gestor sendo representante da comunidade local e também pessoas que participaram de alguma fase da atividade do projeto. Para a realização das entrevistas foram combinados o local e o horário com todos os entrevistados, sendo suas residências o local de maior preferência.

O trabalho de campo contou também com entrevistas (gravadas e transcritas): semi-estruturada com os sujeitos da investigação e observações. A pesquisa de campo foi realizada de início de 2007 a meados de 2009. Iniciou-se bem antes do mestrado, objetivando a elaboração da monografia do curso de especialização em Educação Ambiental (Almeida, 2007). Do campo realizado, diversas informações foram aproveitadas para elaboração desta dissertação, foram complementadas ao longo do período do curso de mestrado. Com exceção de 2008, onde estive em São João d'Aliança por apenas duas vezes, devido às disciplinas cursadas, nos outros períodos realizei diversas idas a campo, permanecendo cerca de uma ou duas semanas de cada vez, estabelecendo o contato com as pessoas e desenvolvendo as entrevistas.

Procurou-se primeiramente entrevistar as pessoas mais velhas por entender que estas guardam na memória lembranças do que fora o modo de vida tradicional podendo descrever pela história oral a vivência e as lembranças dos vários grupos que constituíram a história de ocupação do território. E por outro lado, os adultos e os jovens que vivenciam situações e sentimentos ajudaram em alguns momentos na configuração das relações sociais presentes na atualidade deste espaço.

Foi realizado com a permissão dos entrevistados momentos de registros com fotografias das pessoas, das residências, dos objetos, do espaço privado de dentro de casa ou fora desta e o espaço público como igreja, prefeitura, secretaria municipal, avenida etc. Ou seja, a fotografia registrou os cenários ambientais e sociais dos locais visitados para auxiliar na análise e interpretação dos dados.

Por meio dos depoimentos orais foram levantadas as situações de trabalho, o modo de produção, as festas, a convivência social, os comportamentos e outras formas de organização social que caracterizam a expressão da cultura e da sobrevivência local. Neste sentido, entendeu-se que a memória dos sujeitos é um recurso essencial para configurar o que aconteceu sobre as perspectivas das pessoas que vivenciaram estes momentos.

ORGANIZAÇÃO DESTE TRABALHO

Esta dissertação está organizada com uma introdução, quatro capítulos e conclusão. O primeiro capítulo aborda a tradição, onde se procurou descrever o cerrado goiano, situar sua biodiversidade e riquezas como os recursos hídricos, minerais, paisagísticos, fauna,

flora, além dos problemas presentes neste bioma. Procurou-se também demonstrar que o período de colonização, a busca do ouro brasileiro conduziu a exploração e destruição da natureza e das populações, incluindo a escravização de negros vindos para trabalhar na agricultura, no comércio, em minérios e como escravos domésticos. Buscou-se também situar a pobreza e o isolamento do nordeste goiano, seguindo com dados históricos, geográficos, políticos, econômicos, cultural e social de São João D'Aliança. Também descreveu a tradição rural no município investigado, onde pequenos proprietários garantiam não apenas o sustento da família, mas também vendiam o excedente movimentando a economia da região. Em seguida pontuou-se o princípio de mudança que foi ocorrendo na região e no município.

O segundo capítulo descreve as formas de organização na tradição. Neste procurou-se demonstrar os grupos familiares mais antigos e os espaços ocupados por estes. Apresenta o grupo familiar da fazenda como sendo as primeiras formas de organização social que possui maior prestígio e produção em função do seu poder aquisitivo, onde o homem e a mulher assumem papéis e espaços diferentes. Em seguida, trata os grupos familiares da terra de posse, ou seja, os posseiros e sua forma de produção e sustentação da família, bem como os papéis sociais ocupados pelo grupo. E por fim, descreve o grupo familiar da pequena propriedade, apresentando a sua forma de organização, seu espaço de trabalho e os papéis sociais dos membros familiares. Por fim, apresenta a visão da mulher ligada a natureza e do homem a cultura como uma percepção tradicional que ainda está presente no imaginário e no discurso de muitos homens e mulheres.

O terceiro capítulo trata a modernidade e as transformações, onde apresenta os processos de mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo como a construção de Brasília, a exploração do manganês e a agricultura mecanizada. Neste processo situa-se a perda de terra de muitos grupos familiares, o aumento da população urbana em relação à rural. Trata também dos problemas socioambientais relacionados às mudanças, seguindo com uma descrição do modelo das fazendas modernas e demonstra a situação atual da fazenda tradicional, da terra de posse e da pequena propriedade. Por fim, configura-se a mulher na modernidade, as novas atitudes, os comportamentos, a busca por seus direitos e as suas dificuldades.

O quarto capítulo, expõe um pouco do que foi o Projeto Mulheres das Águas pontuando até o momento de realização da pesquisa de campo, tendo como questão central os problemas ambientais e a participação do homem e da mulher no projeto. Desta forma, buscou-se discutir mais especificamente o papel que a mulher tem exercido neste espaço político e suas atitudes para mudar sua realidade de desemprego e pobreza.

A pesquisa mostrou que muitos dos grupos familiares sofreram interferência no seu

modo de vida, perderam as terras e tem sentido que a degradação ambiental tem afetado a pequena produção da roça ou do quintal. Verificou-se que ocorreram mudanças significativas no interior dos grupos familiares, onde os papéis sociais tem sido alterado, estando a mulher e os filhos fora de casa, seja trabalhando ou estudando, estes estão se distanciando cada vez mais do espaço doméstico rural, ou seja, a casa, a roça e o quintal. Também o desemprego ou o emprego temporário estão presentes na vida desta população, em especial, são os homens que sentem de perto esta situação. A mulher é que tem assegurado o sustento da casa com trabalho precário juntamente com os filhos na parte urbana do município. Percebeu-se também que a mulher tem procurado seus direitos sociais, principalmente em relação à pensão alimentícia, mas ainda sente dificuldades para ter seus direitos garantidos em função da precariedade e distancia dos serviços ofertados a mulher. Também no que se refere a questões ambientais locais, há muitos problemas e ausência de órgãos fiscalizadores e gestores que promovam assistência no que diz respeito aos problemas da população local. É preciso rever as políticas públicas voltadas à gestão ambiental, não apenas para incorporar à temática gênero, mas também para incentivar a participação de homens e mulheres nas discussões e formação de liderança em processos de gestão ambiental proposto nestes projetos de desenvolvimento regional e local. Bem como criar instância que possam atuar localmente para atender a população local, seja com questões referentes a mulher e ao meio ambiente. Isto por que verificou-se que tanto a questão de gênero como do meio ambiente embora haja políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população, no meio rural a situação de ação política é muito precária ou inexistente.

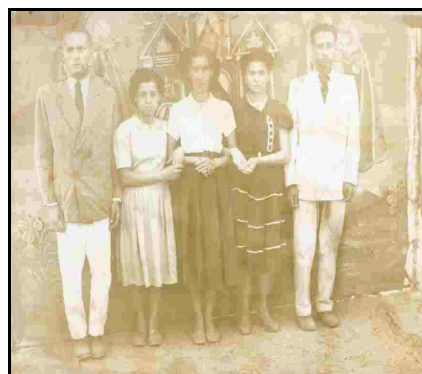
Deste modo, percebe-se que situar o problema de São João D'Aliança é importante para se pensar na sustentabilidade local e de outros lugares em detrimento de processos de desenvolvimento nacional e regional.

Algumas pessoas



Fotografias 1- Moradores de São João D'Aliança entrevistados na pesquisa
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

1 A TRADIÇÃO



Fotografias 2 – Acervo familiar da senhora Fadinha Fernandes

1.1 O CERRADO GOIANO E A REGIÃO INVESTIGADA

A biodiversidade do cerrado brasileiro é muito ampla em seu conjunto de espécie que habita neste espaço. É a segunda maior formação vegetal brasileira. Por isso é considerado o segundo maior bioma do país (PORTAL BRASIL, 2009, p. 1). Esse bioma é um complexo mosaico de formações campestres, savanas e florestas, ocupando áreas do Brasil, Paraguai e Bolívia, consistindo-se em um conjunto de ecossistema (BONET; FERREIRA; LOBO, 2006, p. 1). No Brasil o cerrado se estende por 25 % do território nacional, cerca de 200 milhões de hectares, englobando (PORTAL BRASIL, 2009, p. 1) áreas parciais ou totais em 12 Estados (Goiás, Tocantins, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rondônia, Amapá, Roraima) e o Distrito Federal. Dispõem de uma vegetação rica em recursos naturais com características fisionômicas diversas com campos, chapadas, cachoeiras, lagos, além da presença marcante de flora, fauna e vários recursos minerais. A região do cerrado é chamada de “a caixa d’água da América do Sul” por possuir muitas fontes de água doce, próprias para consumo humano. Concentra uma enorme quantidade de água que forma os rios: Paraná, Paraguai, Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia, Tocantins e São Francisco. Nesse bioma, podemos encontrar também belas paisagens com cenários naturais que constituem um capital natural com configurações diferenciadas em cada Estado.

No cerrado Goiano, embora haja um conjunto de legislação (SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação Lei nº 9.985/00, e o Código Florestal Brasileiro de Lei nº 4771/65 e leis estaduais e municipais complementares como em Goiás o SEUC - Sistema Estadual de Unidade de Conservação Lei nº 14247/2002) que estabelece a conservação, o desmatamento prossegue. Estudos verificam que em Goiás o conjunto de vegetação natural e recursos hídricos têm sido cada vez mais degradados; dados demonstram que há um

decréscimo gradual de cobertura no Norte, Leste, Noroeste, Sul e Centro Goiano (BONET; FERREIRA; FERREIRA, 2007, p. 1). Segundo Bonet; Ferreira; Lobo (2006, p. 1), Goiás é o único Estado brasileiro integralmente inserido na área *core* (área núcleo deste ambiente) de distribuição do cerrado na região neotropical, ou seja, o bioma abrange praticamente a totalidade do Estado.

Uma característica do cerrado é a presença de um conjunto de campos e cerradões com linhas de matas e matas de galerias que formam elevações diferenciadas (MACHADO, 2004, p. 5).

A missão Cruls – Comissão exploradora do Planalto Central esteve entre 1892 e 1894 realizando uma intensa investigação na região com vista à edificação da futura capital do país e percebeu essas características no Estado de Goiás, em alguns lugares que percorreu.

Quando, em fins de 1892, cheguei a Goyaz, notei que a composição de sua flora era análoga a que encontrara na minha viagem a serra dos veadeiros (...). Esta região é, geralmente, muito variada, e possui muitas plantas que também em outras partes se encontram; não obstante é digno de notar-se o aparecimento de algumas d' ellas (CRULS, 1992, p. 342).

Apesar do processo de colonização e exploração do ouro no Estado, entende-se que, a partir das descrições do relatório, a Missão Cruls talvez tenha tido a oportunidade de encontrar uma diversidade de paisagens, vegetação e animais, com características primitivas (silvestres) e provavelmente algumas extintas na atualidade.

O Relatório Cruls descreve sobre a fertilidade do solo combinadas com altitudes, propícia para o bom êxito na cultura do frumento (plantação de trigo), situada em local com vista para o município de Cavalcante.

Também consta no relatório o levantamento de uma variedade de vegetação, rios, lagos e nascentes d'água, além dos pontos mais elevados do cerrado goiano que estão no percurso em direção sudeste-nordeste, tendo o Pico Alto da Serra dos Pirineus, com 1.600 metros de altitude, e a Chapada dos Veadeiros, com 1.250 metros de altitude, os pontos mais elevados¹. Outro ponto com elevações consideráveis é a Serra São Jerônimo. Mas a Chapada dos Veadeiros é bastante citada no relatório Cruls que descreve: “Entre o Valle do Paranan e do Tocantinzinho existe uma chapada designada nos mappas pelo nome de chapada dos veadeiros” (CRULS, 1992, p.89).

Segundo Bertran (1998), estudos arqueológicos demonstram que o território goiano foi ocupado pelo homem, um tipo de caçador e coletor que sobrevivia com recursos do cerrado,

¹ Esta chapada é na atualidade o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros que fica localizado no nordeste goiano, foi criado em 1961 com 65.515 hectares nos municípios de Alto Paraíso e Cavalcante.

há pelo menos 10.000 anos. Isto porque há indícios de que grupos Tapúia e Ava-canoeiro ocuparam parte do vale do Paranã, na região da Chapada dos Veadeiros.



Fotografia 3 - Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil
Fonte: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil- Relatório Cruls. Brasília: CODEPLAN, 1995.
Data da foto: 1892.

Entretanto, no século XVIII, a chegada dos mineradores paulistas e portugueses demarcou um período de escravidão e massacre de grupos indígenas em Goiás. No século XVII, Manuel Correia e Bartholomeu Bueno da Silva maltrataram os índios ao perceberem “colares e folhetos de ouro nos pescoços das mulheres da tribo Goyas, escravizou-os, tomando-lhes suas riquezas”, assim desencadeou-se a mineração goiana por muitos anos (CRULS, 1992, p.247). O relatório Cruls registra que encontraram em alguns lugares um ambiente explorado pelos bandeirantes na busca do ouro.

A história da colonização do Estado de Goiás se inicia com a descoberta do ouro, em Vila Boa (atual município de Goiás Velho), em 1725, quando se concede a maioria das sesmarias. Assim a história da ocupação do cerrado goiano dá-se primeiramente pela atividade de extração de minérios como ouro e cristais, levando a formação de povoados

que desenvolveram mais tarde a prática agrícola e pecuária.²

Conforme Freire (1961) em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos na Índia e na África. “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e mais tarde de negro na composição (FREIRE, 1961, p. 5).

A degradação nesse ambiente já vem desde o período colonial, quando o governo de Portugal implantou no Brasil o modelo de civilização européia que deu início à construção de cidades, à comercialização de madeira e à divisão e distribuição de terras coloniais por meio do sistema de sesmarias.³ Silva (1980, p. 14) ao tratar da sesmaria diz que a doação era feita a quem pudesse cultivar e ter escravos.

No vão do Paranã, de que viemos relatando alguma coisa, relacionamos 45 Sesmarias, das quais 18 anteriores a 1750. Para a parte da Chapada dos Veadeiros sobre a qual nada dissemos, em áreas de antigos julgados de São Felix e Cavalcante, encontramos escassas 13 sesmarias, uma delas, porém muito sugestiva, em que o licenciado Joaquim Pereira Lemos solicita em 1783... meia légua de terra em quadra em ribeirão chamado o paraíso... tudo na Chapada dos Veadeiros. Estaria na origem da atual cidade de Alto Paraíso? (BERTRAN, 1998, p. 166).

Segundo Bertran, a primeira sesmaria no Estado de Goiás efetivou-se durante o tempo em que o território goiano foi governado pela capitania de São Paulo (1722-1744) e as doações de terras não eram registradas pelas secretarias de governo. A distribuição de terras se dava de acordo com o objetivo de apropriação do proprietário.

Embora houvesse sido estabelecidos limites para as sesmarias - a área máxima deveria ser de três léguas ou meia légua, dependendo da capitania - essas nunca foram respeitadas. Sesmarias também foram doadas a cidadãos como prêmio pelos feitos militares. (SILVA, 1980, p. 14).

“Conta ainda que quando pediam terras para plantar se concedia meia légua e quando pediam terras para criação de gado, se concediam até três léguas” (BERTRAN, 1998, p. 14).

Percebe-se assim que a atividade de criação de gado era a mais beneficiada em extensão por área de terras concedidas.

As sesmarias coloniais são assentamentos da história fundiária no Brasil. Para melhor

² Segundo Perreira (1966), a atividade mineradora atua como modeladora cultural: o garimpeiro edifica povoações (casa feitas de pau-a-pique cobertas com palha de buriti, coqueiro e outros) às margens de rios ou encosta de vales.

³ Um informante local afirma haver registros de sesmarias emitidos por paróquias de igrejas católicas da região, confirmando inclusive a existência de documentações de terras sesmarias. É em 1850 que as Sesmarias passam a ser registradas na paróquia - o chamado registro do vigário. Quem tivesse as cartas de doações de Sesmaria e não registrasse na igreja indicada perdia as terras. Conferir Bertran (1998, p. 262) sobre dados de Sesmarias Goianas, incluindo a região do Paranã.

fiscalizar o ouro, o governo colonial abriu estradas e passou a conceder lotes de terras que viravam fazendas, dando origem a diversos núcleos populacionais nestes trajetos.

No Estado de Goiás, há também uma presença marcante de negros africanos, vindos na condição de escravos para trabalhar com a mineração ou nas fazendas (BAIOCCHI 1999, p. 29). O historiador goiano Olympio Jacinto documentou que em meados do século XVIII o Vale do Paranã já era ocupado por fazendeiros que se enriqueceram nas minas de ouro e para lá foram cuidar da criação de gado, que se desenvolveu e prosperou (BAIOCCHI, 1999, p. 29).

Dessa forma, temos na região da Chapada dos Veadeiros uma concentração de negros que trabalhavam nos garimpos ou que vinham fugidos da escravidão. Os escravos vinham para a chapada formando não apenas um quilombo, mas várias comunidades negras, fugidas dos maus-tratos impostos pelos brancos. A mineração na região é assim descrita por um informante de 90 anos:

Eu sei que entre 1920 a 1930 tinha um garimpo na altura de Alto Paraíso, e veio gente de fora e ficou muito rico com o garimpo de cristal que se acabou em 1944. Enquanto a população da região ia pra lá para vender o que produzia para os garimpeiros os produtos como: feijão, arroz, farinha, rapadura e outros. Na época a gente usava o cargueiro ou carro de boi para chegar com os produtos até o local, aqui naquela época era tudo mata e fazenda com roça, e boi era o único transporte.

Naquela época, além dos garimpos, havia atividades nas fazendas, onde os trabalhadores atuavam tanto na roça como com o gado. As fazendas possuíam características parecidas às fazendas investigadas por Motta (1983) no sudoeste goiano. O trabalho da fazenda era realizado pelos fazendeiros, seus filhos e outros como: o retireiro responsável pelo gado e o lavrador que atuava com a lavoura como empreiteiros ou meeiros plantando arroz, feijão e milho. Aqui também se podiam encontrar negros. Para Baiocchi (1999), o africano ou afro-brasileiro no Estado de Goiás desempenhou um papel importante na formação étnica e cultural, além de contribuir com as práticas de produção econômica no Brasil.

Caio Prado Junior (1998) diz que a escravização dos índios foi se tornando insuficiente, principalmente com a atividade da monocultura da cana-de-açúcar que além da plantação, colheita, transporte para o engenho, também havia a preparação do açúcar em grande volume. Segundo o autor, tanto na extração da madeira como no cultivo monocultural do açúcar, na grande propriedade, havia sempre resistência dos índios em relação ao trabalho escravo, e como os conflitos não eram resolvidos, os colonizadores trouxeram os africanos. Assim, no período colonial, as fazendas utilizavam-se de índios e de negros no trabalho escravo para desenvolver produtos para exportação (açúcar e tabaco) e

para sustento do povoamento - lavouras de mandioca, milho, arroz e feijão como produção de subsistência alimentar.

Em Goiás não foi diferente. Bertran (1998) descreve que em 1783 havia cerca de 4.786 escravos registrados na província goiana, onde muitos viviam em engenhos, engenhocas, na mineração, na roça e cerca de 780 eram escravos domésticos.

Em 1780, a região do entorno de Cavalcante já possuía quatro engenhos de trigo. Há notícias de que o trigo foi plantado pela primeira vez em Veadeiros por Francisco José da Silva Bastos, na Fazenda Volta da Serra, próxima ao Córrego São Miguel. Foi seguidor desse produtor o seu genro Antônio Pinto de Castro que se estabeleceu no lugar denominado Moinho, sendo essa designação dada por se constituir no primeiro local da Chapada, onde foi construído um equipamento para produção de farinha de trigo. A partir de 1808, a produção tritícola teve trajetória ascendente em toda a região e em 1862 foi registrada a exportação de 20 toneladas de trigo pelo município de Cavalcante. A produtividade expressiva foi mantida até 1890, quando defrontou-se com a falta de mão de obra provocada pela libertação dos escravos em função da Lei Áurea. A produção foi diminuindo até sua total extinção no início deste século (PORTAL DA CHAPADA, 2009, p. 1).

Justamente com a redução e extinção da mão de obra no século XIX a produção foi diminuindo conforme o número de escravos tornava-se menor, seja por que foram libertados ou por fuga destes. A produção de trigo na região da chapada dos veadeiros também foi descrita por Cruls como propícia, entretanto pouco foi falado sobre a condição dos escravos. Note-se que a primeira expedição ocorreu em 1892, ou seja, quatro anos depois da libertação dos escravos pela Lei Áurea, em 1888.

Assim, em Goiás não havia apenas a prosperidade do ouro, embora esse fosse considerado a atividade econômica mais importante. Havia também as atividades nas fazendas (agrária e pecuária) como secundárias que garantiam o abastecimento alimentar da população. A exploração de minérios era muito importante para a economia goiana que também dependia secundariamente da constituição do comércio de alimentos como cereais e peles de animais. Era assim, que se formavam os vilarejos que mais tarde tornavam-se cidades. Um exemplo é o município de Formosa: seu nome primitivo “Villa dos couros”. Mantinha um comércio, onde os tropeiros (grupos de homens que andavam de cavalo ou carro de boi, um tipo de comerciante que vinha fazer compras e vender produtos) vinham à região com seus produtos. Com a ênfase na produção do ouro, a agricultura ficava em abandono. Os gêneros alimentícios alcançavam preços fabulosos como, por exemplo: o saco de milho custava seis e sete oitavos de ouro, o saco de farinha 10 e 11, e a carne de porco foi vendida por 80 (CRULS, 1992, p. 248). Observa-se que a presença dos tropeiros era muito importante nos comércios próximos a minérios, uma vez que vendiam alimentos e outros acessórios para os trabalhadores locais e conduziam outros recursos ao seu lugar de origem. Mesmo assim, havia dificuldade de produção, criação e de transporte em grande

escala de alimentos, por isso os preços eram altos.

Entretanto a decadência do ouro em Goiás por volta de 1807 coloca todo um sistema de produção, comércio e economia em completo abandono. Para Caio Prado Junior (1998) no Brasil colonial, a economia de subsistência ou a agricultura de subsistência era secundária, voltada para o funcionamento da economia de exportação e o sustento da população urbana. Segundo esse autor, a agricultura de subsistência era diferente da grande lavoura: era unicamente para a produção de gêneros de manutenção.

Trata-se de pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo (JUNIOR, 1998, p. 41).

Os produtos desta agricultura abasteciam os núcleos de povoamento nos centros urbanos. Segundo um informante de 82 anos, que sempre viveu na região do nordeste goiano, o seu pai, Francisco Domingues de Sousa, nasceu em 1887 e morreu em 1931. Ele era fazendeiro e comerciante e por volta de 1929 ainda vendia pele silvestre de veado e gêneros alimentícios, era um tropeiro importante na região de Cavalcante, Formosa e Forte, onde conduzia mercadorias na região e trazia outras como: vestuário, sal, açúcar e querosene. Além disso, o Senhor Francisco Domingues de Sousa chegou a ser intendente (um tipo de representante do governo municipal) emitindo vales que representava a moeda, devido à escassez de dinheiro nesta época.

Para Pires (2005), o atraso da economia goiana se explica porque até o século XIX, a dinâmica de sua economia não conseguia alcançar e se conectar ao principal eixo motor da economia brasileira, que era o Estado de São Paulo. Assim, para este autor, o Estado de Goiás ficou deslocado no espaço e no tempo do desenvolvimento econômico brasileiro, porque o eixo principal do seu desenvolvimento encontrava-se na fazenda tradicional que, até então, mantinha práticas econômicas alicerçadas no trabalho familiar até a penetração da Estrada de Ferro Mogiana, em terras do Triângulo. De acordo com Rodrigues e Miziara (2008, p. 14):

O processo histórico de formação do espaço nacional apresenta uma dinâmica que atribui a certas regiões características específicas. A ocupação do Estado de Goiás ocorreu, primeiramente, na forma de frente de expansão (Martins 1975, 1997), com o deslocamento da população em busca de novas áreas. As atividades comerciais eram pouco desenvolvidas, predominando relações não-capitalistas, principalmente em relação à ocupação da terra.

Sendo a partir do início do século XX que se pode identificar um crescente desenvolvimento das relações capitalistas marcadas por alguns processos como: a chegada

da ferrovia, a Marcha para o Oeste do Governo Getulio Vargas e a construção de Goiânia (RODRIGUES; MIZIARA (2008, p. 14).

Mas para Teixeira & Rigonalto (2003, p. 1) o território goiano é, fruto da “superposição” de várias frentes de expansão e frentes pioneiras que propiciou uma configuração territorial de múltiplas temporalidades espaciais. Mas entende-se que no nordeste goiano tem prevalecido por muito tempo a agricultura de subsistência.

Para Brito (1972, p. 14), a agricultura no Brasil configurou não só estrutura da comercialização, mas também da distribuição dos produtos agrícolas em base modernas, mediante a dinamização de um sistema de transporte que possibilitou à circulação compatível das necessidades de consumo. Para o autor, o Programa de Integração Nacional (PIN) foi muito importante para redistribuição de terras e estímulos a agroindústria no Norte e Nordeste, além de expandir as fronteiras para conquistar novas áreas na Amazônia e no Planalto Central. De acordo, com Brito (1972, p. 103) agora a mecanização é um assunto que faz parte do território brasileiro, tido como elemento chave para o desenvolvimento agrícola.

Em meados de 1970 a expansão das fronteiras no Estado de Goiás recriou novas estruturas, configurando a diversidade econômica, social, cultural e política. Esta fronteira, conforme Teixeira & Rigonalto (2003, p. 1), inicia-se no século XX no Sul goiano, com a frente pioneira da expansão do Ouro. A estrada de ferro e de rodagem colaborou na constituição de cidades, porque essa região estava ligada a expansão sudeste do país.

Enquanto que no sudoeste goiano a agricultura e a pecuária eram atividades predominantes, a partir do início do século XX, houve a inserção e o desenvolvimento da agropecuária, da lógica comercial, por meio da frente pioneira de estrada e rodagem. “Essa lógica intensificou-se nos meados de 1970, quando, acentuou-se o processo de modernização agrícola, atribuindo-lhe o caráter de maior distribuidor de produtos agrícola no Estado de Goiás” (TEIXEIRA; RIGONALTO, 2003, p. 2). Para RODRIGUES; MIZIARA (2008) a expansão da agricultura moderna para o Estado de Goiás, a partir de meados da década de 1970, configura uma intensificação no uso do solo, apresentando um preço mais baixo na região, decorrente de sua pior localização em relação aos mercados consumidores.

A agricultura foi, conforme Vieira (2002), o carro-chefe do processo de desenvolvimento do Estado de Goiás. No início esteve voltada para o autoconsumo, mas a partir dos anos de 1970, e, principalmente dos anos de 1980, a industrialização ganhou força no campo.

As políticas governamentais voltadas para o crescimento agrícola nas áreas de cerrado tinham como objetivo a produção de *commodities* para exportação, equilibrando a balança comercial brasileira e, paralelamente, ocupavam o centro-oeste brasileiro,

atendendo à dinâmica e às necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. Para Vieira (2002) o cultivo da soja em Goiás deu-se a partir de 1969, com uma produção inicial de 1.573 toneladas. Em Goiás, a soja introduziu-se e expandiu-se pela porção sul, substituindo áreas de cultivos anuais tradicionais e de subsistência. De acordo com IBGE (1982, p. 11), a reestruturação do sistema produtivo foi, particularmente, acentuada, nas áreas meridionais da região do cerrado, sendo o sudeste de Goiás representativo de um espaço, onde foram muito marcantes as alterações no quadro agrário.

Essa tendência a utilização das áreas de domínios original do cerrado para a lavoura vincula-se a expansão dos grandes mercados urbanos do país e a colocação de quantidades crescentes de produtos agrícolas no mercado internacional as quais resultam no avanço das áreas produtoras de cereais em direção ao centro-oeste (IBGE, 1982, p. 11).

De acordo com Viera (2002, p. 36), tanto a soja como a sua indústria datam de meados dos anos de 1960 devido à grande demanda de grãos e farelo por parte da Europa. Em 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) objetivando a integração da agricultura no processo de modernização do país.

Este sistema foi desenvolvido por meio de dois mecanismos: o AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimo do Governo Federal). O primeiro teve um relevante papel no processo de modernização agrícola brasileira na década de 60 e, especialmente, na de 70. Estes instrumentos foram responsáveis pela alavancagem do setor a partir da década de 70, pois garantiam a segurança do produtor rural ao pré-fixar os preços de seus produtos e por financiar a comercialização. Ao mesmo tempo, o setor agrícola alcançou alto nível de crescimento em função das políticas agrícolas que possibilitaram a incorporação de tecnologia via financiamento a longo prazo a juros subsidiados. A partir da década de 70, ocorreram grandes transformações na agricultura (VIERA, 2002, p. 36).

O cultivo da soja em Goiás está associado à campanha de ação integrada do Ministério da Agricultura e Associação de Crédito e da Assistência Rural (ACAR – GO). Esta campanha buscou oficializar o aumento da produtividade e diversificação de cultivos de 1970 tendo como objetivo principal, atenuar a instabilidade econômica advinda do apoio exclusivo da economia agrícola estadual na produção de arroz.

O sudeste de Goiás detinha, com efeito, em 1975, 89% da área cultivada com algodão, 85%, da área ocupada com soja, 42% da área plantada com milho e 26% da superfície utilizada com arroz, no Estado (IBGE, 1982, p. 12).

O processo de industrialização da agricultura em Goiás, principalmente, de soja, conduziu a que culturas tradicionais de arroz e feijão diminuíssem sua produção, enquanto que a soja e o milho já têm destinos certos: a industrialização dentro de Goiás e a exportação para outros Estados no Brasil e para o exterior.

Por outro lado, nesse sistema de produção, o desemprego é uma tendência comum, uma vez que poucos agricultores são aproveitados para trabalhar com a soja ou outro produto. Isto porque há outra lógica na agricultura moderna, onde a máquina termina por substituir muita mão-de-obra.

E na região do nordeste goiano a situação não é diferente. Segundo os informantes residentes e lavradores, a agricultura moderna tinha a promessa do progresso e sinônimo de prosperidade para todos. No entanto, na atualidade, está havendo um “rebuliço com máquinas e química”. Isso porque, segundo a memória de muitos entrevistados: “nos anos 70 nesta região no Paranã, na Chapada dos Veadeiros e nos município vizinhos, não faltava trabalho, todo lavrador tinha serviço, hoje há um tipo de extravagância com as máquinas no uso da terra para fazê-la produzir sem descanso e pouca gente consegue trabalhar.” Essa situação está bem presente na região investigada no nordeste, o cerrado goiano, onde a modernização agrícola está presente cultivando não só a soja, mas também plantação de batatas, cebolas, café e outros itens nesse sistema de produção, com um modelo de empresa.

1.2 ORIGEM E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA

São João D'Aliança localiza-se no nordeste do Estado de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros. Possui uma área de 3.327 km, fazendo divisa com os municípios de Alto Paraíso, Nova Roma, Água Fria, Planaltina de Goiás, Formosa, Niquelândia e Flores de Goiás. Fica a 160 km de Brasília e a 394 km da capital Goiânia.

O município é cortado pela Serra Geral do Paranã e, assim, tem parte de sua área no Vale do Paranã, de topografia plana, que se diferencia em vários aspectos da Chapada dos Veadeiros.

Há no município presença marcante da Serra Geral do Paranã que atravessa a cidade de norte a sul formando uma bela área de transição entre o cerrado e floresta pré-amazônica. Seus principais rios são Tocantinzinho, Paranã, Cachoerinhas e Brancas, todos afluentes do rio Tocantins. Os rios que abastecem o município são o Rio das Brancas, também chamado Capetinga, que faz a divisa oeste do município; e o Tocantinzinho, que é a nascente do Rio Tocantins e forma a Lagoa Serra da Mesa. A divisa leste do município é feita pelo Rio Paranã, recebendo seus afluentes que se juntam mais adiante formando a Bacia do Tocantins. E ao sul está o Distrito Federal, no Planalto Central, onde nascem as Águas Emendadas, formadoras de três das cinco importantes bacias hidrográficas brasileiras. Este lugar, que já foi chamado de Olhos d'Água, é repleto de nascentes, assim muitas águas saem de São João d'Aliança e se espalham pelo Brasil. Em função do

desmatamento na região muitas nascentes estão gradativamente sendo destruídas. A estação climática é seca entre os meses de maio a setembro e chuvosa de outubro a abril.



Figura 1 - Mapa do Estado de Goiás situando o município de São João D'Aliança.
Fonte: Ministério do Transporte

De acordo com vários informantes, São João D'Aliança se origina no início do século XIX, com o povoado de trabalhadores da fazenda Olhos D'Água, no antigo município do Forte, às margens do Ribeirão de Capetinga. O primeiro registro oficial do município foi em 1910 (WIKIPEDIA.ORG, 2009, p. 1). O primeiro nome de São D'Aliança era São João da Capetinga palavra de origem indígena, que significa água branca, também relacionada ao Rio das Brancas.

Também no Relatório Cruls, quando se fala da região do Paranã em percurso para Formosa, aparece a existência de um sítio e um rio, ambos identificados por São João. Pode ser que se refira a esse município, pois antes era apenas a fazenda Olhos d'Água. Segundo Informante, “poderia ser dividida em posses e sítios com nomes diferentes como é na Carestia, na fazenda Polônia”.

Segundo o Senhor Eloi Domingues de Sousa, família proprietária do cartório, a Fazenda Olhos d'Água foi do registro paroquial nº 10.000 em tamanho e alqueires na Paróquia de Cavalcante. Nesse período, em Goiás, as paróquias é que emitiam os registros

de terras, como já foi dito. Elas eram situadas em: Cavalcante, Santa Rosa, Formosa e Santa Luzia e em Luziânia. Segundo este informante, “havia muita sesmaria na região, muitos proprietários vendiam suas posses, pois era muita terra, muitos não davam conta”. Para esse informante, havia também uma imprecisão rudimentar das informações que demarcavam a área da terra, pois em muitos títulos escrevia-se assim: “tal terra (área) começa pela serra tal, na confluência do rio tal, limite com o rés, enfim algumas identificações que não ajudavam”.

Para a Senhora Fadinha Martins do Carmo viúva do Senhor Balbino Fernandes do Carmo e nora de Teotônio Fernandes Graças, um dos primeiros herdeiros da fazenda Olhos D'Água, esta situação é verídica. Seu sogro era um dos herdeiros da fazenda e contou-lhe que a terra era muito grande e como o proprietário, Senhor Minigídio Fernandes Graças, tinha vários filhos, dividiu-a para todos ao longo do tempo. Desse modo a fazenda Olhos d'Água, diferentemente das outras fazendas da região, se constituiu numa “terra de herdeiros” (Almeida, 1987). Com o passar do tempo, houve por parte da família herdeira doação e venda de terras para povoar o município. Muitos informantes afirmam que uma das doações feitas foi para a construção da igreja de São João Batista, que ainda está no centro urbano do município, ao lado da feira municipal.

Na pesquisa de campo, encontram-se várias referências ao proprietário Minigídio Fernandes Graças, o polonês Antonio Rebendoleng Szervisk, Teotônio Fernandes e a família Ferreira de Sousa, como os principais focos de sustentação da fundação do povoado, além de outras famílias como a de Grisostomo (Chisostomo ou Crisostomo). Mas há pouca memória sobre os dados como, por exemplo, época em que os fundadores e seus descendentes chegaram, bem como os parentes que eram donos da terra, há informações desencontradas. Isto demonstra uma clara disputa pela memória local para definir qual dentre as famílias atuais é tem direito sobre a história. No processo de construção da idéia do herói civilizador, ao conversar com várias famílias sobre a origem histórica da localidade, cada uma afirmava que o fundador era um ancestral seu, ou sendo o primeiro a chegar ou sendo aquele que havia trazido a organização.

Verificou-se que há uma concordância da maioria dos entrevistados de que em 1910 o município era considerado arraial de São João da Capetinga e tinha uma capela dedicada a São João Batista. Em 1913, tornou-se vila São João da Capetinga. Nessa época, já passavam por lá os primeiros carros de boi e cavalos que iam de Formosa a Catalão adquirindo gado e vendendo mercadorias, em viagens que duravam meses.

Em 1925/26 a Coluna Prestes⁴ passou pela Serra do Paranã, segundo vários

⁴ A Coluna Prestes foi um movimento militar com grande marcha entre os anos de 1925 a 1927. Um movimento armado que visava desenvolver um conjunto de reformas institucionais, percorrendo 13 estados brasileiros.

informantes. Foram às fazendas e impunham seu poder sobre os moradores da região. Os membros da coluna eram identificados como "Os Revoltosos e Comunistas", porque invadiam e se apossavam das casas e dos bens da população local.

Segundo informante de 90 anos:

Eu me lembro dos revoltosos, eu tava acho que entre 8 a 12 anos, eles vieram duas vezes, não lembro bem da data, entre 1926 e 1935.⁵ Os revoltosos era gente muito ruim, eles eram um tipo de comunista porque invadia as fazendas e a casa de qualquer um. Eles faziam o que queriam e quem achasse ruim, eles batiam e maltratavam muito. Os revoltosos comiam a nossa comida, matava os bichos, pegava as mulheres, tinham a natureza ruim, zangados. Papai dizia que gente não tinha o que fazer, porque a gente tava isolado, e sem socorro. Muita gente abandonou suas terras ou vendeu barato, porque se desesperou e foi embora.

A memória local se refere ao fato como um acontecimento marcante e mesmo não lembrando exatamente da data, relata detalhes. Os mesmos fatos são repetidos por outros, inclusive, por quem não presenciou a passagem da Coluna Prestes. Muitos contam o fato como uma projeção própria. Esta identificação é segundo Michel Pollak (1992, p. 2), um tipo de memória herdada, onde um acontecimento foi transmitido por diversas pessoas ao longo do tempo e tornou-se um marco na memória local, o que significa que o acontecimento foi muito marcante para quem o vivenciou e por isso, os fatos, foram sendo prolongados e divulgados através da memória. Mas há também quem se refira aos revoltosos como pessoas importantes, inteligentes e que por isto foram acolhidos como refugiados por alguns moradores.

Outro fato relevante na lembrança histórica é a questão do isolamento, em São João D'Aliança, o que fez com que se buscasse também um representante para estabelecer a ordem entre os moradores e os visitantes.

Segundo um informante, havia uma pessoa que era um tipo de conselheiro, identificado como "quarteirão", que atuava como se fosse um delegado e líder do lugar; o primeiro quarteirão foi Raimundo Leão.

Brandão (1986, p.42) encontrou a mesma característica de isolamento em Diolândia, quando identificou a ausência de cidades ou mesmo de povoados próximos. Cada fazenda era, então, produtora e consumidora dos produtos da terra. Verificou-se assim que São João D'Aliança na época do isolamento mantinha contato econômico e relações políticas, principalmente, com o município de Formosa.

O meio de transporte usado para viagem era cavalo, carro de boi e o cargueiro,

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a Coluna Prestes passou duas vezes em Goiás: em julho de 1925 e setembro de 1926.

⁵ Temos aqui duas possibilidades. Ou ele se enganou na data de 1935, ou temos um fenômeno conhecido como sobreposição de memória. Neste ano ocorreu o movimento comunista liderado por Prestes conhecido por Intentona Comunista em que ocorreram levantes militares nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro.

levando-se muitos dias no percurso entre São João e Formosa. Com a campanha eleitoral da Aliança Liberal⁶, uma comitiva de políticos visitou várias vezes o povoado. Num desses encontros, Teotônio Fernandes Graças e Nereu Ferreira Ramos propuseram a mudança do nome da vila de São João da Capetinga para São João D'Aliança, já que ali se tornou um ponto de apoio da Aliança Liberal. Em 22 de abril de 1931 a vila passou à categoria de município, mas em 1939, por força do Decreto-Lei Estadual nº 1.233, de 31 de outubro de 1938, o município de São João D'Aliança foi extinto, passando à condição de distrito pertencente ao município de Formosa. Naquele momento, segundo a memória local havia um subprefeito chamado Clemente Santa Cruz que seria um administrador nomeado pelo prefeito de Formosa. Esse administrador governou o distrito de 1938 a 1953, com muita rigidez, até São João D'Aliança tornar-se município novamente.

Segundo o Senhor Eloi Domingues de Sousa:

Em 1953 foi feito o pedido de emancipação por Eloi Domingues de Sousa presidente do Partido Social Democrata (PSD) e Antero Domingues de Sousa, juntamente com Pedro Ludovico interventor do Estado de Goiás pelo PSD, Frederico Bernades Rabelo presidente do Partido Social Progressista (PSP) e Ademar de Barros, então governador de São Paulo, Nereu Ferreira Ramos da União Democrática Nacional-UDN de Jales Machado, então deputado federal, intermediaram com Leônidas Magalhães, então Prefeito de Formosa, na época, a emancipação. Conseguimos a façanha indo a Veadeiros para aglutinar a política da cidade, cujo líder político era João Bernardes Rabelo em 13/11/1953.

O lugar identificado por Veadeiros pelo informante, na atualidade, é o município de Alto Paraíso, mas na época era distrito de Cavalcante, sendo também emancipado em 1953 tanto São João D'Aliança como Alto Paraíso ficaram, de 1938/39 até 1953, sobre a dependência política de outro município. De acordo com o informante, com o decreto do governador do Estado de Goiás o município emancipou-se, tendo a instalação do seu governo em 1954. Assim, o primeiro prefeito foi Frederico Bernardes Rabelo (PSP). Eloy Domingues de Sousa foi o 1º vereador e 1º presidente da comarca de São João D'Aliança. Havia na região muita disputa de poder entre partidos políticos e coronéis que buscavam controlar a região.

De acordo com o IBGE (2005) e com a investigação feita, o modo de vida do município está associado ao modelo do coronelismo das fazendas, à presença marcante de negro na região do Paranã, em especial, no distrito do Forte e à presença européia da família do polonês Antonio Rebendoleng Szervinsk.

Há uma mistura entre os grupos familiares, não apenas mistura de parentesco, mas também na religiosidade, nas danças folclóricas (curradeira, lundu, catira, sapateados,

⁶ Esta campanha ocorreu entre 1929/30 e defendia a candidatura oposicionista a Presidência da República da chapa Getúlio Vargas e João Pessoa.

trovas, versos, poesias, rezas, ladainhas em latim) e nas festas religiosas (Caçada da Rainha, Santo Reis, São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário, Romaria Nossa Senhora da Abadia do Muquém, Nossa Senhora dos Verdes, Santa Luzia, Divino Espírito Santo, Divino Pai Eterno). Há também neste povo traços criativos expressos por muitos artistas, poetas, trovadores, repentistas, contadores de histórias, pintores, escultores, raizeiros, parteiras e rezadeiras.

1.2.1 A característica rural tradicional

A característica rural é muito marcante no município, já que as fazendas foram as primeiras formas de organização social e produtiva, com trabalho da lavoura e a criação de gado, tendo os trabalhadores e proprietários como percussores da produção econômica.

Outro modo de vida de grupos familiares presentes na região do município são as terras de posse. Segundo informantes, na década de 1940, quando as atividades de mineração já estavam se esgotando, muita gente que ficou sem trabalho e não tinha onde produzir, juntamente com outros trabalhadores de fazendas da região, procurou adquirir terras.

Desta forma, eles se organizaram em grupos e percorreram a região procurando terras consideradas *do governo e terras* identificadas como *devolutas*. Segundo um informante havia muita terra sem dono, muita mata virgem e lugares de difícil acesso. Esses eram escolhidos pelo grupo que logo depois construía casas, levavam suas famílias para morar e produzir na terra de posse. Entretanto, a fixação dos posseiros à terra dependia muito de dois fatores: um relacionado ao tamanho do grupo que ocupava e o outro ao acesso da área ocupada. Quanto mais difícil o acesso, maiores seriam as chances de esses ficarem com a terra. Na investigação foram encontrados os dois tipos de posseiros: um que conseguiu se fixar à terra e o outro⁷ que passava na terra um período e depois buscava outros lugares para ocupar.

As práticas de produção na fazenda e na terra de posse se diferenciam. Enquanto na fazenda, o lavrador trabalha a terra por empreita ou meia, na posse a terra de trabalho é de uso comum e todos trabalham para si, embora uns ajudem os outros no sistema de mutirão. Foi a partir dessas formas de organização de vida na fazenda e na posse que São João D'Aliança foi se constituindo em um povoado, tornando-se município.

Entre 1940 e 1944, para resolver o problema do isolamento e povoar o município, alguns proprietários de terras da região doavam ou vendiam barato pequenos pedaços de terras para pessoas que vinham de fora ou para parentes que casavam. O senhor Teotônio

⁷ Este tipo de posseiro era fora do padrão ficando para estudos futuros.

Fernandes Graças, já falecido, foi um dos que fez muita doação de terras. Segundo a sua nora, a Senhora Fadinha Fernandes, “essa foi uma forma usada para povoar a região que ainda era muito isolada”. Foi assim que surgiu o pequeno proprietário com pouca terra, a maioria vivendo na parte urbana. Entretanto, há outro tipo de pequeno proprietário: são filhos de origem da fazenda e que ao se casarem herdaram um pequeno lote de terra, onde passam a constituir sua vida numa espécie de pequena propriedade ou chácara (esta poderia ser nas terras herdeiras ou fora desta). Eles organizavam uma forma de viver neste lote, onde plantavam e colhiam no fundo do quintal, tendo a mulher e os filhos com os principais produtores. Quando a terra na fazenda era pouca e já não dava para outro filho morar, o pai comprava um pequeno lote na parte urbana e dava de presente para que o filho não ficasse sem ter herança. Inclusive alguns pequenos proprietários tiveram sua chácara comprada ou presenteada nesse período de doação e venda de terra.

Um informante de 70 anos relata:

Naquela época, era tudo muito difícil, a gente ficava isolado de tudo e quando queria comprar alguma coisa a gente tinha que ir pra Formosa. Papai andava léguas a cavalo para comprar as coisas. Muita mulher morria de parto e outras doenças aqui e nem todo mundo tinha condição de ir para Formosa. Nesse tempo, até o registro de criança quando nascia era registrado lá, depois isto foi mudando e vinha uma pessoa para fazer registros e casamentos de todo mundo. Tudo era difícil, muita gente largava suas propriedades e ia embora com a mão na frente e outra atrás para outro lugar para começar tudo de novo, porque se desesperava.

As doações ou venda barateada de terras que aconteceram fez com que muita gente saísse de Niquelândia, Flores de Goiás, Jatobazinho e outros lugares da região para adquirir um pedaço de terra. Em São João D’Aliança assim surge outra realidade que é a do pequeno proprietário, um emergente que tinha uma pequena propriedade ou porque ganhou da família ou porque comprou.

Além desses, há também o lavrador que se identifica como agregado que morava em um pedaço de terra em fazendas onde trabalhava, mas não era dono do espaço onde habitava. Segundo informante que viveu a vida toda trabalhando como agregado, essa situação ocorria principalmente em fazendas de fazendeiros fortes, com muita terra:

O proprietário deixava morar nas terras, tinha varias famílias morando, era mais o menos assim: cada um tinha um pedaço, uma área que era um quadrado para morar. O resto da terra plantava-se de meia, a gente plantava milho, feijão e às vezes arroz, tudo era dividido ao meio com o dono da fazenda. Já no nosso quadrado, o que era plantado era da família que lá morava. Os homens trabalhavam na terra de meia, enquanto as mulheres em casa e na terra do quadrado plantando horta, algodão e mandioca. Quando a gente se mudava de uma fazenda para outra, levava uma carta do fazendeiro indicando que era agregado de tal fazenda, se não era não recebido.

O agregado também está presente atualmente no município, sendo que muitos estão morando na parte urbana hoje são aposentados por idade já que trabalharam, mas não tinham registro na carteira, e também tiveram dificuldades para aposentar pelo Fundo rural, por falta de dados e referências que comprovassem seu trabalho. O agregado morava e trabalhava com toda a sua família na fazenda.

Mesmo que formalmente apenas o homem, ou seja, o chefe da família fosse contratado, todos os filhos tinham que ajudar. O pagamento era chamado de *tirar a sorte*: a cada cinco cabritos, bezerros ou porcos que nascessem, um era dos filhos; a cada cinco pintinhos, um também era dos filhos. Assim eles podiam aos poucos ter algum tipo de criação. Era a única forma de pagamento, além da plantação que faziam como meeiro. O agregado não tinha terra e também não se fixava por muito tempo num lugar, tudo dependia das relações que estabelecia com o proprietário da fazenda.

Os grupos familiares da fazenda, da terra de posse e da pequena propriedade é que constituem o foco de interesse da presente pesquisa. Ao se buscar compreender o modo de vida tradicional e as mudanças ocorridas, procurou-se situar apenas os grupos familiares que de alguma forma possuíam uma propriedade. Neste sentido, a fazenda, a terra de posse e a pequena propriedade foram os grupos investigados no município de São João D'Aliança.

1.2.2 O princípio de mudança

No período de 1959, apenas algumas fazendas tinham maior porte para investir na produção. Essas já dispunham de máquina que era utilizada na plantação, a plantadeira, assim como o monjolo, um enorme pilão mecânico movido a base de água que pisava o arroz separando o grão da casca, enquanto em outras fazendas mantinha-se o trabalho braçal. Por outro lado, muitos lavradores ainda viviam prioritariamente da agricultura de subsistência, trocando um produto por outro. Os poucos produtos excedentes comercializados eram levados para Formosa em pagamento das compras feitas no ano anterior.

A comunicação entre São João D'Aliança e Formosa aumentava e os pais que tinham mais recursos, começaram a mandar os filhos para estudar por lá. Foi também nesse período que a população da região começou a perder suas terras. Segundo informantes, em 1959, inicia-se o processo de perda de terras nos municípios com casos isolados. A perda de terras se deu pela “compra forçada”, pela “venda ingênua” e até pela expulsão de famílias.

Inicialmente a perda de terras começou na zona rural quando o grileiro se aproximava da propriedade, primeiramente para uma visita à família observando, fotografando e

elogiando as terras.

Em seguida, o grileiro chegava com um grupo de homens armados e portando documentos da terra. Nesse momento, oferecia dinheiro para comprar a propriedade por preço bem baixo. Caso não fosse aceito, chegavam de madrugada e muitas famílias acordavam com eles arrancando cercas e atirando por todo canto para forçar a saída da família. Assim foi na terra de posse, um lugar chamado de “Mata serena”, que segundo uma informante, os grileiros não deixavam sua família em paz. O grupo familiar ficou com medo de tanto que eles perturbaram e acabaram vendendo ou abandonando:

Em 1960 eles chegaram de avião tiravam foto. Muitos não aceitaram, mas eles não foram violentos, até que os grileiros começou a encher o saco, eles não saia do nosso pé, né. A gente acordava com eles em nossas terras. Eles cresceram o olho porque sabia que era terra produtiva, era gente grande, o pessoal da alta escala, até que, em 1965, muita gente já tinha ido embora.

Em outras fazendas situação semelhante aconteceu. Muitas famílias acordavam com o grileiro e seus capangas na porta. Apesar de eles terem a documentação das terras e contratarem advogados, não teve outra saída. Os grileiros entraram e se apossaram das terras. Nesse caso houve a expulsão forçada com ameaças e a família teve que sair da propriedade para não perder a vida.

Em 1963 meu pai vendeu as poucas vacas que tinha para pagar um advogado que não fez nada por que ganhou do outro lado, tivemos que vir pra cá, nas carreiras, passamos momento difícil, até fome. A gente tinha fatura em nossas terras.

Assim muitas famílias tiveram que ir para a parte urbanizada do município, passando a trabalhar como empregados ou abrindo pequenos comércios para sobreviver na cidade. Era o momento da construção de Brasília, o que trouxe muitas mudanças para o município, abrindo possibilidades de maior comunicação com a abertura de estradas, instalação de energia elétrica e posto telefônico, dentre outros. Em 1969, um grupo norte-americano comprou uma fazenda para criação de gado, porco, galinha. Contrataram pessoas para trabalhar derrubando a mata para fazer pasto. Toda a criação era vendida para os políticos, restaurantes e outros órgãos de Brasília, principalmente galinhas e porcos. Houve muitos conflitos, segundo um informante que trabalhou com os americanos, pois esses passaram a invadir as terras dos outros, por fim foram embora.

Após esse momento, veio a exploração do mineral Manganês. A primeira fase da exploração foi nos anos 1970, quando vieram representantes de uma empresa de São Paulo para fazer pesquisas. Houve a extração de manganês, mas não trouxe grandes

transformações: pouco tempo depois que o mineral escasseou, os responsáveis sumiram, ficando a população na situação de antes.

Nos anos 1980, em função da proximidade com Brasília, São João D'Aliança passou a ser servido por rodovias (GO 118 e/com BR 010). Temos ainda a instalação de rede telefônica, energia elétrica e o incentivo ao desenvolvimento regional com o estímulo a agricultores vindos do sul para explorar a terra de forma mecanizada, o que trouxe grande impacto e modificação no espaço do cerrado local.

A história da produção da região inclui alguns fracassos ainda muito marcantes para a população local, como a iniciativa de favorecer o desenvolvimento regional com a cessão de terras a cerca de 30 empresários oriundos do sul do país, na década de 80. Os resultados mais evidentes, hoje, são: a grande degradação ambiental, considerável perda de solos com o plantio de grãos, principalmente da soja e grande número de trabalhadores rurais, contratados pelas empresas gravemente intoxicados por agrotóxicos. Daqueles empresários, permaneceram na região apenas 10% do número inicial (CHALUB-MARTINS, 2005: 2).

No que se refere à intoxicação por agrotóxicos, segundo informantes, ainda há muitos casos na atualidade. A situação está em destaque no município, pois em junho de 2009 houve mais um óbito em função da intoxicação da agricultura moderna.

Mas, a agricultura mecanizada no nordeste goiano passa a ser bastante significativa. De acordo com Lima (2002, p. 3), os municípios com maiores áreas destinadas a estas atividades são: São João D'Aliança com 55,06%, Alto Paraíso com 22,50%, Monte Alegre com 7,75% e Campos Belos com 7,30%. A chegada do desenvolvimento regional traz a modernização na plantação e em São João D'Aliança temos o arrendamento de terras para o cultivo de eucalipto e batatinha, a partir de investidores de todo o país, principalmente de Minas Gerais.

Nesse período o processo de perda de terras se intensifica. Inaugura-se uma nova forma de violência com a ação de expulsão a partir do uso de fogo. Os grileiros após tentarem comprar propriedade barateada, esperavam as pessoas irem para o trabalho e colocavam fogo em suas casas que tinham a cobertura de palha. Em 1984, temos a segunda ação de grileiros com tentativa de expulsão por incêndio na comunidade de Pedra de Amolar, quando foram queimadas 43 casas. Os grileiros procuraram se apropriar da área da comunidade com a ação de incendiar as casas deixando muitas famílias apavoradas, levando algumas a abandonarem sua propriedade.

Segundo vários informantes, nesse período, o pároco da igreja católica local, Padre Bernardo, já falecido, tentou ajudar a população, mas tempos depois ele foi transferido. Além de sofrer pelo efeito psicológico da violenta ação, a comunidade perdeu os poucos bens e os preciosos documentos das terras que possuíam.

Muitos moradores se apavoraram com a violência e fugiram, vendendo ou dando suas terras a preço bem inferior, o que caracteriza um processo de “venda forçada” (Almeida, 2005). Assim, muitos foram para a parte urbanizada, levando alguns animais que ficavam soltos na cidade. Em toda casa tinha um quintal, um chiqueiro e um curral mantendo-se, nesse pequeno espaço, a roça e a criação de animal.

Em 1985 e 1986 tivemos mais dois fatores que colaboraram para que os pequenos proprietários vendessem suas terras e fossem morar na cidade. O primeiro foi à chegada dos sulistas, cerca de 30 pessoas com dinheiro para investir na soja na região. A segunda influência foi o plano econômico do governo José Sarney, com o incentivo ao fundo de poupança com porcentagens de lucro em alta, algumas pessoas se iludiam e começaram a vender as suas terras para morar na cidade e viver dos juros da poupança. Assim casou-se um perfeito plano de perdas de terras, onde temos a chegada de compradores e um plano econômico que “aparentemente” levava o desenvolvimento para todos, caracterizando um processo de “venda ingênua”.

Além disso, muitos grupos familiares pensavam que seriam beneficiados com emprego neste novo modelo de desenvolvimento. Mas foram surpreendidos, pois os sulistas empresários chegaram e trouxeram máquinas e trabalhadores do seu Estado para trabalhar, que assumem o lugar do lavrador e de suas práticas tradicionais de uso da terra. Dessa forma, os saberes antigos de manejo e uso da terra também foram sendo substituídos por novos saberes e em função dessas mudanças surgiram diversos problemas de ordem social e ambiental no município.

Na década de 1990, a população de São João D'Aliança já tinha muitos problemas devido à crescente transformação econômica, social, política e ambiental. O desmatamento, uso abusivo de agrotóxico, questões trabalhistas ganhavam destaque nesse cenário.



Fotografia 4 - Planta urbana da sede do município período de 1989/92
Fonte: Prefeitura Municipal de São João d'Aliança
Autora: Verônica Almeida
Data: 2009

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE GOIÁS / COMARCA DE ALTO PARAISO / DISTRITO JUDICIÁRIO DE SÃO JOÃO DA ALIANÇA

ELDIR DOMINGUES DE SOUSA
 TABELIAO

HELMA ELISÂNGELA ASSUNÇÃO DE PAULA
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS, TESTOS, PESSOAS JURÍDICAS E SEUS ANEXOS
 AV. TEOTÔNIO FERNANDES GRACAS Nº 900 FONE: (62) 438-1211

1º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
 Eldir Domingues de Sousa
 Tabelião
 Palma Assunção A. de Paula
 Escrevente Autorizada
 SÃO JOÃO D'ALIANÇA - GO

CERTIDÃO

Certifico, à requerimento verbal feito por parte interessada que revendo em Cartório o Livro nº3-A de Transcrição das Transmissões, nele, às fls.46 encontrei o registro feito do imóvel denominado **Loteamento urbano da Fazenda Olhos D'Água Patrimônio e sede do município de São João D' Aliança**, a seguir descrito na transcrição seguinte:

NÚMERO DE ORDEM: 435. NÚMERO DA TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 431.
 DATA:10.2.1960. CIRCUNSCRIÇÃO: Termo de São João da Aliança.
 DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO: Loteamento Urbano da Fazenda Olhos D'Água, Patrimônio e sede do município de São João da Aliança.
 CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES: Perímetro Urbano: O perímetro urbano da cidade de São João D' Aliança, doravante compreende a área loteada caracterizada dentro das seguintes divisas: "Começa no Cruzamento da Praça "C" com a Alameda do Brejo; daí pela Alameda do Brejo até a divisa do lote 1(um) da Quadra "A", daí, margeando esta divisa até seu encontro com a Rua 2; daí pelo Rua 2 até seu cruzamento com a Rua 5; daí pela Rua 5 até seu cruzamento com a Rua 22; daí pela Rua 22 até seu cruzamento com a Rua 17; daí pela Rua 17 até seu cruzamento com a Av. Prefeito Antero Domingues de Souza; daí pela mesma Avenida, até seu cruzamento com a Rua 19; daí pela Rua 19 até seu cruzamento com a Rua 26; daí pela Rua 26 até seu cruzamento com a Praça "C", daí, contornando a Praça "C" até o ponto de partida onde iniciaram estas divisas.
 RAIOS E CURVAS: Os cantos de quadras regulares são concordados com curvas e raios de 5 metros. NÚMERO DE LOTES: Foram projetados 1.395 lotes assim distribuídos: Lotes Residências – 1.245, Comerciais: 121, Industriais: 29. A área loteada perfaz um total de 2.125.572,14 metros quadrados distribuídos do seguinte modo: Área destinadas para lotes: 843.275,15m²; para praças: 66.434,50m²; para Avenidas e Ruas:878.456,49m²; para melhoramentos públicos: 32.177,00m²; para chácaras: 305.229,00m². Nota se, que a área ocupada por Ruas e Avenidas corresponde a 48,25% da área loteada que é um índice bastante elevado. NOME, DOMICILIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: Patrimônio do Município de São João D' Aliança, ora loteado em lotes e chácaras urbanos. NOME, DOMICILIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: Condôminos da Fazenda "Olhos D'Água de cuja parte destacada abrange o loteamento da Sede deste município, loteamento desempenhando pelo agrimensor Juarez Magalhães de Almeida, Diplomado, agrimensor da CREA 4.816. TÍTULO: Memorial Descritivo. FORMA DO TITULO DATA E SERVENTUÁRIO: Memorial Descritivo sobre levantamento, demarcação e loteamento do imóvel denominado "Olhos D'Água", Patrimônio e Sede do Mº de São João D'Aliança, datado de 30/11/959 e assinado pelo Agrimensor Juarez Magalhães de Almeida – CREA 4.816-

Diplomado - Firma reconhecida. VALOR DO CONTRATO:-- CONDIÇÕES DO CONTRATO: São João D' Aliança, 10 de fevereiro de 1.960. Eloi Domingues de Sousa-O Oficial. AVERBAÇÃO: --- Nada mais consta até a presente data. E o que contém em aludida Transcrição e da qual extrai a presente Certidão de inteiro Teor. Eu, Helma Elisângela Assunção de Paula – Escrevente Autorizada do Cartório do Primeiro Ofício de Notas, Registro de Imóveis e Anexos de São João da Aliança, Estado de Goiás, que a digitei, conferi, dou fé, dato e assino.***

São João da Aliança-GO, 14 de setembro de 2004.

Helma E. Assunção de Paula
HELMA ELISÂNGELA ASSUNÇÃO DE PAULA
 ESCRIVENTE AUTORIZADA

Taxa. Judiciária GRS nº1031097-1 R\$5,76, Emolumentos R\$15,00, Total R\$20,76.

TABELIONATO DOMINGUES

1º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
 Eldir Domingues de Sousa
 Tabelião
 Helma Elisângela A. de Paula
 Escrevente Autorizada
 SÃO JOÃO D'ALIANÇA - GO

Imagem 1- Certidão do loteamento urbano da fazenda Olhos D'Água 2004
 Fonte: Prefeitura Municipal de São João d'Aliança



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS / COMARCA DE ALTO PARAÍSO / DISTRITO JUDICIÁRIO DE SÃO JOÃO DA ALIANÇA
ELDIR DOMINGUES DE SOUSA
TABELIÃO
HEILMA ELISÂNGELA ASSUNÇÃO DE PAULA
ESCREVENTE AUTORIZADA
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS, REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, PROTESTOS, PESSOAS JURÍDICAS E SEUS ANEXOS
Rua Felipe Crisóstomo do Carmo - Quadra 61 Lote 15 - Centro - Fone: (62) 438-1211

CERTIDÃO

Certifico, que à requerimento verbal de parte interessada e em Breve Relato que revendo em Cartório o Livro nº2-B de Registro Geral, nele, às fls.06Vº, encontrei o registro do imóvel denominado Loteamento "PARQUE MAUÁ", situado neste município de São João da Aliança-GO, a seguir descrito na Matrícula seguinte:

MATRÍCULA Nº98 = NOVENTA E SEIS = Registro nº03. DATA: 12/01/1.981. Nº DO REGISTRO ANTERIOR: Nº02, fls.73 do Livro 2-A - Matrícula 96. IDENTIFICAÇÃO NOMINAL: Loteamento "PARQUE MAUÁ". IMÓVEL: "Que a Empresa São João de Imóveis S/C LTDA, na qualidade de proprietário do Loteamento urbano, denominado "PARQUE MAUÁ", desmembrado da Fazenda "Olhos d'Água", situada neste município, aprovado pela Prefeitura Municipal desta cidade, conforme Decreto nº001 de 02/01/1.978, e inscrito no Livro nº8-B sob nº09 nos termos do Decreto Lei nº58, de 10/12/1.937, regulamentado pelo Decreto número 3.079 de 15/09/1.938, cuja fazenda foi adquirida por compra à Mirtes Rodrigues Silva e Denis Costa, conforme consta da Escritura pública de compra e venda lavrada em 29/09/1977, às fls.73 sob nº02 referente a matrícula 96 com um total de 820(oitocentos e vinte) lotes e que sendo única proprietária, os sócios entre si, os únicos condôminos do referido loteamento, dentro dos limites certos e definidos na aludida escritura de aquisição, e que não lhes convindo continuar em comunhão resolveram de suas livres e espontâneas vontades e de comum acordo dividir entre si os lotes constantes do referido loteamento, conforme se verifica de planta e memorial arquivadas neste cartório, na forma seguinte: "Quinhão do Sócio e Condômino Anselmo Haraldt Walendy, em pagamento de sua quota - parte. Haverá para o pagamento deste quinhão, apenas uma quadra, ou seja a Quadra nº10, com um total de 48(quarenta e oito) lotes; Quinhão do Sócio e Condômino, senhora Mirtes Rodrigues Silva, em pagamento de sua quota - parte. Haverá para este pagamento: Onze (11) quadras, ou sejam, as Quadras de ns: 01, 02, 03, 04, 05, 09, 11, 16, 17, 21 e 25, num total de 362(trezentos e sessenta e dois) lotes; Quinhão do Sócio e Condômino - Denis Costa. Haverá para pagamento de sua quota - parte: Quatrocentos e dez (410) lotes, constantes das Quadras 06, 07, 08, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23 e 24.

R03/96. ADQUIRENTES: Anselmo Haraldt Walendy, brasileiro, casado, empresário de diversões e corretor de imóveis, portador da CIRC-SP nº1.452.515 e inscrito no CPF/MF da Fazenda sob o nº030.491.678/15, residente e domiciliado na cidade de Mauá, SP; Mirtes Rodrigues Silva, brasileira, desquitada, do lar, portadora da CIRC/SP nº3.898.896 e CPF/MF nº645.219.078/49, residente e domiciliada à Rua América Central nº43, Santo André-SP; e Denis Costa, brasileiro, solteiro, maior, estudante, portador da CIRC/SP nº11.375.228 e CPF nº987.271.678/91, residente e domiciliado à Rua dos Bandeirantes, nº153, Mauá, São Paulo.

TRANSMITENTE: Empresa São João de Imóveis S/C LTDA, com sede nesta cidade de São João da Aliança-GO; à avenida Prefeito Antero Domingues de Sousa, S/N, e inscrito no CGC do Ministério da Fazenda sob o nº02367606/0001-40 e CRECI 1.117, 5ª Região. TÍTULO: Escritura pública de divisão Amigável, lavrada em 12/01/1.981, às fls.24vº/26 do Livro nº29 deste Cartório. São João da Aliança, 12 de janeiro de 1.981. Eloi Domingues de Sousa. O Oficial. E o que contém em relação ao que foi requerido para fins de Georreferenciamento e que Certifico em Breve Relatório. Eu, Helma Elisângela Assunção de Paula - Escrevente Autorizada do Cartório do Primeiro Ofício que a digitei, conferi, dou fé, pelo assinado. &&&

São João da Aliança-GO, 28 de Junho de 2.005.

Helma Elisângela Assunção de Paula
HEILMA ELISÂNGELA ASSUNÇÃO DE PAULA
ESCREVENTE AUTORIZADA

Taxa judiciária será recolhida pela GRS nº1127408-7, R\$6,48.
Emolumentos de R\$15,00, Total de R\$21,48.

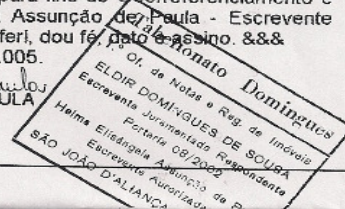


Imagem 2 - Certidão do loteamento urbano da fazenda Olhos D'Água 2005
Fonte: Prefeitura Municipal de São João d'Aliança

Em 1991 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João D'Aliança foi estruturado e ativado. Isso ocorreu principalmente porque muitas mulheres tinham interesse em resolver os problemas com aposentadoria rural e as questões trabalhistas como falta de registro em carteira, acidentes de trabalho, intoxicação por produtos químicos e desigualdade salarial entre sexos. Tudo isso levou a população a lutar pela organização do sindicato local. Diante dos problemas socioambientais locais decorrentes desta nova atividade econômica, com o plantio de soja, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João D'Aliança, no ano de 2000, procurou a Universidade de Brasília com intuito de solicitar assistência técnica através de parcerias. Daí surgiu em abril de 2001 o Projeto Mulheres das Águas, cujo objetivo é

desenvolver ações para a conservação dos recursos naturais do cerrado, atuando através de diversos segmentos sociais como igreja, escola, sindicato e outros no município. Também nesse ano foi criado através do Decreto Nº 5.419, de 07 de maio de 2001, pelo governo do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, a Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, destinada fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros. Nesta APA de Pouso Alto, São João D'Aliança está inserida, porém o atual Secretário do Meio Ambiente, Jalles Teles, reclama da ação do governo ao não discutir com os municípios antes do decreto. Segundo informa, os municípios envolvidos (Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul, São João D'Aliança e Nova Roma) foram surpreendidos. Todos os municípios entraram com ação civil pública para anulação dos atos administrativos decorrentes do decreto de criação da APA. Na atualidade está havendo a implantação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e nova exploração do manganês dentro da APA e quando os empresários vão ao município “já estão com toda papelada aprovada pelos demais órgãos do Estado, só pegam uma autorização municipal que custa cinco reais para explorar a área que precisa”. Assim tanto as PCHs, quanto o Manganês e a soja são explorações que afetam o meio ambiente. No entanto, faltam instrumentos políticos e jurídicos para garantir ao município maior controle desse uso.

A pesquisa de campo tomou como informantes aqueles participantes e não-participantes do Projeto Mulheres das Águas que se identificaram como lavradores. Para a pesquisa, lavradores são os praticantes de um modo de vida tradicionalmente rural. Esse modo de vida vai se modificando com a perda de território, processo que se iniciou em 1960 e se intensificou nos anos 1980, com a chegada do desenvolvimento regional.

A maioria da população que sempre viveu da produção de uma agricultura de subsistência, guiada por um saber tradicionalmente local sofreu com uma série de conflitos, sendo expulsa de suas terras e se restringindo atualmente na zona urbana. Também foi excluída socialmente pelo processo oficial de modernização agrícola que atraiu produtores da região sul do país.

Hoje a população está tendo que viver na cidade em um espaço menor. Em geral, as famílias possuem pequenos lotes, onde residem, plantam e criam animais de pequeno porte no quintal. Havendo ociosidade da força de trabalho familiar, vivem em maioria de “bicos” em empregos temporários, trabalham com pequenos comércios ou são empregados em fazendas. Dessa maneira, a população encontra-se quase que completamente espremida na zona urbana. Apesar disso, seu modo de vida ainda é eminentemente rural.

Atualmente sua economia é aquecida, principalmente, pela renda dos aposentados. É

ela que, em maioria, sustenta a família.

Os dados oficiais do Censo econômico (IBGE, 2005) indicam que a população residente em São João D'Aliança é de 8.117 habitantes. Os dados (IBGE, 2000), totalizavam 7.736 habitantes sendo que 3.561 são homens e 3.175 são mulheres, 4.188 residem na área urbana e 2.158 na área rural. A maioria é jovem, 4.165 pessoas com idades entre 10 e 29 anos. O que demonstra que houve um aumento populacional no município.

A rede de ensino é constituída por 19 escolas sendo duas da rede estadual, 15 municipais e duas privadas (IBGE, 2005). Na educação pré-escolar temos sete escolas municipais e duas privadas. No ensino fundamental existem duas escolas estaduais, 15 municipais e duas privadas.

No ensino médio temos apenas uma escola estadual. Quanto ao ensino superior não há dados informados. A saúde local é especificamente um serviço público do município. Existem três estabelecimentos municipais, sendo um com e dois sem leito para internação.

As principais atividades econômicas são o comércio – concentrado em poucas residências – atividades ligadas ao serviço público – em sua maioria da rede municipal –, atividades em fazendas e o serviço doméstico realizados em residências. A única agência bancária pertence ao Banco Itaú. O comércio local consta de farmácia, padaria, açougue, pastelaria, restaurantes, armazéns, supermercados e uma feira municipal. A renda mensal média dos responsáveis por seus domicílios está entre o valor de R\$ 204,00 e R\$ 525,42, caracterizando uma renda muito inferior e um índice relevante de pobreza. Enquanto o salário mínimo é de 465,00 reais, sendo que este ano de 2010 há uma previsão deste passar para 510,00 reais, por tanto há pessoas vivendo com uma renda menor do que o salário mínimo nacional.

No que se refere ao abastecimento de água, temos 1.152 residências atendidas pela rede geral, 373 com acesso à água por poço ou nascente e 152 com outras formas. Conforme a Agencia Goiânia de Desenvolvimento Regional- AGDR (2006) não há qualquer tipo de rede de esgoto para atender a população, a fotografia da fossa a baixo comprova que não há rede de esgoto, isto foi confirmado também por moradores com relação à coleta de lixo.

A comunidade tem condição social considerada muito pobre em relação as suas condições de vida. Embora haja um potencial em plantio de soja na região e no município, as riquezas da produção ficam concentradas nas mãos de alguns, não havendo investimentos mais significativos para melhorar as condições de vida da população.



Fotografia 5 - Tipo de fossa padrão na cidade
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

A situação é semelhante em relação a outros setores, como o trabalho, quando a própria população afirma que há falta de emprego, saúde, educação e acesso as condições básicas de direitos civis são procurados fora. Esta falta de investimento no município é vista como um grande problema local e regional. Aliado a isso, a média salarial muito baixa faz com que muitos busquem o Distrito Federal para trabalhar e ter melhores condições de vida. Percebe-se que as condições básicas para melhorar a qualidade de vida da população como saúde, educação e saneamento de água e esgoto não são priorizados pelo investimento do poder público municipal e estadual.

Também é bastante visível que não há instituições de escolas técnicas e ensino superior, o que leva muitos jovens à ociosidade, envolvendo-se com bebidas, drogas e situações de violência. Alguns terminam saindo para estudar e trabalhar em outros lugares. Da mesma forma, a saúde pública é bastante precária o que geralmente leva a população a procurar o Distrito Federal e outros lugares para se tratar. Assim a população está há muito tempo vivendo em condições difíceis em função de um progresso que não a favoreceu.

Um pouco dos instrumentos de trabalho



Fotografias 6 - Moradores de São João D'Aliança e seus instrumentos de trabalho
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

2 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NA TRADIÇÃO



Fotografia 7 - Um olhar entre a cozinha e o quintal
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

2.1 A FAZENDA: O MODELO IDEAL

Falar da fazenda como modelo ideal é reportar-se a tradição, por isto este capítulo procura discutir sobre as formas de organização dos grupos familiares, o uso, o acesso a relação que estes grupos tinham com os recursos do cerrado.

A idéia de tradição é impermeável à mudança é um mito, as tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina. (...) As tradições são sempre propriedade de grupos comunidades ou coletividades. Indivíduos podem seguir tradições ou costumes, mas as tradições não são uma característica do comportamento individual do modo como os hábitos são (GIDDENS (2007, p. 53-54))

Desta maneira, entende-se que os grupos familiares é uma instituição tradicional que tem uma forma de viver e se organizar com um modo próprio repetindo os papéis sociais e as atividades tradicionais que seus antepassados realizavam. Deste modo, os grupos familiares asseguram a tradição através de seu modo de vida configurando assim uma

identidade própria entre os membros desta coletividade. Assim entende-se que a tradição tem haver com a experiência que é repassada de uma geração a outra, desta forma a tradição torna-se um meio de conectar o presente e o futuro.

Conforme foi visto no capítulo anterior, a Fazenda Olhos d'água foi à primeira forma de produção e organização social a tradição, pois foi a partir dos seus proprietários e trabalhadores que teve início a primeira forma de povoamento do Município de São João D'Aliança. Este município que já possuiu uma população em sua maioria rural, hoje tem maior parte de seus habitantes residindo na parte urbana. De fato, porém, outras fazendas existiam: a Fazenda Polônia, propriedade do Polonês Antonio Rebendoleng Szervinsk de acordo com registro paroquial, ou seja, uma sesmaria, localizada no distrito de Água Fria; a Fazenda Jatobazinho que tinha como primeiro proprietário o Senhor Ângelo de Souza Ferreira, um militar que veio de Minas Gerais e casou-se com Maria Crisostomo do Carmo.

Segundo seus descendentes, "é uma fazenda, muito antiga e inclusive chegou a ter escravos" ficando muito afastado da parte urbana; a Fazenda Engenho tendo José Bertoldo das Dores e Fausta de Sousa Ferreira como os primeiros proprietários, desde 1800. Ele era capitão do exército que, de acordo com informantes, comprou seis léguas de terras no sistema sesmarias, ficando também no meio rural. Todas essas fazendas foram às primeiras formas de organização social em São João D'Aliança.

Segundo informantes, as fazendas antigas eram todas oriundas de sesmarias, tornando-se terras de herdeiros, sendo divididas em função da herança. Cada família possuía muitos filhos, estes quando se casavam recebiam um pedaço de terra para morar, desta forma a propriedade era dividida entre os herdeiros. A Fazenda Olhos d'água também enquanto sesmaria foi sendo dividida entre herdeiros realizando posteriormente vendas e doações de pequenos lotes para igreja, parentes e outros. As demais fazendas inclusive com áreas menores que foram levantadas durante a pesquisa de campo são terras compradas e vendidas a preços irrisórios, conforme Brandão (1986, p. 42) também investigou, isto ocorreu em São João D'Aliança e atraiu muitas pessoas de outros municípios que desejavam adquirir terras.

A forma de vida na fazenda demonstra que, além da estrutura e da organização social em torno da produção econômica e das relações familiares, essa também possui "uma construção ideológica" no sentido de Woortmann (1987, p.15), sendo parte de uma estrutura social que se diferencia dos outros grupos familiares que posteriormente serão apresentados. As famílias desse modo de vida dispõem de muita terra, conseqüentemente possuem maior produção e poder de decisão em relação aos demais grupos, destacando-se entre as classes sociais como aquela que seria da classe alta e/ou média.

A fazenda representa ideologicamente um modo de vida ideal em que as condições

econômicas contribuem para manter uma organização cultural de muito prestígio e poder. Além disso, esse modelo não só é idealizado, mas opera nas mentes dos demais grupos investigados, sendo manipulados com arranjos que se adéquam à realidade vivida de cada grupo que tenta reproduzi-lo em sua vida. Em *A família das mulheres* Klaas Woortmann (1987, p. 12) verifica que as famílias de elite, na Bahia, são as que possuem padrões de classe média e cultura dominante, sendo compreendidas como modelo ideal, onde os demais grupos considerados pobres tentam reproduzi-lo, constituindo assim “um modelo adaptativo, emergente da práxis quotidiana dos pobres.” Observou-se a mesma situação em São João D’Aliança, quando os grupos familiares pobres se referem à fazenda como um grupo social que sempre possuiu um poder aquisitivo melhor, uma classe dominante. Talvez em função disso, seus papéis sociais e sexuais são fontes de inspiração e realização dentro dos demais grupos.

2.1.1 A fazenda: o lugar do homem e da mulher na economia de subsistência

A fazenda enquanto espaço de morada e de muito trabalho é para a população que vive nela um lugar construído, pela roça, criação de gado e pela casa. Na fazenda há uma visão de que o homem possui conhecimento e poder sobre o ambiente podendo gerar recursos econômicos. Dentro do grupo familiar, o homem exerce o papel de dono da terra não só por ser o chefe da família, mas por que é, conforme Woortmann (1997), socialmente concebido como possuidor do conhecimento necessário para realização da produção. O homem é o pai, dotado do conhecimento e poder sobre a terra, de modo a garantir não apenas o sustento da família, mas também seu poder e proteção.

Desta forma, o homem tem prestígio e poder de decisão sobre a vida familiar e social podendo opinar e decidir sobre a vida neste espaço, pois ele é entendido como o principal membro da família a definir as relações entre trabalho e a economia do lar.

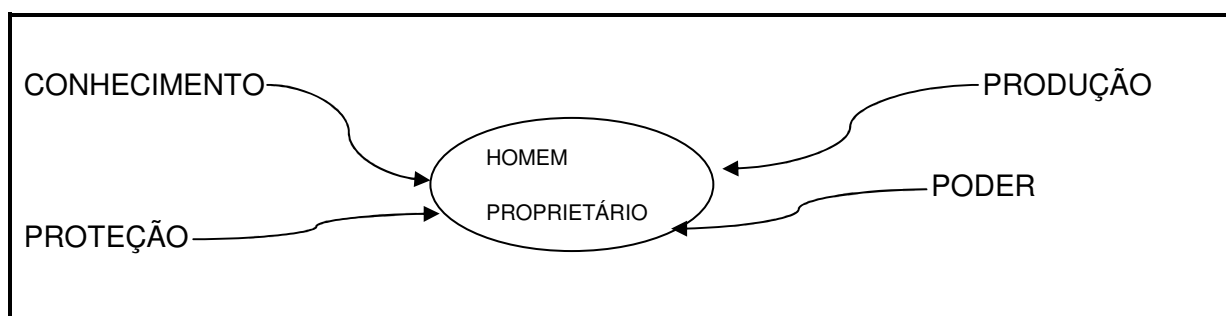


Ilustração 1 - Representação social do homem

As relações de poder em São João D’Aliança eram e são estabelecidas a partir da interferência ou influência dos proprietários das fazendas. Os homens se reúnem e tomam

as decisões sobre a vida cotidiana dentro e fora da fazenda. Assim, os homens proprietários da fazenda definem não só a forma de produção e as regras administrativas entre proprietários e empregados, família e filhos, mas também a vida social, política, econômica fora desse espaço.

Mas, segundo informantes, a fazenda é o lugar de muito trabalho já que é lá que se realiza muita produção, seja com a roça, seja com o gado. O trabalho da roça, ou a lavoura estava presente em todas as fazendas já que se plantava para o sustento familiar. Na lavoura, havia a plantação de arroz, milho, feijão e mandioca como os principais produtos alimentares que garantiam o sustento da família e a venda do excedente. Já a criação de gado, embora também contribuísse com a economia da casa, era desenvolvida com a intenção da venda.

Aqui já se tenta abandonar o rotineiro sistema de criação extensiva para enveredar pelo campo da pecuária racional. Os criadores preocupam-se com a seleção das raças, com os reprodutores, dando atenção também ao problema da forragem com a formação de pastagens artificiais. O gado zebu, com seu tipo mestiço, Indubrasil, resultante do cruzamento do Gir e Guzerate ou Gir e Nelore domina incontestavelmente em todos os rebanhos do Triângulo, tendo já penetrado nos campos de criação de Goiás, Mato Grosso e norte de Minas Gerais (SOUZA, 1966, p.436).

Embora a criação de gado fosse concentrada para a venda, nem todo proprietário de fazenda conseguia ter uma grande quantidade de gado. Mas, de toda forma, havia a necessidade de ter pessoas para trabalhar na lavoura e trabalhadores para atuar apenas com o gado. Brandão (1986, p.42) ao investigar sobre o campesinato goiano, verificou na organização das grandes fazendas de gado que lá viviam e trabalhavam a família do proprietário e famílias de agregados. O lavrador era atuante mais precisamente da roça, enquanto o boiadeiro (ou peão) trabalhava com o gado. Assim tanto o lavrador como o boiadeiro aparecem como figuras típicas dessa região.

O boiadeiro (SOUZA, 1966, p.436) atuava como um comerciante de gado servindo de intermediário entre fazendeiros criadores e os invernistas, uma vez que é ele que viaja muito levando o gado.

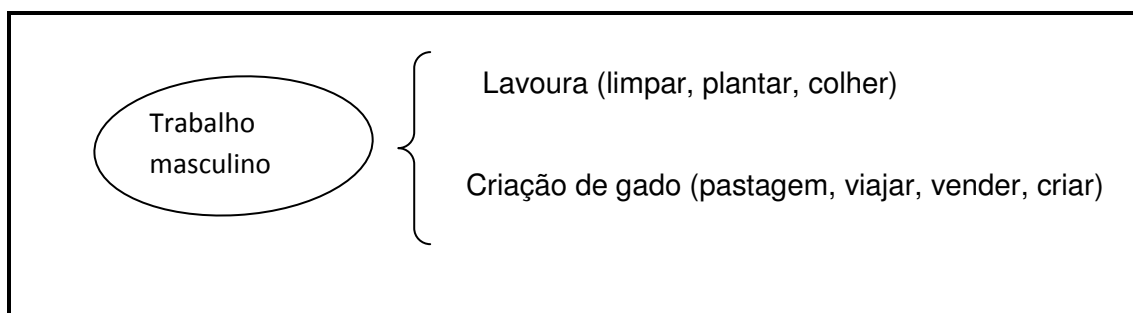


Ilustração 2 - Trabalho masculino na fazenda

Além da roça e da pastagem onde o gado ficava, há a casa: outro espaço, de esfera doméstica, ocupado principalmente pelas mulheres. Assim, conforme Heredia et. al (1984, p. 30), “se o lugar do homem é o roçado, o lugar da mulher, mãe de família, é a casa”. As mulheres são vistas pelo poder afetivo e reprodutivo, organizativo, transformador e comunicativo. Conforme a percepção dos informantes, a mulher tem o poder da maternação, o domínio no espaço doméstico e é produtora de uma economia secundária.

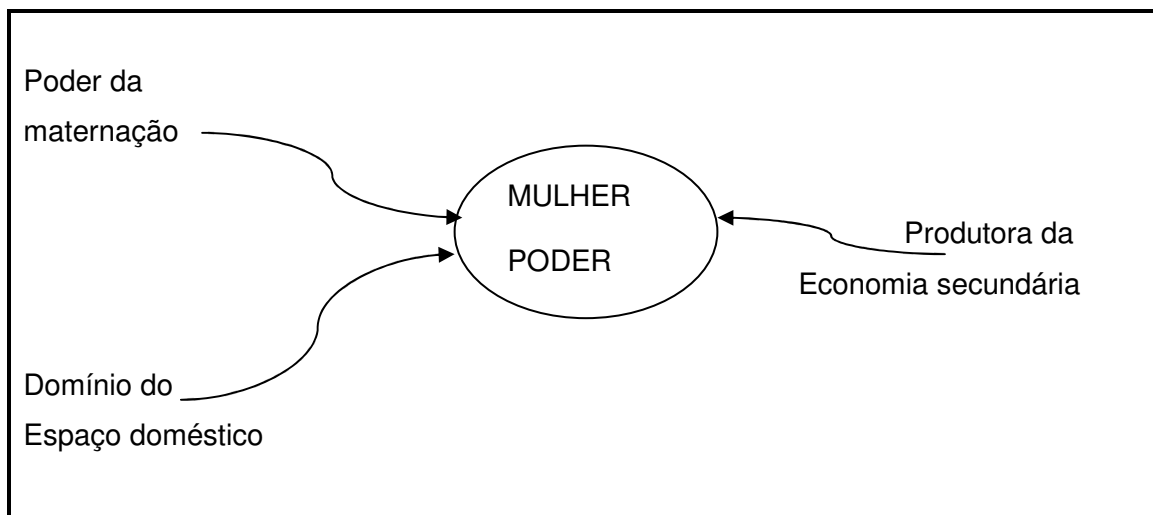


Ilustração 3 - Representação social da mulher

Observou-se que no discurso dos informantes a mulher é vista como a pessoa que exerce uma posição de ligação entre o homem e todos da família, pois ela é que busca manter unidos com cuidado e carinho os membros da família. Esta visão foi levantada ao situar o papel da mulher na família. Verificou-se que a mulher ao tornar-se moça (entre 15 e 17 anos) deveria casar-se logo (antes dos 30 anos) para não ficar moça solteira. Após o casamento, havia uma cobrança muito grande para que os filhos fossem aparecendo na vida do casal. Dessa forma, ela estaria cumprindo com as fases (ou o ciclo) da vida esperado para a mulher: ficar moça, casar-se, ter filhos e depois ser avó. Mas, a maternação seria o papel principal que a mulher deverá cumprir, ao ter o poder de engravidar. Na fazenda, as mulheres até os anos 1960/ 70 tinham muitos filhos: 16, 18, 25 filhos. As mulheres que não podiam ter filhos eram de alguma forma aceitas, mas com menos valor, pois não estaria cumprindo seu papel sexual por uma falha da natureza.

Assim, a mulher, ao engravidar e ter filhos, seu carinho, sua atenção e seu tempo passam a ser divididos entre os filhos e o esposo.

As mulheres maternam. Em nossa sociedade, como na maioria das sociedades, as mulheres não apenas geram filhos. Elas também assumem a responsabilidade inicial pelo cuidado da criança, dedicam mais tempo a bebês e crianças do que os homens e mantêm os primeiros laços

emocionais com os bebês. Quando as mães biológicas não proporcionam os cuidados iniciais, outras mulheres, e não homens, virtualmente sempre assumem o seu lugar (CHODOROW, 2002, p.17).

Desse modo, percebe-se que a mulher é a principal responsável pela criança embora os homens também empreguem certo tempo em seus cuidados. Para Chodorow, a maternação é um dos elementos universais e tem determinado a posição principal das mulheres na esfera doméstica e pública. E para os entrevistados ficou entendido que a mulher é vista como reprodutora. Logo, este seria seu principal papel dentro da família.

A mulher, ao cuidar dos filhos, educando-os durante o crescimento e a aprendizagem com o mundo, é intermediária das relações da criança com o ambiente e com os demais membros da família. Essa intermediação é importante para a criança: lidar com o ambiente físico e social e, sobretudo, relacionar-se com o pai. Mas, as mulheres informam que os homens se arriscam pouco a estar com a criança quando ela ainda é pequena, alegando não saber lidar com o bebê e que isso é tarefa da mulher. Neste sentido, a maternação não seria apenas engravidar e ter a criança, mas socializá-la no ambiente que a cerca, conduzindo a uma adaptação e ação em seu mundo. Assim também, a mulher seria por natureza cuidadosa, não só com a criança, mas também com a casa.

A casa é construída como um espaço da manutenção da família, o habitat, uma organização de um lugar para nele construir uma morada que seja ao mesmo tempo habitação, alojamento e refúgio. A casa é o espaço do grupo doméstico, tendo compartimentos de uso da família e um lugar para fazer a armazenagem de alguns produtos destinados ao consumo. Da mesma forma, é na casa que também são guardados os instrumentos de trabalho, as sementes e é dela que partem as decisões da forma de cultivo, das relações de trabalho e as decisões familiares. Para Woortmann & Woortmann (1997, p. 38), “é a casa, por tanto, o ponto de partida do trabalho, realizado sob o governo do homem”. Muito embora as decisões na maioria das vezes sejam masculinas, a casa é o espaço doméstico reconhecido ainda como um domínio organizacional da mulher: ela arruma, limpa e produz alimentos para todos nesse espaço. No entanto, a palavra final é sempre masculina. A ocupação do espaço doméstico aparece nas falas do homem e da mulher, não só porque a mulher organiza a casa, mas porque os homens percebem a mulher como, sendo elemento essencial da casa e sem ele todos os utensílios, mobilhas e estrutura física e social ficam sem sentido.

Um informante de 60 anos falou sobre a importância da mulher na vida da família:

Para mim, é difícil chegar em casa e a mulher não está. Quando vou para a cozinha, ou ando pela casa e não encontro ela, dá até um vazão no peito, igual o vazão da casa. Eu costumo sair procurando ela pela casa e pelo quintal. Casa sem mulher, não é casa. A mulher faz companhia ao homem,

educa os filhos e zela pela casa.

A casa é um lugar identificado como o espaço feminino: além do trabalho no cuidado com os filhos, a organização e limpeza da casa são propriamente da mulher. Na casa ela transforma os recursos vindos da roça, do mato e da pastagem em produtos e alimentos que contribuem para o sustento da família. Assim temos o doce de leite, a geléia, o queijo etc. No passado, as mulheres tinham ainda o trabalho de pilar arroz, café e limpar feijão vindo da roça.

A produção da economia secundária é também um papel da mulher. Ao utilizar os recursos naturais do quintal, do mato ou da roça para fabricar, confeccionar e transformar a parte da biodiversidade em produtos que complementam a economia doméstica, ela contribui para melhorar a qualidade de vida da família. Muitas mulheres utilizavam de frutos do cerrado para a fabricação caseira de produto para a limpeza da casa, da roupa e do corpo como o sabão.

Outro trabalho era plantar e colher algodão no quintal para a confecção e costura das roupas de toda a família e da casa como lençol, toalha de mesa, toalha de banho, cortina dentre outros. Mas a mulher da fazenda não chegava a fazer todas as roupas de algodão, pois geralmente o seu marido fazia compras em viagens a Formosa e trazia tecido só para a mulher costurar na máquina.

No entanto, as informantes afirmam que a cozinha é o lugar onde elas ocupavam muito tempo ao longo do dia, pois também faziam doces, queijos, pão, bolo e a torração de café. Embora esta fabricação fosse considerada secundária, contribuía na alimentação diária de todos, garantindo maior qualidade de vida ao grupo familiar. Para as informantes, a mulher ao desenvolver uma economia doméstica, é vista como a organizadora da casa, ao planejar e produzir os recursos alimentares, vestuários e higiênicos necessários na rotina diária de toda a família. Assim a mulher ocuparia espaços diferenciados em relação ao homem.

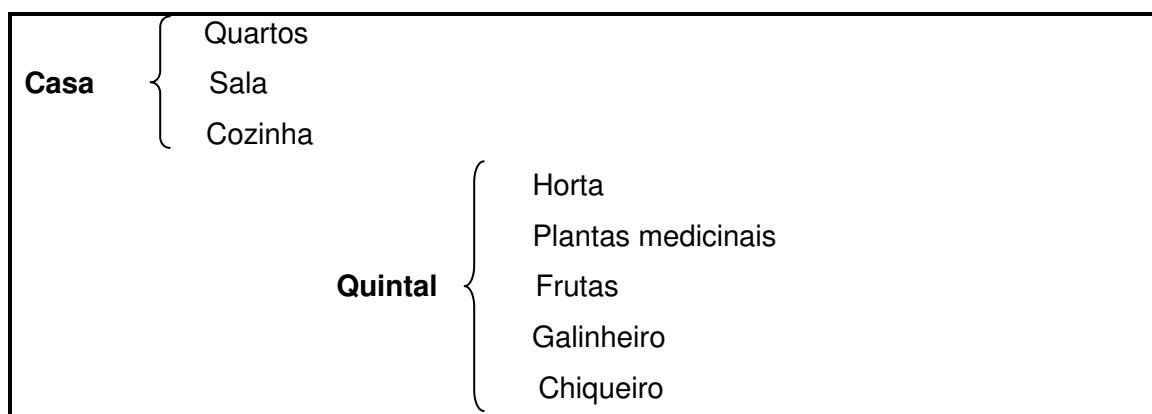


Ilustração 4 - Trabalho da mulher

No entanto, além da casa, no quintal também havia trabalho para a mulher realizar, como o cultivo de pequena horta, onde plantava cebolinha, alho, abóbora, chuchu etc.. No quintal havia um cantinho para cultivo das plantas medicinais como sabugueira, quebra-pedra, sete dor, babosa, capim santo, dentre outras. Desta maneira a mulher também cuidava da saúde de todos da família através das plantas medicinais, já que não havia médicos próximo que pudessem resolver os problemas de saúde pública. Outros espaços eram designados para a mulher no quintal: o galinheiro, onde se criavam aves e o chiqueiro, com porcos. A criação de animais pequenos, como porcos e galinhas, era mantida em todas as casas. Desta forma, verificou-se que há quatro espaços principais que caracterizam o modo de vida e trabalho na fazenda: a casa e o quintal, a lavoura e a pastagem com gado.

Assim, na fazenda, o espaço da lavoura é organizado diferentemente do espaço do gado, já que a roça é cercada para evitar que o gado a destrua. Segundo Schaeffer (1966), as derrubadas variam de acordo com a utilização que se pretende dar ao espaço. Por exemplo, no caso do cultivo de café, de feijão, de arroz procura-se derrubar a mata por um determinado local. “A mata dos topos, dos vales, das encostas, será ou não conservada, segundo a cultura que se deseja fazer” (SCHAEFFER, 1966, p. 459).

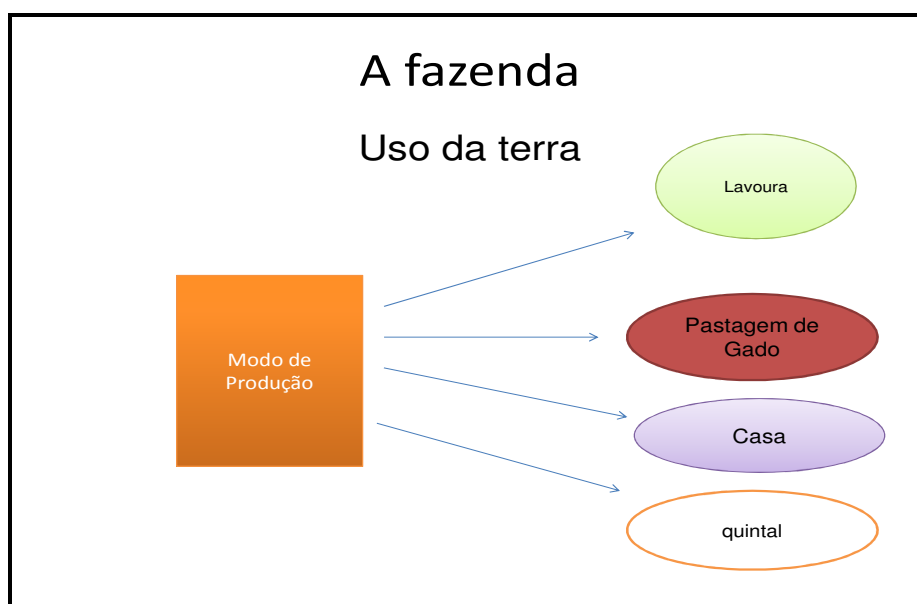


Ilustração 5 - Usos da terra na fazenda

Na roça, plantam-se cana-de-açúcar, arroz, algodão, mandioca, milho, feijão, café e outros produtos que são levados pelo homem para a casa para ser transformado pela mulher em alimentos para a família. Já a prática da criação de gado era realizada em um espaço muito grande, uma vez que o gado era criado solto, pois na visão dos proprietários o animal precisava movimentar-se para ter uma carne de qualidade. O homem amansava e domava o gado, tirava o leite e o levava para a casa. O espaço do gado e da roça é

entendido como sendo masculino, onde o homem atua plantando e criando animais.

Percebe-se, assim que há uma interdependência entre os espaços sociais da casa, da roça e da criação de gado. Esta interdependência entre estes espaços demonstra que a relação entre a casa e a roça se dava por uma relação de complementaridade social pelo trabalho, onde a ligação casa, roça e gado são de constante conservação, produção e transformação. Na casa habita a força e o saber do homem por esse ser visto como o principal responsável pela produção com sua família, logo ela é o habitat do grupo social liderado pela figura masculina. Mas também é na casa que está à mulher, que empreende ações de educação, saúde e de economia ao fazer a transformação de produtos que vem da roça, da criação de gado, do quintal e dos lugares distantes da casa (mato).

2.2 A TERRA DE POSSE: UM MODELO ADAPTATIVO AO SEU ESTADO DE POBREZA

Entre 1915 a 1940, ocorreu um tempo de muita terra e abundância na Terra de Posse. Os grupos familiares que viviam nesse espaço reproduziam um modo de vida que se organizava principalmente a partir da produção que garantia o sustento familiar. Pessoas que nasceram e viveram na terra de posse, informantes da pesquisa, afirmaram que o trabalho na lavoura era a principal forma de subsistência, já que a criação de gado era pouca, apenas para o sustento da família. Foram levantados dois modos de viver em terra de posse: o primeiro modo identificado foi de vários grupos familiares em que alguns tinham relações de parentesco, que se fixaram em uma terra com área grande, inclusive mantendo até hoje a posse desta área em família.

O segundo, bem menor, em que todos eram parentes, teria ocupado várias terras devolutas, mantendo-se nestas até enquanto a terra era fértil e enquanto havia recursos como frutos e animais para complementar o sustento. Quando tudo estava escasseando, este grupo saía a procura de outra terra devoluta para tomar posse. Ambos mantinham o mesmo modo de vida na terra e só se apropriavam de áreas que tinham certeza não haver proprietário e nem nenhum tipo de ocupação anterior. Sá (2007) ao tratar sobre o sistema de propriedade da terra no Maranhão verifica que há várias categorias de proprietários que vai de fazendeiros a posseiros podendo existir um instrumento jurídico legal que informa regulamenta o direito a terra ou não.

Neste estudo, a autora fala que “o quadro inclui, também, a categoria ‘terra parada’, que difere das categorias anteriores por referir-se a uma forma de apropriação direta da terra pelo campesinato, sem passar por qualquer tipo de contrato” (2007, p.93). É justamente a partir desta visão de que a terra devoluta não é monopólio de alguém por não ter dono e não ter sido trabalhada ainda, por isto possui uma fertilidade grande para ser uma

terra de posse. É também com base nesta visão da terra parada e fértil que os posseiros investigados em São João D'Aliança se apropriavam das terras. Tanto os grupos familiares de posseiros que se fixavam a terra como os que ocupavam a terra enquanto esta fosse bastante fértil, ambos buscavam estas características para se apropriar e garantir seu sustento na terra.

Aqui, embora se idealizasse um modo de vida pela terra como na fazenda, este era um pouco diferente, uma vez que as condições econômicas e de força de trabalho eram menores. Em função disto, toda a família tinha que ir para a roça ajudar no trabalho na luta pela sobrevivência. Segundo um informante de 72 anos, "As terras de posse ninguém era dono, a gente se apossava para viver dela". O homem mantinha nesse espaço o trabalho com a roça e o gado, exercendo um papel produtor líder dentro do seu grupo familiar.

Assim o homem e a mulher partilhavam o trabalho no espaço da roça. Mas as atividades consideradas pesadas e de difícil acesso eram exclusivas do homem. O homem determinava as atividades da mulher, devendo ela fazer seu trabalho na falta dele, e a mulher por sua vez determinava o trabalho dos filhos. Desta forma todos participam do trabalho. Pelo fato de este homem ter a ajuda da sua família na roça, contrariamente ao modelo ideal, ele é *considerado fraco ou pobre*.

Uma mulher de 80 anos que nasceu na posse recorda:

Pai trabalhava de lavoura, na lavoura dele mesmo, plantava milho, feijão, arroz, era muita variedade de grãos, coisa da roça. Nossa terra era de posse e criava somente gado de leite, quando meus pais faleceram acabou tudo. A gente sofreu muito por que tinha que trabalhar dobrado, já que eram dez filhos, sendo quatro homens e seis mulheres.

O homem trabalhava muito nas suas terras, pois não tinha recurso para melhorar ou inovar o uso da lavoura, seu principal meio de sobrevivência.

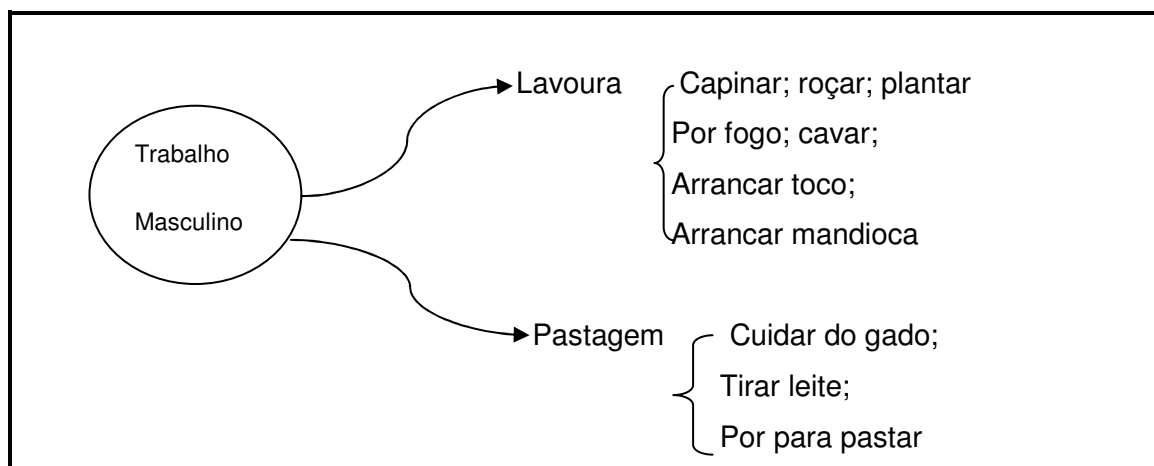


Ilustração 6 - Trabalho do homem na terra de posse

O trabalho do homem é capinar, roçar, cavar, arrancar toco, por fogo e todo serviço pesado como arrancar mandioca, mexer com machado, plantar e cuidar do gado. Este homem não deveria possuir apenas a força física para realizar as atividades, mas o saber necessário para realizar a produção. E também como o pai de família ele deveria direcionar e orientar a mulher e os filhos no que deveria ser feito na produção; ele é o dono da terra e da hierarquia social no seu grupo. E embora a mulher e os filhos participem destas atividades juntamente com ele, não atuarão no papel do homem, não terão respaldo dos demais mesmo que possuíssem a prática desde cedo.

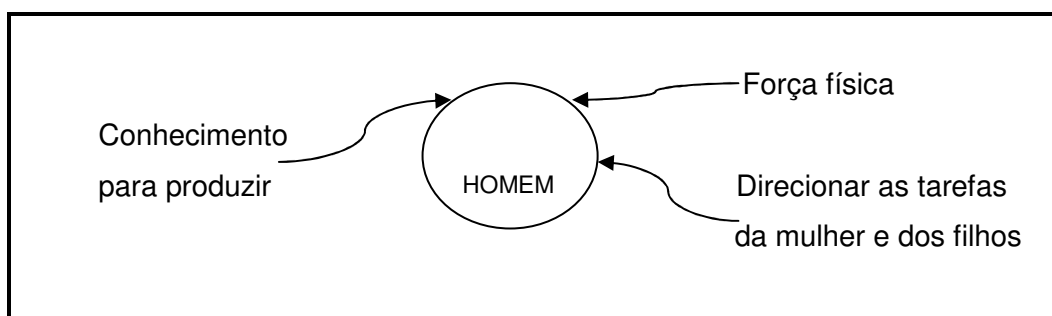


Ilustração 7 - Trabalho do homem na terra de posse

Outra situação que ocorria no espaço de produção da terra de posse era a organização do trabalho em forma de mutirão, onde vários chefes e seu grupo familiar trabalham juntos, mas os homens comandavam. E, no caso do mutirão, em geral, os homens mais velhos governam a ação. Almeida (1988) descreve este mesmo fato em sistema de mutirão no Mato Grosso, ressaltando a situação de hierarquia por idade. Já no pequeno grupo de posseiro que não se fixava à terra, o mutirão não acontecia. Segundo eles, cada família trabalhava na sua terra.

Aqui também o homem mantinha e mantém uma relação de poder muito grande dentro do seu grupo familiar, encarregando-se das decisões sobre a economia, a posição social de cada membro, período de casamento dos filhos e sua relação com outros grupos. É tradicional a influência e interferência do homem nas decisões de ordem dentro da terra de posse, uma vez que consta nos relatos que sempre que havia algum problema ou alguma situação a ser resolvida, os homens de cada grupo familiar se reuniam com os mais velhos e tomavam as decisões.

Seguidamente havia reuniões em casa com a mulher e se necessário com os filhos para que tomassem conhecimento do que iria ser feito mediante as decisões firmadas pelo coletivo dos homens.

A mulher é neste espaço um membro muito importante, por seu poder de reprodução, aumentando a cada gravidez o tamanho da família. Mas, além disto, ela também participa de toda a produção da economia de subsistência do grupo familiar, mesmo que atue como

um agente secundário. Na terra de posse se reconhece que a mulher não tem a mesma força física do homem, em função disto o homem ou o pai é que decide o que a mulher terá que fazer durante o dia de trabalho na roça.

Aqui a mulher é colaboradora, já que ela vivia outra realidade nas suas terras e no espaço doméstico. Ou seja, além de ter que cuidar da casa, filhos, quintal ela ainda teria que sair de casa para plantar na roça.

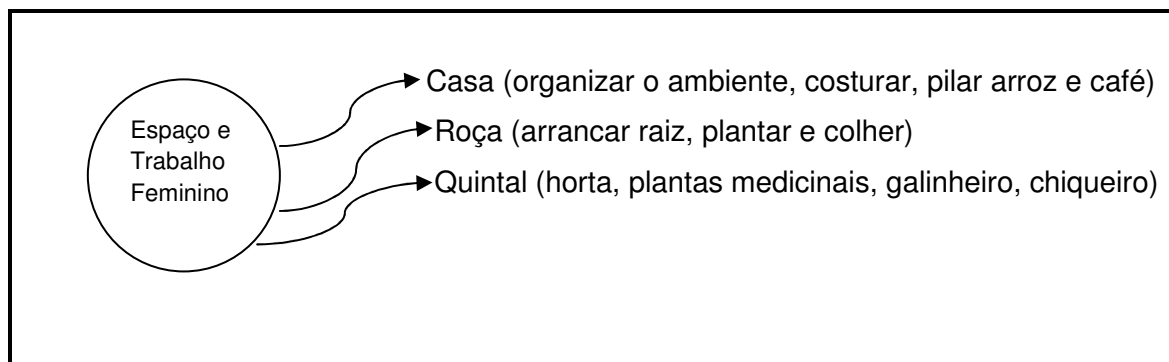


Ilustração 8 - Trabalho da mulher na terra de posse

O Homem, a mulher e os filhos todos iam plantar, todos aprendiam a fazer tudo na roça. Segundo um informante, no caso do trabalho com a lavoura “Todo mundo era igual, comum, igual à terra: comum a todos”. Entretanto no que se refere a casa embora a mulher fosse a líder na organização doméstica, mantendo seu trabalho duro de socar arroz, café e milho no pilão; tecia; fiava e costurava para todos da casa com algodão, o homem também ajudava em função das necessidades diárias.

Para um lavrador, a mulher quando não está com ele tem que estar em casa:

É muito ruim chegar em casa e não encontrar a mulher, e não saber aonde ela foi. O que o homem vai fazer? A gente espera a mulher e vê se tem comida pronta, a casa fica esquisita. A gente termina indo procurar a mulher para ela ficar dentro de casa.

Como se observa, a mulher quando não está na lavoura com ele, deve estar dentro de casa, o que se busca reproduzir o primeiro modelo da fazenda. Mas, por outro lado, quando o homem leva a mulher para ajudá-lo na roça e também colabora nas atividades de casa ele contraria o modelo ideal, fazendo atividades que não correspondem ao papel masculino.

Desta maneira, tanto o homem quanto a mulher se adaptam a realidade do grupo e aceitam exercer atividades que oficialmente não seriam suas em função do estado de pobreza que é a sua realidade. Assim, tanto a mulher acompanhava o homem no trabalho como este contribuía dentro de casa, pois muitos ajudavam as mulheres nos afazeres domésticos, havendo uma relação de espaço compartilhado.

Espaços compartilhados:

Casa - Mulher + Homem+ Filhas

Quintal – Mulher + Homem+ Filhos (M/F)

Lavoura – Homem + Mulher + Filhos (M/F)

Curral – Homem+filhos

Ilustração 9 - Espaços compartilhados por homem e mulher na terra de posse

A unidade familiar é muito relevante neste grupo, pois homem e mulher se ajudam para garantir o sustento e a qualidade de vida, seja na casa, seja na lavoura. Entretanto, havia atividades como costurar, confeccionar roupas e produzir sabão que eram exclusivamente femininas, onde os homens evitavam participar, buscando ajuda de parentes femininos. Dentro de casa, a mulher exerce liderança, pois ela é produtora, dá ordens e organiza a casa. Uma mulher lembra que cresceu na roda de tear, casou e continuou trabalhando na roda.

Muitas vezes eu trabalhava na roda com uma diversão, uma atividade fora da plantação, eu ficava tão feliz que não via a hora de ter algodão para trabalhar de novo na roda. A roda e o tear é parte de mim e quando eu não tenho uma linha para costurar, me dá um sentimento, um aperto no peito. Quando não costuro fico com um sentimento muito triste. Eu tenho sentimento pela roda.

Para Halbwachs (1999), a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Assim na condição da mulher como costureira que atua com a roda, a memória exprime um sentimento individual evidenciando que esta atividade, além de produção, representava um momento também de criatividade e distração.

As mulheres tinham que confeccionar o tecido e as roupas, estas aprendiam logo cedo a trabalhar com a roda, fiar e tecer. É a mulher da posse quem mais utiliza o algodão para fazer as roupas e vestir seu grupo familiar com os recursos do cerrado. Esta mulher também tinha a roça de quintal, onde ela plantava bananeira, mandioca, abóbora, cuidava das galinhas que criava soltas e o porco no chiqueiro.

Assim a mulher tinha outra realidade de vida: ela trabalhava mais porque sua ida para a roça era obrigação e não um caso eventual. Aqui também, a mulher produzia com o azeite de mamona a iluminação utilizando o mesmo processo acima descrito. O sabão era o principal item de limpeza para a casa, mas as mulheres utilizavam de vários recursos para produzir-lo, já que não havia tanto recursos animal, como a gordura de vaca e de porco.

Uma das formas como as mulheres faziam sabão era com mamona que, após socada

no pilão, tirava-se o óleo e colocava a soda. Em seguida, tirava a casca, misturava com um pouco de sebo e ia pondo a soda até dar o ponto. Aí separava, deixando secar e cortavam-se os pedaços de sabão.

A outra forma de produzir o sabão é com a palha de feijão. Neste caso ele é chamado *sabão de cuada*. Para fazê-lo se queima a palha de feijão e em seguida jogam-se as cinzas dentro de uma lata acrescentando água. Deixa-se descansar por um tempo e cõa-se a água cinzenta, acrescenta um pouco de sebo e faz-se o sabão com ela. Por fim, temos a outra forma de fazer sabão com o Xingui, um fruto do cerrado. Este era colocado de molho até dar o ponto de misturar com água e as cinzas. Cozinhava, misturava e batia até dar o ponto do sabão. Tanto a costura como a produção de sabão era uma atividade exclusivamente feminina, onde a mulher podia ter ajuda dos filhos, mas ela é que fazia o papel principal.

O curral é um espaço masculino, ficando o homem e os filhos a cuidar do gado, a mulher deve evitar participar deste serviço.

Mesmo assim, na terra de posse o homem é o principal tomador de decisão e tem muito poder dentro da sua casa, mas também compartilha com a mulher das atividades e vice-versa. Por isto, quando, uma mulher perde o marido, ela e seus filhos sofrem muito, pois não pode escolher onde vão plantar. Isto acontece porque a terra é o lugar do homem governar e não a mulher. E na terra de posse esta visão simbólica ficou bem expressiva na fala dos informantes. Mesmo que a mulher tenha um filho homem, se ele for muito novo para assumir a terra e liderar este espaço, a família dependerá dos parentes. Caso só tenha filhas mulheres, seu sofrimento é ainda maior, pois ela tem que se submeter às ordens dos outros homens chefes do grupo da posse.

É o grupo de homens, parente ou não, que decide o local em que ela deverá plantar diante da viuvez. Ela e seus filhos ficam subordinados a ordem de outro homem, geralmente um parente, mais velho, devendo obedecer enquanto estiver convivendo naquele espaço. Em relação ao trabalho com o gado, se ela não tem filhos ou um parente homem, terá que assumi-lo.

Woortmann (1983) observa este mesmo comportamento no sítio camponês em Sergipe onde a mulher recorre a algum membro de sua parentela para governar o processo de trabalho, de preferência um irmão mais velho. A mulher deve então ser governada por uma figura masculina na atividade com a roça e no caso do gado temos o mesmo caso, a mulher não lida com o gado, já que o gado é um bem do sexo masculino.

Os filhos ajudam os pais e com oito anos já *pegam no pesado* e usam instrumentos de trabalho. Enquanto os filhos estão na companhia dos pais eles continuavam colaborando para a sobrevivência do seu grupo familiar. Mas estes não deveriam ficar muito tempo na companhia dos pais, precisando se casar e formar seu grupo familiar.

Normalmente quando isto ocorre, eles continuam morando próximo dos pais contribuindo no trabalho comum, não havendo assim tantas perdas para o grupo.

Por outro lado, caso a mulher seja solteira e perca seu pai, os irmãos passam a coordenar a sua vida. Neste caso, a mulher será pressionada a casar-se logo para ter quem a assuma. A própria família tenta arranjar um marido, não importando seu estado civil ou sua condição social. Percebe-se no discurso das regras internas do grupo a configuração de uma pressão para a condição do sexo feminino, demonstrando certo controle sobre a vida da mulher já que, por natureza, ela deve ser assumida por um homem.

2.3 A PEQUENA PROPRIEDADE: UM GRUPO MUITO POBRE E A AUSÊNCIA DO HOMEM

Entre 1940 e 1965, períodos em que houve muita doação e venda de pequenos lotes de terra em São João D'Aliança, formando a pequena propriedade. Esta pequena propriedade é resultado também de terras de herança da fazenda, onde o proprietário fazia a divisão de pequenos lotes para os filhos que iam se casando, na própria terra ou comprava fora um pequeno lote para garantir que todos os filhos tivessem direito a terra. Assim a pequena propriedade, ou a chácara, pode ser encontrada na parte urbana como rural do município. Ao andar pelo município foi possível entrevistar proprietários de pequenas propriedades como a senhora Maria Teles que possui uma espécie de chácara onde planta milho, café e cria animais de pequeno porte na parte urbana, assim também como a dona Erondina. Bem como o senhor Chico da Onça que possui uma pequena propriedade na parte rural na entrada do município onde planta feijão, milho e mandioca para garantir o sustento da família.

Este grupo da pequena propriedade se identifica como lavradores muito pobres em função da pequena área que tem disponível para plantar e pela reduzida produção, ambos no quintal. Nesta há uma organização familiar com outra realidade de vida, já que o pequeno proprietário tem pouca terra e para sobreviver e sustentar a família quase sempre muito numerosa terá que plantar de meia numa terra fora do seu lote. Conforme Brandão (1981, p. 7) são camponeses donos de propriedades (fazendinhas ou chácaras) muito pequenas e/ou pouco produtivas, podendo também ser meeiros. Em São João eles não dizem ser um tipo de fazendinha, mas sim chácara ou pequenos lotes.

Mesmo aqui neste espaço, o homem é visto como principal líder do seu grupo buscando decidir sobre a vida diária da sua família. Entretanto, este homem geralmente trabalha como trabalhador/empregado nas fazendas passando maior parte do tempo fora e ausente do seu grupo. Ocupa tanto a função de lavrador como boiadeiro nas fazendas

podendo ficar meses fora de casa, seja porque está viajando conduzindo gado, seja na plantação da roça. Em seu retorno para sua terra é que este participa do trabalho da produção familiar do seu grupo, principalmente, quando tem que ser meeiro.

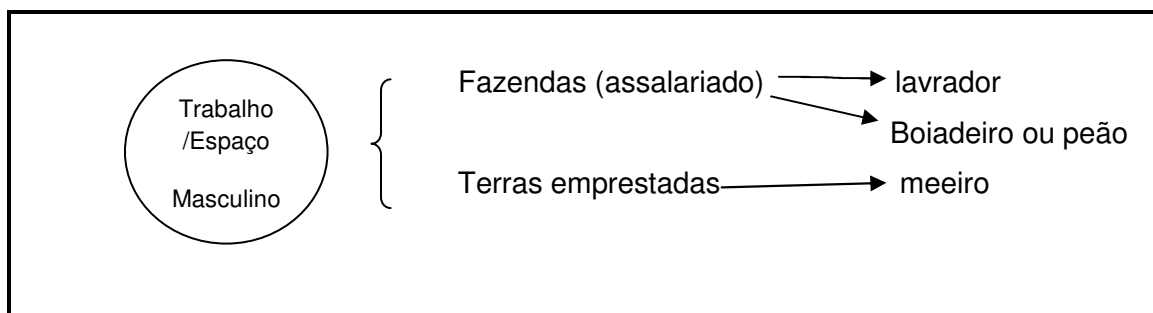


Ilustração 10 - Trabalho masculino na pequena propriedade

Neste contexto a sua família também vai ajudar a plantar na terra emprestada, quando o homem está presente. Caso contrário, busca-se um parente masculino. Assim também, o homem terá que ter, além da força física, o saber e domínio das atividades que terá que desenvolver no espaço do seu trabalho, bem como deverá orientar a mulher e os filhos sobre a produção no quintal. Segundo a pesquisa de campo, a mulher muitas vezes fazia uma espécie de bicos em outras residências para ajudar no orçamento doméstico na ausência do homem em função das condições de pobreza. Este homem não queria que a mulher deixasse sua propriedade para ir trabalhar fora e quando este ficava sabendo ocorria muitos conflitos familiares. Na visão da mulher entrevistada seu marido não queria que os outros homens ficassem sabendo que ele não conseguia sustentar a família, para ela ele tinha vergonha. Por isso, mesmo sendo proprietário e líder no seu grupo familiar, ele é considerado socialmente *muito pobre e muito fraco*, uma vez que expõe a família ao trabalho duro.

A mulher, aqui, também é vista por seu poder reprodutivo de gerar filhos, mas também pela produção econômica que terá que exercer para garantir o sustento na roça de quintal. Terá que manter a ordem e o cuidado com o seu grupo familiar já que fica maior parte do tempo com os filhos.

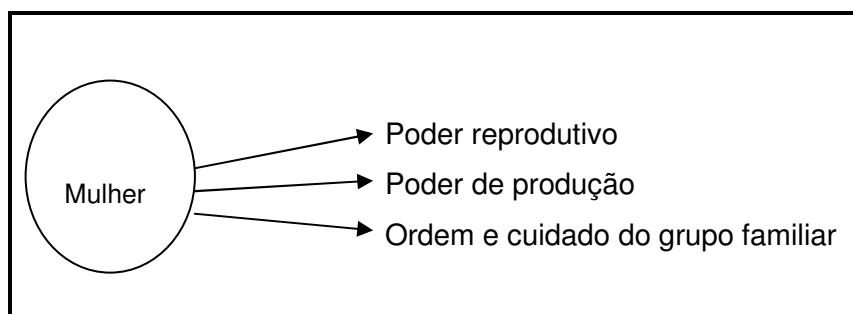


Ilustração 11 - Trabalho feminino na pequena propriedade

A ausência do homem na área de produção deste grupo sobrecarrega a mulher com muito trabalho. A mulher trabalhava em casa com os filhos, a vida da família neste espaço era muito difícil, pois o homem e a mulher estavam divididos pelo trabalho que ambos assumiam em espaços distintos. Apesar disto o homem procurava controlar a vida da família.

ESPAÇO DE DENTRO	ESPAÇO DE FORA
CASA/QUINTAL = MULHER + FILHO	FAZENDA = HOMEM
Casa + filho + Roça + pequena criação + produção extra	Lavoura + gado

Ilustração 12 - Espaço de trabalho da família na pequena propriedade

A obrigação da mulher com os filhos é de tirar o sustento plantando *de tudo* na roça de quintal, desde mandioca, feijão, milho, cenoura, batata, café, algodão e tudo que pudesse e coubesse no quintal.

Assim também a família utilizava os recursos do cerrado como: o pequi, a guariroba, o araticum, a mangaba, o baru e outros que fazem parte dos pratos típicos da comunidade local. Com estes recursos a mulher preparava doce, licores, pão, biscoitos, sucos e outros pratos tradicionais. As mulheres também faziam farinha com a mandioca que colhiam no quintal, fazia biscoitos e bolos de polvilho.

Para manter a produtividade do quintal e fortalecer a terra, a mulher e os filhos procuravam adubar a terra com a palha de milho e a *bage* de feijão. A mulher procurava utilizar de tudo para manter sua roça de quintal produzindo, por isto a prática do adubo orgânico na horta era mais uma forma de aproveitar os recursos naturais buscando o adubo no curral ou mesmo nos campos de pasto. Desta forma ela estava sempre atenta para a sua produção e, por isto, quando aparecia algum tipo de fungo ou doença na plantação ela usava a folha de fumo e arnica como pesticida natural.

Outra atividade da mulher dentro de casa era a produção de roupa, lençol e toalha feita no tear com o algodão colhido no quintal. Além disto, esta mulher também fazia sabão, mas como no caso anterior, ela também não possuía tantos recursos de animais e assim usava as cinzas que sobravam do fogão e as folhas queimadas no quintal acrescentando um pouco de sebo de restos de animais. Depois de cozido, batia-se até virar sabão. O que faltava como sal, fósforo, querosene e outros produtos, os homens compravam em Formosa e Anápolis já que a mulher não lidava com comércio.

Neste caso a mulher contribuía tanto quanto o homem na sobrevivência da família, já que ela trabalha dentro de casa, na roça de quintal, e ainda costurava para vestir a família e

para fora, fazia doce, biscoitos e licores para vender e aumentar a renda. Esta *produção extra* era mais uma forma de a mulher ajudar no orçamento. Fazia por conta própria, sem a aprovação do homem.

Em 1960 algumas mulheres desta realidade foram trabalhar como domésticas para ajudar no orçamento familiar. Neste tempo, não tinha emprego para mulher e poucas pessoas podiam pagar alguém para trabalhar em sua residência. Assim, elas não recebiam em dinheiro, e sim em alimentos.

Por outro lado, o homem da pequena propriedade não queria que a mulher fosse trabalhar fora por dois motivos: o status cultural informava que a mulher *deveria ficar* dentro de sua casa e, por outro lado, a mulher que trabalhava para outra mulher era *considerada muito pobre*.

Segundo uma informante “a mulher que ia trabalhar, era para não deixar os filhos passar necessidade, mas o marido não gostava, não valorizava, era um tipo de homem esquisito, pois não valorizava nada que a mulher fizesse”. Neste caso o homem reclamava argumentando que tinha terra própria e a mulher não devia sair para trabalhar na casa de ninguém, só na sua casa.

Como espaço moral importante e diferenciado, a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de sua ordem mais profunda e perene. Assim a casa demarca um espaço definitivamente amoroso onde a harmonia deve reinar sobre a confusão, a competição e a desordem (DAMATTA, 2000, p. 27).

Esta atitude feminina era considerada humilhante para o homem, já que para os outros homens isto demonstrava que ele era muito fraco e muito pobre para sustentar a família. No sentido de DaMatta, ele na realidade lutava para manter a sua ordem na casa, já que não fazia sentido chegar e a mulher estar fora de casa.

Para ele, a mulher não devia sair para trabalhar fora, mesmo em função da necessidade de sobrevivência dos filhos, pois isto terminava causando desordem. Mas havia um caso em que era uma exceção quando algumas mulheres que tiveram a oportunidade de estudar, quando moravam na fazenda, passaram a dar aulas para ajudar no sustento familiar, vindo a tornarem-se professoras no início dos anos 80. Neste caso os homens apoiavam e até queriam ajudar em algo, o que se percebe é que esta função era de alguma forma uma função de status, uma vez que não causava desordem, mas orgulho.

Por outro lado, quem de fato mantinha a ordem da casa era a mulher por estar mais tempo com a família. Ela delegava as atividades diárias dos filhos. Os filhos homens ajudam a mãe por muito tempo: eles pegavam água no rio e levavam para dentro de casa, trabalhavam na roça de quintal e cuidavam dos porcos. Os meninos quando ficavam na

idade entre 15 a 18 anos iam ajudar o pai com gado, enquanto as filhas mulheres faziam tudo dentro de casa e no quintal. *Quando os filhos vão crescendo resolvem ir para Brasília trabalhar e estuda e assim um vai levando o outro. Alguns casam por lá, outros voltam.*

Por fim, levantou-se nestes três grupos familiares o modo de vida como sendo correspondente em parte ao que foi a população tradicional de São João D'Aliança. Estes estabeleceram um modo de vida baseado na agricultura de subsistência tendo prática agrícola e criação de gado como forma de manter a sobrevivência de sua família. Entretanto fica claro que os diferentes espaços de terra configuram também diferentes condições de vida e de ocupação de papéis sociais entre homens e mulheres.

No caso da fazenda, o grupo familiar possuía um espaço bastante significativo e a sua produção era mantida por uma ampla força de trabalho constituída por moradores e empregados e recursos abundantes, sendo este um *grupo forte em relação aos demais*. Já na terra de posse os grupos familiares tinham muita terra, relativa quantidade de força de trabalho, mas poucos recursos para manter suas atividades produtivas, sendo por isto considerado um *grupo fraco*. Já o grupo da pequena propriedade tinha um espaço tremendamente reduzido e força de trabalho encolhida, o que faz com que este grupo fosse entendido como *muito fraco*.

2.4 O MEIO AMBIENTE E AS PRÁTICAS TRADICIONAIS DOS GRUPOS

O período chuvoso tinha um valor muito grande para todos os lavradores. Representava o começo de um novo ciclo de plantação e renovação da natureza própria do cerrado goiano.

As chuvas eram marcantes, e por isto, possibilitavam manter o sistema de plantio de roça de toco, a roça tradicional. Segundo os informantes antes dos anos 80, as chuvas eram muito mais freqüentes na região o que condicionava a planejarem todo o processo de plantação, colheita e produção de alimentos antecedendo o período das águas.

Uma informante de aproximadamente 62 anos afirma que, "Antes do mês das águas havia a produção de rapadura e farinha, porque, quando era nas águas, não dava para fazer porque era muita chuva, chovia muito".

Em função disto, todos se preparavam para este período, muitos buscavam lenha e armazenavam na cozinha, pois antes só usavam fogão a lenha, por isto era necessário seu armazenamento.



Fotografia 8 - Fogão a lenha
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

Em toda casa havia uma pessoas designadas a pegar a lenha. Muitas vezes o homem já trazia da roça no final da tarde. Quando isto não ocorria, a mulher pegava no quintal alguns pedaços de paus para manter a panela cozinhando. Mas no período que antecede as chuvas todos deveriam ajudar nesta tarefa. Em alguns casos havia mulheres que iam pegar lenha para outras mulheres em troca de outros alimentos para sua família. Isto porque para muitos informantes em São João D'Aliança chovia muito, houve período de chover 40 dias e 40 noites, o que dificultava muito a saída para procurar e cortar a lenha molhada.

Mas isto, não impedia a atividade da roça, segundo seu Francisco (mais conhecido como Chico da Onça) um pequeno proprietário, ele sempre trabalhou na roça, com chuva ou sol. No período chuvoso ele tinha uma roupa que fez com palha de buriti para poder trabalhar.



Fotografias 9 - Proteção contra a chuva feita de palha de buriti
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

Esta roupa que ele mantém, e segundo ele, ainda usa quando é necessário na sua roça. De acordo com Geertz (1997, p.114) “o saber que a chuva molha e que por tanto devemos nos proteger dela em algum lugar coberto ou que o fogo queima e que por tanto não devemos brincar com fogo (...)” Estes são argumentos do senso comum que se baseiam na vida como um todo. É justamente com base nas experiências vividas que este lavrador buscou organizar meios de trabalhar debaixo da chuva sob a proteção da roupa de proteção feita por ele com os recursos do cerrado. A palha de buriti é ideal para este tipo de situação, pois conforme está ordenada a organização das palhas, ele fica embaixo delas e trabalha o tempo todo com a enxada sem se molhar. Assim entende-se que o saber local é essencial para ordenar e organizar a vida destes lavradores.

Outro aspecto que foi bastante citado é que a terra ao ser usada, após a colheita, os lavradores buscavam fazer a sua recuperação com a utilização de estrumes de animais que pastavam na área, ou fazia a palhada.

A palhada é a disposição sobre o solo de restos da colheita, era muito comum, principalmente, a palha do milho e o próprio sabugo, como também, os restos da plantação de feijão. Ficavam na terra até deteriorarem naturalmente ajudando na recuperação do solo.

O milho era usado para o sustento da família, mas também para alimentação dos animais, como porco e a galinha. O ciclo da plantação era geralmente mês de setembro a novembro: plantavam-se mandioca e milho; fevereiro a março: plantava-se feijão. Esta

prática da palhada era usada principalmente entre os pequenos proprietários porque tinham pouca terra e precisavam recuperá-la para torná-la produtiva. Além destes, a maioria dos três grupos usava a palhada ou restos de outros vegetais no quintal, onde as mulheres jogavam estes recursos na produção da horta, para alimentar os animais e próximo as plantas medicinais ou frutíferas para melhorar seu crescimento. O café era colhido uma vez no ano, de abril a maio, e o resto a maioria buscava no mato como pequi, guariroba, araticum e outras plantas que complementavam a alimentação.



Fotografias 10 - Colheita do milho e usos da palhada
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

2.5 RELAÇÃO DE HOMENS E MULHERES: A NATUREZA E A CULTURA



Fotografias 11 - Trabalho de escultura em madeira do artista Joaquim Teles de Faria
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

Ao descrever a configuração dos três grupos familiares tradicionais, houve o entendimento de que a roça seria o domínio masculino e a casa o domínio feminino. Entretanto analisando o discurso e observando a vida cotidiana durante a pesquisa verificou-se que tanto a mulher como o homem transitam e participam dos espaços opostos, sendo que o poder e o domínio sobre a casa ou a roça são do sexo já definido na convivência entre ambos, mas que corresponde a visão tradicional.

Em *Afeto a Terra*, Brandão (1999, p.36) descreve sobre os espaços masculinos e femininos, fazendo uma diferenciação importante ao apresentá-los como: “Os espaços mais masculinos são: as duas garagens, o paiol, o curral. Os espaços mais femininos são: a casa (+ cozinha, sala e quartos; varanda), o galinheiro, a área do tanque e a capela.”

O fato de o autor utilizar a adição “mais” nos dois espaços demonstra que tanto um quanto o outro participam da roça e da casa, sendo que tanto o homem quanto a mulher não perdem o poder sobre seus espaços. Isto denota que há uma dinâmica interna na ocupação dos espaços e funções mediante a vivência e as necessidades que surgem no cotidiano da família.

Dentro de casa os homens “estão”, comem, dormem e descansam, enquanto as mulheres trabalham, antes de fazer nela o que fazem os homens nos espaços tornados lugares ao “ar livre”, à volta da casa. (...) Á volta deste primeiro círculo ao redor da casa, as terras de lavouras, os pastos naturais e artificiais, com suas divisões, os matos e as matas, as beiras de rios e córregos, as trilhas e estradas entre uns e outros, são lugares internos/externos bastante masculinos. Mas apenas separar os espaços segundo os gêneros, desta maneira tão usual, ainda quer dizer muito pouco (BRANDÃO, 1999, p.38).

Esta ocupação dos espaços relaciona-se tanto a divisão de trabalho, como também a própria lógica de espaços e papéis que tanto homens quanto mulheres têm ocupado ao longo do tempo. Desta maneira Brandão utiliza-se de Philippe Descola para compreender as relações de homens e mulheres muito mais pelo aspecto da complementaridade do que pela oposição entre ambos. A questão é que tanto homens como mulheres realizam seu trabalho, de forma que um complementa a atividade do outro: no caso em que o homem vai caçar, traz o pássaro para a mulher cozinhar. No caso do município estudado, o homem, na maioria das vezes, tende a ir para a caça, pesca e roça sem a mulher, em função dos perigos que pode haver no mato, na roça, na floresta, na natureza.

Por isto ao investigar sobre as formas de vida dos grupos familiares buscou-se também observar as relações de homens e mulheres com a natureza, a partir do imaginário e na prática social em decorrência da sobrevivência dos grupos familiares. A partir daí, verificaram-se duas situações marcantes e presentes na ocupação do espaço masculino e feminino.

A primeira situação ilustra uma visão de que o homem é que atua diretamente com a natureza por ocupar um espaço de trabalho na lavoura e na pastagem do gado, onde constantemente havia a derrubada de matos, arbustos e o enfrentamento de animais perigosos como cobra e outros, além do gado que este tinha que domar.

Desta maneira, tentou-se compreender esta visão local em Brandão (1981) ao falar da ordem dos alimentos na visão do lavrador de Mossâmedes que faz um aparato cognitivo para separar dentro do domínio da natureza apropriada o que se pode ou não comer.

Em primeira aproximação, o reconhecimento da natureza até aos limites do alimento pode ser esquematizado da seguinte maneira: natureza, natureza não-apropriada (inútil hostil, selvagem) natureza apropriada (o domínio dos usos do homem (não comestível, comestível com restrições) e comestível (BRANDÃO, 1981, p. 97).

Em São João D'Aliança, a natureza também está dividida entre natureza, natureza apropriada e natureza não apropriada, sendo que na visão de muitos entrevistados o homem é que atua e domina a natureza. A derrubada de mata (natureza) para construção de casa ou para desenvolver a plantação é feita segundo informantes apenas por homens, pois é um trabalho que exige muita força. Bem como, também é um trabalho muito perigoso, em que o homem usa instrumentos de trabalho como foice, machado e ainda pode se deparar com a natureza hostil, como animais perigosos. Compreende-se assim que para as pessoas entrevistadas, a natureza (mato, roça, pastagem) é um estado ou espaço considerado perigoso e que precisa ser transformado, sendo o homem o responsável por esta ação. A representação de que os homens são os mais fortes e resistentes para o trabalho, levanta a visão do forte/fraco, qualificando quem pode e não pode atuar diretamente com a natureza. Conforme Brandão (op.cit. 1981, p. 109) os homens do passado são considerados como mais fortes e mais resistentes ao trabalho, assim também em São João D'Aliança as mulheres eram consideradas mais fracas em relação aos homens, por isto deveriam ficar em casa.

A natureza é um espaço público, mas não é entendido como acessível para todos, pois não pode ser comum ao sexo feminino por este não ser fisicamente e emocionalmente preparado para lidar com as situações que este espaço exige. Para o poeta, escultor e vereador Joaquim Teles de Faria:

A minha arte representa a visão local, onde o homem está inserido na natureza mais bravia, submetendo a natureza ao cultivo. O homem da roça tem uma relação muito forte com os animais, não é muito costumeiro ver a mulher sair. A mulher fica muito tempo no serviço doméstico, então ela acaba sendo menos bravia em relação ao homem. A arma sempre estava presente no trabalho da roça, pois havia a visão de que o homem tinha que dominar a natureza.

Assim a natureza é vista como algo que só pode ser controlado pelo homem, ou seja, esta já traria consigo a precedência da transformação. Desta maneira, o homem por sua existência e sobrevivência fará com que a natureza selvagem se transforme em natureza transformada, a partir daí é que a mulher pode relacionar-se com esta.

Embora a mulher e o homem mantivessem uma relação direta com a natureza, o fato é que, se entende que a mulher só pode atuar com animais domésticos de pequeno porte (criação de aves e porcos) e plantação do quintal que é um espaço pequeno e bem domesticado. Assim ficou percebido que o lugar da mulher não é o de ter uma relação direta com a natureza, mas com a cultura, pois ideologicamente a casa e o quintal são espaços já transformados pela ação do homem, sendo posteriormente o espaço próprio da mulher. Ou seja, antes de a mulher ocupar este espaço, o homem é que já tinha planejado e preparado o quintal que é roçado e cercado antes de sua utilização.

Os homens tendem a definir o que é perigoso, permitido ou não para a inserção feminina neste espaço. Isto termina por constituir uma visão de que a mulher não deve atuar diretamente com a natureza selvagem ou a natureza apropriada, mas sim, com a natureza transformada por sua ação. Separam-se a natureza e a cultura, tendo o homem como principal ator e transformador dos recursos originários de ambos, enquanto a mulher atua como secundária.

A partir daí, constituem-se identidades de homem-natureza/cultura para espaços/recursos não-transformados e a mulher – natureza/Cultura espaço/recursos transformados.

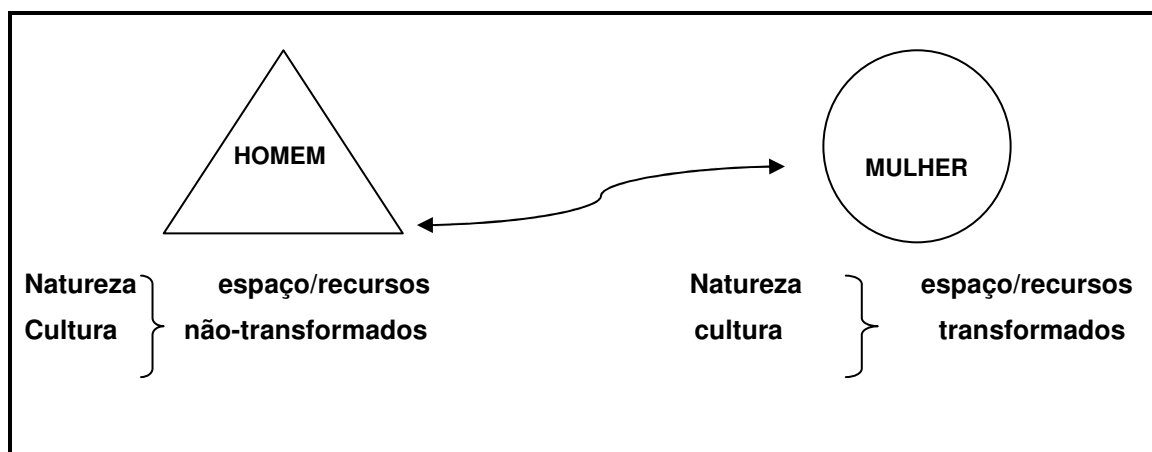


Ilustração 13 - A relação do homem e da mulher com a natureza

A representação da natureza/cultura para espaço/recursos não-transformados ilustra o espaço (lavoura, mato e pastagem) recursos (frutos silvestres e domesticados trazidos da mata, leite e carne de animais, lenha, madeira e arbusto) que são do domínio do homem. O homem traz para a casa os recursos já dominados, a carne já vem morta, os frutos e

arbustos já vêm para uso direto. Segundo o poeta Joaquim Teles de Faria “A mulher participava da caça, quando o homem chegava a casa e precisava limpar e preparar a caça para o alimento da família.” Este aspecto da participação feminina no preparo da caça, refere-se à complementaridade deste trabalho que o homem havia iniciado.

Em função, da transformação da natureza viva para a morta ou domesticada em que o homem é o principal responsável por esta ação, ficou entendido que para os informantes, a ação do homem com a natureza é mais direta que a da mulher.

Embora a mulher também participe e atue diretamente com a natureza, entende-se, segundo a visão investigada, que ela ocupa espaços como a casa e o quintal, lugares que antes foi transformado pelos homens em um ambiente construído, sendo então uma natureza cultura transformada.

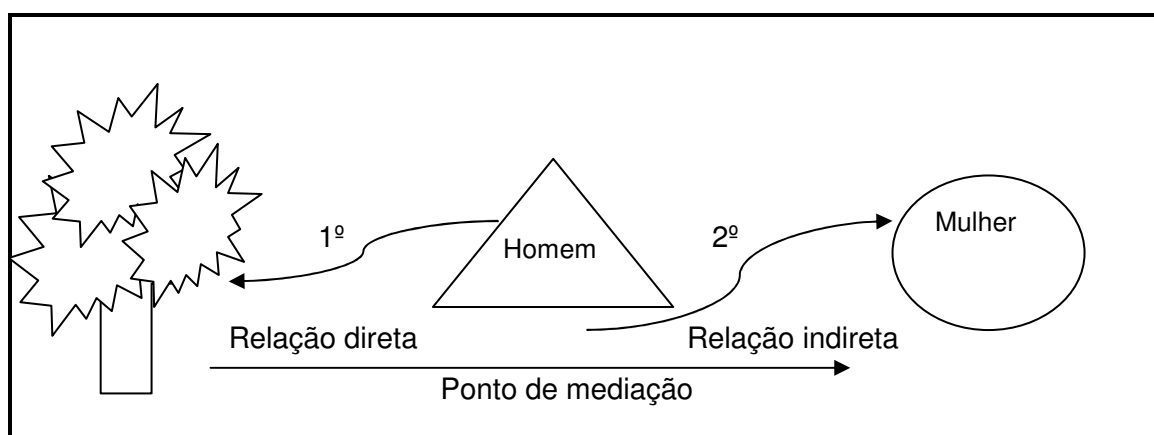


Ilustração 14 - Relação do homem e da mulher com a natureza

Esta percepção indica que a mulher teria uma relação indireta, ao se apropriar e atuar em um espaço configurado anteriormente pelo homem. Assim, a primeira relação seria a direta, a do homem, e a segunda seria a indireta a da mulher.

Uma vez que a mulher usa leite de um animal antes domado e domesticado pela figura masculina, organiza a casa e o quintal, espaços também idealizados e construídos pelo homem. Assim suas ações seriam indiretas e sempre secundárias em relação ao homem. Para Brandão, no processo de socialização da natureza, a incorporação dos espaços pensados como mundo natural ao domínio da cultura, no que se refere a destruição da natureza, são masculinos, enquanto que atos de fecundação da natureza são mais femininos.

Esta visão de homem predador não é entendida pelos informantes como destruidora, já que se alega que a ação do homem na caça é pela necessidade de sustento da família, de tal forma que há o cuidado para evitar o desaparecimento dos animais, plantas frutíferas ou medicinais e assim por diante. Mas entende-se que o homem por instinto é capaz de

matar, ferir e controlar a natureza bravia muito mais que a mulher. Conforme Childe (1978) o aparecimento do homem sobre a terra é indicado pelos instrumentos que ele fez para obtenção de alimentos e abrigo. Desta forma o homem não apenas aprendeu a caçar e dominar o uso do fogo, mas também domesticou animais e plantas para garantir a sua sobrevivência. E embora o autor demonstre que o homem primitivo é o principal dominador dos recursos naturais, em muitos grupos humanos todos ajudavam na procura por alimentos, mas o homem estava à frente do domínio da natureza. Da mesma forma em que na atualidade os homens estão em sua maioria à frente das grandes empresas exploradoras dos recursos ambientais.

Entretanto isto não significa dizer que a mulher não atue em busca dos recursos naturais, na realidade sua participação depende da forma como é a organização social e as necessidades de sobrevivência do grupo ao qual ela pertence. Leakey (1981) fala do papel da mulher no grupo Kung na África, onde as mulheres fazem a maior parte da coleta de alimentos vegetais que é a principal fonte de alimentos deste, enquanto os homens se encarregam da caça. Desta maneira o homem estaria dominando a natureza mais bravia e a mulher a natureza já domesticada dos vegetais. Tanto a mulher como o homem assumem com papéis sociais diferentes, mas atuando numa relação entre a natureza e a cultura. No entanto entendeu-se que o homem é o mediador da relação da mulher com a natureza/cultura transformada.

A natureza e a cultura estão aparecendo de forma diferenciada nos dois domínios, assim como nos dois sexos masculino e feminino. Para Ortner (1979, p. 1001) cada cultura afirma que a relação adequada entre a existência humana e as forças da natureza depende da utilização dos poderes especiais da cultura para regular, os processos do mundo e da vida. Assim, a mulher estaria atuando sobre recursos da natureza que já não teriam a mesma força e poder originário, ao já terem incorporados pela cultura. E esta transformação ordena o modo de vida e as relações entre o homem, a mulher, a natureza e a cultura.

De certa forma, pode-se visualizar na tradição um modo de vida em que as mulheres estão atuantes em uma posição secundária ao homem, mas complementar, colaborando com a sobrevivência da família.

Um pouco da cozinha



Fotografias 12 - Um pouco das cozinhas em São João D'Aliança
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

3 A MODERNIDADE E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES



Fotografias 13 - Um olhar para a modernidade entre a tradição
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

Este capítulo trata dos processos de transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo no município de São João D'Aliança. Pretende demonstrar que essas transformações alteraram o modo de vida tradicional. Esse processo fazia parte de um plano nacional de desenvolvimento brasileiro que objetiva modernizar o país por meio de programa de expansão territorial de suas atividades, bem como incorporar inovações em sua produção econômica. De acordo com Giddens (1991), a modernidade tem uma característica específica que é a descontinuidade, isto porque o modo de vida moderno nos desvincula do modo tradicional, pelo dinamismo.

Se formos compreender adequadamente a natureza da modernidade, quero argumentar, temos que romper com as perspectivas existentes a respeito de cada um dos pontos mencionados. Temos que dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições em relação às culturas tradicionais (GIDDENS, 1991, p.25).

Esse dinamismo separa o tempo e o espaço, ou seja, há uma ordenação e reordenação do tempo e do espaço que provoca mudanças. Mudanças que foram investigadas e compreendidas como resultados do dinamismo que a modernidade tem por natureza e que desencaixa o modo de vida, de produção e de organização. Por outro lado, a desmontagem do quebra-cabeça tradicional faz com que algumas peças fiquem encaixadas e outras desencaixadas pelas transformações. Dessa maneira, as transformações que afetaram de alguma forma o modo de vida da população de São João D'Aliança foram caracterizadas. De acordo com o entendimento de informantes, a construção de Brasília, a exploração do manganês e a mecanização da agricultura alteraram suas vidas.

A construção de Brasília foi para muitos informantes de São João D'Aliança o primeiro fato relevante no município, pois foi a partir daí que houve a abertura de estradas (ainda sem asfalto) ampliando os meios de transporte e comunicação. Mesmo assim, a região do nordeste goiano não mudou tanto quanto a parte sul do Estado, mas, de alguma forma, o tão conhecido isolamento foi aos poucos ficando reduzido.

A construção de Brasília é iniciada em 1956, acelerando-se em 1958, já que a promessa do governo Juscelino Kubitschek era inaugurá-la em 1960.

A transferência da capital federal para território goiano trouxe grandes alterações à área do entorno. Além das estradas novas, ligando-a praticamente a todas as partes do Brasil, uma nova organização geográfica se impôs, num intenso processo de urbanização. Foram criados, a partir da década de 50, seis municípios: Alexânia, Santo Antonio do Descoberto, Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Padre Bernardo. As cidades já existentes assentadas numa estrutura agrária tradicional, onde o núcleo urbano tinha pouca expressão sofreram alterações substanciais após a construção de Brasília, com um reordenamento da ocupação do território (BARREIRA, 2002, p.175).

A construção constituiu mais que uma capital, é também uma estratégia político-territorial que, segundo Barreira (1997, p.25), é uma cabeça-de-ponte para a ocupação geográfica de vasta porção territorial representada pelos grandes Norte e Centro-Oeste brasileiros.

No dia 31 de janeiro de 1956, JK tomou posse com os votos da maioria da população brasileira. O sonho de JK, o garoto simples e pobre, era modernizar o Brasil, melhorar a vida das pessoas. Enfim, ele queria que o país crescesse 50 anos em 5 anos, enquanto durasse o seu governo. Juscelino construiu quilômetros e quilômetros de estradas, fez usinas. Também realizou o sonho de fabricar o primeiro carro brasileiro (FERREIRA, 2002, p. 10- 11).

Deste modo observa-se na abordagem de Ferreira a posse de JK configura o sonho de modernidade e transformação como sinônimo de melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Assim, Brasília faz parte de um plano de expansão capitalista que, segundo Barreiras (1997, p.26), necessitou de reestruturação territorial. E Goiás enquadra-se nessa expansão.

De fato, a população investigada afirma que a abertura de estradas é que foi muito significativa para o município, principalmente porque houve a migração de muitos nordestinos, aumentando a população. Para a maioria dos informantes isto foi positivo, uma vez que antes a população era tão pequena que justificava a existência de muitos casamentos entre parentes por falta de opção. Durante o período de construção da capital teve início, em 1959, o processo de perda de terras no município, processo que se manteve

em outros períodos.

Com a existência do transporte, o acesso ao planalto central e a outros municípios de Goiás foi se intensificando, tendo um aumento significativo de seu fluxo nos anos de 1980, pela rapidez.

A criação do Distrito Federal trouxe várias transformações para o nordeste goiano por meio de programas do Governo Estadual como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento Regional e projetos do Governo Federal como Geoeconômico de Brasília e Polocentro nos anos de 1970. Ambos buscaram desenvolvimento regional por meio de atividades como mineração, turismo e pecuária.

Nesse período, foram criados, no Brasil, dois Planos Nacionais de Desenvolvimento: IPND (1972 –1974) e o II PND (1975 – 1979), dando um novo enfoque à questão regional brasileira. Estes planos tinham por objetivo reduzir o “abismo” econômico inter-regional. Por meio deles, o estado de Goiás e toda a Região Centro-Oeste receberam substanciais volumes de investimentos federais, pois, em janeiro de 1975, foi criado o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), que estimulava a expansão da agricultura empresarial tecnificada (VIEIRA, 2002, p. 37).

Assim vários projetos do governo estadual foram criados no intuito de melhorar a região do nordeste goiano. Um deles foi o programa de intervenção chamado de *Alto Paraíso de Goiás*, com objetivo de dotar o nordeste meridional de infra-estrutura de apoio nas áreas econômica e social através de iniciativa privada. Em São João D’Aliança a exploração do minério manganês foi a principal proposta desse programa.



Fotografias 14 - Pedra do mineral manganês
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

A exploração do manganês foi à primeira atividade de grande porte com exploração dos recursos do município, através de empresas que representam a iniciativa privada, mas amparadas pelo governo do Estado. Segundo informante que trabalhou com o grupo de

exploração, eles eram paulistas e se instalaram na terra porque tinha muito manganês:

Os paulistas ofereciam uma porcentagem para o dono da terra, se ele não quisesse iriam explorar de todo jeito. A primeira área de exploração foi na terra de Eloy Domingues e de outro. As pessoas que trabalhavam lá não tinham carteira assinada, ganhavam por produção. Tinha muito manganês, e nós trabalhávamos tudo na picareta, não tinha máquinas, como tem hoje. Depois houve outras explorações na Pontezinha e Pedra Preta.

De acordo com o informante, o trabalho com o manganês mobilizava muita gente, inclusive tinha famílias inteiras que saíam de suas propriedades e se instalavam próximo ao local de exploração para garantir o trabalho. No entanto, quando o mineral acabou, os representantes das empresas foram embora e o trabalho terminou. Depois da primeira exploração houve outras, mas não se prolongaram por tanto tempo, logo tudo parou. Um estudo de Carvalho Junior et. al. (2007) sobre o manganês em São João D'Aliança também registra esse abandono:

Nesse levantamento, foi realizado um sobrevôo sobre o depósito de manganês laterítico na mina Extrema em São João da Aliança (GO). Este depósito, como vários outros na região, encontra-se abandonado e consiste em uma importante área para recuperação ambiental (CARVALHO JUNIOR et. al., 2007, p. 1).

O problema também foi levantado pelo Secretário do Meio Ambiente do município, Jales Teles da Silva:

O manganês nos anos 80, já não tinha nada, de repente todo mundo sumiu. O problema do manganês é que ele tem que ser limpo, e para encher um caminhão o manganês tem que está limpo, daí eles lavam o manganês com a água e depois jogam a água que vai para o rio que a população usa.

Assim a população termina por ser prejudicada. A empresa vai embora e não faz qualquer ação para recuperar o ambiente explorado, muito menos tenta reparar os danos causados à população. Muitos informantes alegam que as empresas trazem emprego, mas também mantêm o círculo vicioso de trabalho informal, sem carteira ou qualquer direito trabalhista para os trabalhadores, logo, se houver um acidente de trabalho, o trabalhador, em geral, não terá assistência. O trabalhador depende muito mais da sua sorte do que dos seus direitos sociais. Que tipo de desenvolvimento regional ou local as empresas e os governos estaduais e federais estão propondo? Por que a empresa não pode ser obrigada a reparar ou recuperar os danos socio-ambientais que foram criados pela sua atuação local? Sem respostas para as questões, a empresa empreende um tipo de desenvolvimento que cria situações de desigualdade, tendo como principal objetivo atender a industrialização.

Para O'Connor (2003, p.12) o desenvolvimento desigual se relaciona com a distribuição global dos recursos como solo, minerais e outros. De fato, os exploradores que buscam o minério repassam para as grandes indústrias do país, beneficiando o mercado que não tem responsabilidade alguma com o que possa ter ocorrido no processo da extração do mineral. Assim conforme O'Connor (2003, p.13) as principais vítimas humanas da degradação ambiental são os pobres.

A economia capitalista assume formas de desenvolvimento combinado regulando a indústria, os municípios e a vida doméstica. Isto de alguma forma explica porque ainda há empresas que, para atender os interesses do capital, estão explorando os recursos naturais em diversos municípios mantendo a mesma prática exploradora sem compromisso de reparar os danos socioambientais.

O manganês, embora seja, um mineral importante para a indústria, tendo seu produto transformado em recursos e tecnologias voltados ao mercado que atende principalmente a vida urbanizada, não tem o mesmo valor mundial que o petróleo. O manganês já foi a grande fonte de exploração e transformação do ambiente na busca de recursos minerais no município, mas perdeu seu foco de divulgação em função da agricultura mecanizada.

É nos anos de 1980 que ocorrem as grandes mudanças ambientais, econômicas, culturais e sociais com a chegada dos gaúchos (sulistas) com a agricultura modernizada. A partir daí, São João D'Aliança foi ficando um pouco diferente do contexto de sua origem histórica, quando ainda era um povoado que mantinha o trabalho braçal na lavoura e na criação de gado como as principais formas de sobrevivência. Atualmente as formas de organização social estão mudando não só nas relações entre as pessoas, mas também pelo trabalho que está se tornando cada vez mais mecanizado em função da produção de grãos.

É importante ressaltar a conclusão de que a "explosão" do Centro-Oeste se deu basicamente na soja. Isso indica que o conhecimento adquirido quanto ao "manejo", dos solos de cerrado foi menos importante, para explicar essa "explosão", do que a descoberta de novas variedades de soja aptas às condições climáticas do Brasil central (REZENDE, 1990, p. 10).

A população tradicional local tem percebido no atual modelo de desenvolvimento regional um impacto muito positivo e negativo no seu modo de vida, especialmente, com a chegada da prática da monocultura nesta região do cerrado.⁸ Neste contexto o conjunto da população é envolvido por problemas sócio-ambientais mediante a mudança no sistema de uso da terra e pelo desmatamento.

⁸ Segundo Machado & Klink (2005), o cerrado possui 158.493.921 ha e ocupa 21% do território nacional sendo considerado a última fronteira agrícola do planeta. A agricultura no cerrado é lucrativa e sua expansão deve continuar em ritmo acelerado. Os autores informam que atualmente esta utiliza a área de 17.084.710 ha corresponde a 11,35 % da área do cerrado brasileiro. Já a pecuária ocupa 65.874.145 de ha, o que significa 41,56 % da área total.

No Brasil, as mudanças mais significativas no meio rural ocorreram nos anos de 1960 e 70 com a Revolução Verde difundida pela economia norte-americana, com objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola no mundo. O grande marco para a transformação no Brasil foi a entrada da empresa norte-americana Cargill, em 1948, foi o grande marco.

De acordo com Andreatto et. al. (1984, p.226), a Cargill inaugura uma nova fase de relações entre o capital estrangeiro e a agricultura nacional, a da indústria fornecedora de equipamentos e insumos para a agricultura, configurando-se principalmente nos anos de 1960 com a implantação da indústria de máquinas e equipamentos agrícolas. O país aderiu a um pacote tecnológico e a agricultura brasileira passou a exercer atividades baseadas na utilização intensiva do capital, tecnologia e informação.

A partir de meados da década de 60 ocorreu na agricultura brasileira a consolidação de um conjunto de transformações conhecidas sob a designação de “modernização”. Há um aprofundamento das relações intersetoriais, com o uso crescente, na agropecuária, dos insumos modernos, produzidos industrialmente, como tratores, adubos químicos inseticidas, fungicidas e herbicidas (MILHOMEM, 2006, p. 9).

Desse modo, houve um processo de modernização na agricultura com uso de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, ou seja, outra lógica foi introduzida no sistema de plantio. Com isso, o modo de produção artesanal tem sido substituído ou visto como algo do arcaico e atrasado.

Até os anos de 1970, a monocultura de soja concentrava-se nos estados do sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) expandindo-se após o período para as demais regiões do país. Atualmente o espaço brasileiro de maior difusão do agronegócio é o cerrado.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento indica o agronegócio como a principal locomotiva da economia brasileira. A soja, destaque maior do agronegócio, teve no período de 2002/2003 uma safra de 52 milhões de toneladas com área plantada de 18,4 milhões de hectares (SUERTEGARAY, 2004, p. 51).

Assim o bioma sofreu mudanças radicais nas técnicas produtivas e no modo de vida da população. Isto porque o sistema de produção tradicional, que é baseado numa cultura que reafirma a relação homem e natureza, está sendo substituído pelo agronegócio considerado hoje como modelo ideal de produção agrícola.

Esse modelo chega à região do Nordeste Goiano na lógica capitalista de reprodução do espaço. De acordo com Teixeira & Barreiras (2007) com a construção de Brasília, abriu-se um novo horizonte sócio-econômico para essa região, com a criação de infra-estrutura

como: rodovias, ferrovias, crescimento urbano, hospitais, escolas, universidades, bancos, enfim, uma estrutura que proporciona a apropriação capitalista do lucro massificado. Em São João D'Aliança a abertura de novos horizontes ocorreu em função do fluxo de gaúchos que transitavam constantemente atravessando o município, com isto instala-se telefone, amplia-se a energia elétrica além de outras benfeitorias.

Fonseca (1993) estudou sobre a identidade e a ocupação territorial dos gaúchos no Distrito Federal e registra que:

Esses gaúchos que no sul eram pequenos comerciantes ou plantavam quase exclusivamente para o consumo familiar, depois que vieram para o Distrito Federal adquiriram terras por um preço simbólico, que no sul não obteriam com as mesmas facilidades (1993, p. 50).

Foi isto que aconteceu em São João D'Aliança, muitos gaúchos compraram propriedades a preços simbólicos. Os proprietários vendiam para os gaúchos, no intuito de morar na parte urbana acreditando que a vida seria bem melhor.

Para Fonseca (1993, p.39) o Programa de Assentamento Dirigido ao Distrito Federal-PAD/DF visou concretamente apoiar os agricultores que, com suas máquinas e seu capital vieram explorar o cerrado. Muitos lavradores do município de São João D'Aliança também percebem que houve investimentos neste tipo de produção independente do desmatamento que fizeram no cerrado. Em função de toda uma propaganda e discurso político do governo do Estado e do município de que o progresso finalmente estava chegando e isto era muito bom, porque ia tornar Goiás mais forte.

3.1 O PROGRESSO: O PROCESSO DE PERDA DE TERRAS E AS EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO LOCAL

Embora falar da perda da propriedade de terras não seja uma novidade no Brasil, entende-se que esta situação deve ser discutida até porque ela costuma ser exposta mais comumente como ação de fazendeiros contra pequenos proprietários, onde a atuação de grileiros é o meio mais utilizado para apropriar-se das terras alheias.

Durante a pesquisa percebeu-se que havia sempre a preocupação de muitas pessoas para saber se a pesquisa tinha alguma relação com a propriedade das terras, pois, se fosse, não deveria continuar. Mesmo buscando outro foco, a pesquisa sempre deparou com a questão da terra, pois faz parte de todo processo de transformação que vem ocorrendo no município.

Em São João D'Aliança houve várias formas de perdas de terras, desde o início da construção de Brasília. Foram constituídas lentamente por ações de pressão e expulsão:

apropriação indevida sem o uso da força e perda da terra por venda simbólica que teve grande fluxo com a instalação da agricultura mecanizada.

A primeira forma de perda de terra começou na parte mais rural⁹ do município, em 1959, segundo informantes, ação que a princípio não foi marcada pela violência. A área era de posse, identificada como *Mata Serena*. Lá residiam vários grupos familiares que de repente perceberam um avião sobrevoando a área. O avião pousou e os integrantes tiraram fotos da terra, falaram aos posseiros que era um lugar bonito, depois foram embora. Uns dois meses depois voltaram com o registro da terra e ofereceram um preço simbólico para que cada família se retirasse tudo “sem violência”. Segundo a Senhora Fadinha Fernandes, que residia nas terras na época, “alguns concordaram e foram embora, outros ficaram, mas dias depois acordaram no meio da noite com tiros e destruição. A partir daí, todos ficaram com medo e tiveram que sair das terras, pois os pistoleiros não abandonaram a área até a saída de todos”.

A ação foi aos poucos se repetindo com outros grupos familiares, um grupo da fazenda também teve suas terras perdidas, segundo a informante que viveu no lugar quando criança e vivenciou a expulsão de todos da família. Seu pai gastou tudo o que tinha para tentar recuperar as terras com advogado, mas não teve jeito, houve a apropriação indevida com expulsão de toda a família.

Outro fato, um pouco diferente ocorreu entre famílias: uma senhora, ao ficar viúva, teve a oferta de compra de parte da propriedade por um parente do marido, como forma de ajuda, já que ela agora, sem marido, teria dificuldade de administrar a pequena propriedade. A senhora concordou e vendeu apenas a parte combinada, sendo inclusive assinada em cartório. Semanas depois, o mesmo parente ordenou que ela e suas crianças desocupassem toda a propriedade, pois ele havia comprado tudo, conforme escritura em cartório. O golpe ocorreu, principalmente porque a vítima era uma mulher e não sabia ler, ou seja, era analfabeta, além de estar num momento delicado e vulnerável.

Uma ação a princípio em relação de confiança culminou com o comprador aproveitando-se da ingenuidade da mulher, que entendeu que não estaria perdendo muita coisa, ao fazer a venda. Mas, ao final, terminou perdendo tudo, tendo que ir morar de favor na casa de parentes com todas as crianças. Neste caso, a viúva se sentiu pressionada pelo parente, tanto para a venda quanto a um preço simbólico estabelecido para a propriedade, como pela grilagem do restante da terra. E por fim, com a expulsão da viúva e seus filhos de toda a terra houve a grilagem. Para a viúva e seus filhos a ação foi tão violenta e maltratou a todos, pois representou a violação de uma ação de confiança, já que havia relações de parentesco entre o comprador e a herdeira da terra.

⁹ Em lugares muitos distantes da parte urbana, em propriedades muito isoladas umas das outras no meio rural.

Outros casos como de expulsão de terras com mulheres viúvas, seja, por ação de venda forçada, preços simbólicos ou pressão por parte de parentes ou desconhecido ocorreram, principalmente, na terra de posse.

Outro fato citado por informantes é que o cartório do município fez muitos casamentos, usando nomes de pessoas já falecidas para dar direito de herança, seja uma parte, seja a totalidade de uma propriedade para desconhecido da família. Além disso, também foi explicitado que o cartório fazia um tipo de registro na prefeitura dando direito de propriedade a uma pessoa quando no cartório havia o registro em nome de outra pessoa. Isso fez com que muita gente perdesse sua propriedade sem saber para quem, ou em que momento isso teria ocorrido.

As ações de grilagem de terras continuaram ocorrendo, sendo que nos anos de 1980 houve a chegada dos gaúchos, ocorrendo assim novos fatos.

Com a chegada da agricultura mecanizada na região, houve uma expectativa por parte da população, principalmente no início de 1981, quando o fluxo de gaúcho foi se intensificando e a prefeitura apoiada pela Telebrasilía trouxe a instalação do primeiro posto telefônico. Segundo Josilene Graças, que trabalhou no posto telefônico, o fluxo de gaúcho era grande.

O posto telefônico era uma casinha com duas cabines dentro. Foi justamente na época que os gaúchos estavam chegando aqui, era cheio. O prefixo daqui era 61, São João D'Aliança fazia parte da cidade geoeconômica da cidade de Goiás e entorno. Esta foi a chegada do telefone aqui.

Para a informante, só houve esse posto telefônico em função da chegada dos gaúchos na região. Para esta informante os gaúchos trouxeram mudanças na vida da população, foi depois disto que foram instalados telefones, os meios de comunicação aumentaram, além do próprio comércio local ter-se ampliado gradativamente.

No início, os primeiros gaúchos que chegaram aqui compraram terras e trouxeram um novo modo de plantar e de emprego. Houve uma expectativa muito grande em torno de melhorias para o município, havia o discurso do progresso, onde o emprego, educação, saúde eram planos de melhoria para toda população. Em função disso, muitos proprietários venderam suas terras para ir morar na parte urbana, no intuito de estar mais próximo da vida urbanizada.

É o caso da perda de terra por venda simbólica onde o que aconteceu é que quando os gaúchos chegaram, muitos pequenos proprietários venderam suas terras e foram para a cidade para viver com o dinheiro na poupança. Nem todos conseguiram trabalho, o que levou as mulheres a trabalharem lavando roupas ou como doméstica para sustentar a

família.

Por outro lado, no início, muitos gaúchos também perderam tudo. Isto porque, o presidente Fernando Collor acabou com o seguro PRO-AGRO, que de acordo com Secretário do Meio Ambiente:

Muitos pegavam o empréstimo, matavam a lavoura e compravam um carro. O Banco do Brasil mandava um fiscal e pagava o seguro. Com o presidente Fernando Collor, eles quebraram. Assim muito dos primeiros gaúchos terminaram indo embora em função das perdas. Mas com o tempo foi chegando outros investidores gaúchos, paulistas e outros que apostaram na agricultura moderna.

Segundo informantes um dos casos é o proprietário do Hotel Vitória que ao perder parte da produção e do seguro, este resolveu investir no comércio local. Mas a perda de terras na região não parou, conforme informantes um proprietário de uma fazenda bastante conhecida no município e em Brasília pressionava muito os pequenos proprietários. Conforme informantes, este proprietário não mora no município, mas em Brasília, e é dono de uma empresa que vende automóveis. No mesmo período, pequenos proprietários foram pressionados a saírem da sua propriedade por ações de grilagem como por uso do fogo em cerca de 40 casas.

A ação ocorreu em um lugar chamado *Pedra de Amolar*, tendo como o principal responsável o proprietário da Fazenda. O fazendeiro ao comprar uma terra passou a se apropriar das terras dos pequenos proprietários, em alguns casos tentava comprar por um preço simbólico e em outros a expulsão com uso do fogo. Embora a maioria da população do município tivesse ficado sabendo do fato e da identidade do mandante, ele não sofreu qualquer tipo de punição por parte das autoridades locais ou estaduais. O que era de se esperar, já que o fato tem ocorrido constantemente no Brasil e permanece a omissão do poder público.

Porém o proprietário não esperava que um dos pequenos proprietários reagisse. E foi o que ocorreu, segundo vários entrevistados, um dia um dos pequenos proprietários que cansou das pressões resolveu enfrentar e atirar nesse individuo. O tiro pegou apenas em uma das pernas, mas foi o bastante para a população sentir que houve uma ação severa e justa. Isto porque, depois do fato, as ações desse fazendeiro foram paralisadas.

A implantação da agricultura mecanizada requer uma grande quantidade de terras. Logo, quando não funcionava a venda forçada ou simbólica e ainda a expulsão, houve também o convencimento de alguns pequenos proprietários para arrendar a sua terra.

Com isso, a agricultura mecanizada no cerrado goiano foi ao longo do tempo se transformando e ao mesmo tempo transformando a vida da população local. A princípio o investimento era com soja e com milho, como os principais grãos, mas na atualidade há

plantação de batatas, café, feijão e bananas tudo seguindo a lógica da produção moderna com uso de máquinas, pivô, fertilizante e agrotóxico.

Essas novas formas de produção influenciaram a população a criar expectativa em relação a oportunidades de emprego nas fazendas e na cidade. No entanto, o que aconteceu, é que a maioria da população concentra-se na parte urbana e é alto o desemprego. A maioria não tem instrução e os que estudaram buscam emprego no Distrito Federal.

Evolução da população do município de São João D'Aliança			
Ano	População	Urbana	Rural
1980	4.333 hab.	1.112 hab.	3.217 hab.
1991	5.116 hab.	2.503 hab.	2.613 hab.
1996	5.962 hab.	3.643 hab.	2.319 hab.
2000	6.736 hab.	4.188 hab.	2.548 hab.
2001	7.112 hab.	4.441 hab.(1)	2.671 hab.(1)
2002	7.077 hab.	4.438 hab.(1)	2.639 hab.(1)
2003	7.235 hab.	4.556 hab.(1)	2.679 hab.(1)
2004	7.567 hab.	-	-

Tabela 1: População do município

Fonte: Perfil dos municípios goianos – AGDR/SEPLAN/SEPIN-2006

Na tabela é possível verificar que, em 1980, a população rural ainda era bem maior que a urbana. A série histórica indica uma mudança importante que acompanha a situação em todo o país: crescimento da população urbana e uma redução de população do meio rural.

Por outro lado, o valor do rendimento médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes entre 2000 a 2004 é de R\$ 503, 64, conforme dados da AGDR/SERPLAN/SEPIN (2006). Registre-se que quem tem renda fixa são funcionários públicos, aposentados, pessoas envolvidas em cargos políticos, comerciantes e os trabalhadores nas fazendas que são registrados como funcionários. Vale ressaltar que há uma variação entre pessoas admitidas e demitidas em empregos que se alteram muito, principalmente no período de empregos temporários. Os empregados no comércio local, embora trabalhem cerca de oito horas ou mais, nem todos são enquadrados como funcionários registrados, uma vez que o comércio é pequeno sendo administrado pelas famílias e empregam parentes ou amigos que estão desempregados.

Outro fato que ficou evidente é que os melhores empregos permanentes existentes no novo modo de plantio são ocupados por trabalhadores instruídos, geralmente vindos de

outros Estados. E os empregos que sobram são disputados pelos que não têm instrução e nem todos são aproveitados. Além disso, os trabalhadores do município concorrem com outros da região no período de empregos temporários.

Com se vê, nem tudo saiu como esperado, pois o uso das máquinas reduz e muito o trabalho braçal e muitos lavradores estão desempregados na maior parte do tempo. Também não houve investimento em formação dos trabalhadores para que pudessem atualizar-se e ter maior oportunidade de trabalho no município, já que a formação é realizada pelas empresas que vendem os produtos para manter a produção tecnológica. A capacitação não se dá por via da política pública, mas sim de empresas (Estado do Paraná, São Paulo e Rio grande do Sul), ou seja, por meio da política privada, onde os responsáveis são geralmente sulistas representantes de maquinários, insumos agrícolas e outros, restringem a instrução aos trabalhadores da fazenda.

Assim o trabalho do campo que antes era realizado por muitos homens, tanto o lavrador como o boiadeiro, tem sido aos poucos substituído por máquinas, os trabalhos intelectuais ou técnicos têm sido assumidos por profissionais instruídos, sendo que a maioria vem de outros Estados. O problema não se localiza apenas em São João da Aliança, mas a falta de oportunidade de trabalho incide em todo o nordeste goiano. Isso tem levado muitos trabalhadores a saírem da região.

A mão de obra empregada do município é bem pouca, isto porque, segundo Jales Telles da Silva, há outro fator que é a concorrência com os Kalungas que são conduzidos para as fazendas através de gatos:¹⁰

Outra mão de obra que chegou aqui, o pessoal descendente de Kalunga começaram a vir para cá. Na hora da colheita, eles pegam os Kalungas, que moram aqui na época e colhe o Feijão, é mão de obra barata. Vem homem, mulher e adolescente. O que acontece é que, tem um gato que vai às fazendas e articula este serviço temporário. Ai acabou a plantação eles ficam sem trabalho. O café usa também o trabalho do Kalungueiro.

Há uma disputa por trabalho entre os lavradores da região e o que tem prevalecido é o subemprego. A questão é um tanto delicada, pois quando foi perguntado a vários entrevistados o que a agricultura mecanizada trouxe de bom para o município, muitos falaram o emprego. E quando se buscou saber sobre as condições desse emprego, ficou claro que poucas pessoas conseguem trabalho de carteira assinada e com direito trabalhista; uma maioria tem oportunidade de empregos informais e temporários.

O fato foi evidenciado também por um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por outros lavradores do município. Para eles, a realidade fica explícita no período

¹⁰ Um intermediador de mão-de-obra que contrata trabalhadores e os leva as fazendas.

de empregos temporários em fazendas quando vem gente de outros municípios, concorrendo com a população local. Assim, muitos estão vendendo sua força de trabalho por diárias e sem carteira assinada, na atividade de arrancar feijão e milho por um tempo de 4 a 5 meses ou menos.¹¹ Segundo os informantes, este tipo de trabalho tem causado muitos problemas de saúde, muitas pessoas estão com problemas de coluna por passar muito tempo trabalhando agachado.

Para os informantes, os produtores que já estão aposentados tiveram muita sorte, pois vivem da renda e sustentam toda a família. Por outro lado, os lavradores que não conseguiram se aposentar sofrem muita exploração; eles não tem outra opção. Segundo um lavrador de 78 anos:

Antigamente eu trabalhava muito, não faltava trabalho na roça. Eu me lembro que em 1973 eu andava em toda a região do Paraná, terminava uma empreita já tinha outra, e outra. Precisão todo mundo tinha e trabalho não faltava. Eu trabalhava muito com meus instrumentos e com gado. Não era só eu, era muita gente que vivia assim da roça e do gado.

A história desse lavrador evidencia a mudança vivida por ele e seus companheiros que sempre encontravam e se realizavam no trabalho, diferentemente de hoje. Sua fala demonstra que o trabalho mobilizava a vida objetiva e subjetiva das pessoas, e configurava uma forma de organização social que constituía um sujeito da terra. Quem não trabalha hoje se sente excluído do espaço social e da sociedade produtiva. Assim ele faz uma construção de sua identidade: antes com orgulho e trabalho e hoje sem ambos.

Para muitos informantes, hoje se planta sem respeitar a natureza. Um lavrador que nasceu e sempre viveu da roça contesta a mudança de sistema de plantio, pelo uso tecnológico da máquina no primeiro plano. Para o lavrador, a lógica e o sistema de plantio que predominava antes dava aos produtos um sabor forte e mais verdadeiro. Como disse um informante de 78 anos:

A gente esperava a época certa de plantar... A gente esperava o mês e a lua certa, não mudava esse saber, porque se plantasse na lua errada, o feijão já nascia bichado. Hoje tudo mudou, eles plantam sempre, não tem nem como a terra descansar, eles só querem produzir. Por isso que as coisas não têm mais sabor e nem graça de comer, está tudo misturado, não tem mais nada puro.

O informante percebe que a mudança no sistema de plantio tem afetado a constituição do sabor dos produtos. Para ele, os fazendeiros modernos seguem a informação dos técnicos especializados no assunto. E as informações e orientações não são adaptadas às

¹¹ O feijão ainda tem sua colheita sendo realizada manualmente. Já o milho é colhido mecanicamente, mas contratam-se trabalhadores para colher o produto que sobrou na terra, desprezado na colheita mecânica.

condições locais.

Outro fator que está modificando o estilo de vida da população é a falta da variedade de produtos que sempre foram cultivados na região, alterando o seu hábito alimentar. O fato é levantado pelos entrevistados que consideram que hoje há dificuldades para se ter os alimentos básicos, já que muitos não estão sendo mais plantados na região, em consequência desse modelo de desenvolvimento. Como disse um informante de 73 anos:

O feijão roxinho, roxão, carioca branco, amarelo sumiram e o arroz amarelo, guapa, barranqueiro também sumiram. Agora atrapalhou tudo, acabou, porque não dá mais, tudo sumiu. Eles não plantam mais, a gente não acha, é muito difícil encontrar quem planta, porque disse que as pragas levam metade da plantação, não dá mais.

Além disso, quem não está trabalhando ou aposentado tem dificuldade para comprar os produtos do mercado, pois tudo tem que ter dinheiro e, para os informantes, os produtos do mercado não tem sabor, ou seja, come-se o que não tem qualidade, falta opção. Por isso, ainda é possível encontrar pessoas que trabalham em pequenas propriedades por meia, no sistema antigo, recebendo parte do que produziu com o dono da terra, ou seja, trabalha pelo milho, pelo café, pela farinha e não pelo dinheiro. A pesquisa de campo revelou que em uma pequena propriedade havia dois homens trabalhando com milho por meia. Sem instrução e muito conhecimento é difícil conseguir emprego.



Fotografias 15 - Produtos da propriedade da senhora Maria Teles
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

A proprietária Maria Teles informou que ela é que administra e resolve tudo da sua chácara. A maior parte do trabalho é feita por pessoas que trabalham de meia. Antes da colheita do milho, ela fez a colheita do café, com a ajuda de outras mulheres, pagas de meia, também. Ela não planta mais feijão porque os insetos e pragas das fazendas modernas vêm para sua plantação inviabilizando a sua produção.

Rezende (1990) alerta sobre este problema ao tecer uma análise da produção de grãos no Brasil central, verificando que a plantação de soja tem superado os demais cultivos

de grãos. A mudança na lógica de plantio mediante a necessidade do mercado externo tem afetado a vida da população que sempre sobreviveu da produção de feijão, arroz, milho, mandioca e outros, como os principais produtos alimentares.

Essa antigüíssima pratica de lavoura ecológica mudou drasticamente há cerca de três décadas, quando os agricultores passaram dos produtos orgânicos para os sintéticos, que abriram vastos mercados para as companhias petroquímicas. (...) Para os agricultores, o efeito imediato dos novos métodos de lavoura foi um aumento espetacular da produção agrícola, e a nova era da lavoura química foi saudada como a Revolução Verde. Contudo, o lado sombrio da nova tecnologia não tardou em evidenciar-se e, hoje, está provado que a Revolução verde não ajudou os agricultores, nem a terra, nem os milhões de famintos do mundo inteiro. Os únicos que lucraram com isso foram às grandes companhias petroquímicas (CAPRA, 1982, p. 246).

A variedade de produtos locais tende a desaparecer, uma vez que, planta-se uma única cultura em espaços imensos, levando outras ao desaparecimento quase que total. Assim, a antiga pratica agrícola de subsistência tornou-se quase que invisível. Os valores da antiga forma de organização social pelo trabalho estão mais presentes na memória dos antigos lavradores, boiadeiros e das mulheres que tentam em sua propriedade rural ou urbana reproduzi-los, com dificuldades, dentro do universo da prática social atual.

Talvez em função disto, muitas famílias que perderam suas terras tiveram suas expectativas frustradas, algumas buscaram encontrar outra solução.

Assim nos anos de 1990, quando uma boa parte da população não conseguia reproduzir seu modo de vida e a falta de oportunidades para melhorar de vida na área urbana era muito grande, muitos buscaram retornar à terra. Houve então a percepção de que esse desenvolvimento não era para todos, uma vez já tinha havido muitas perdas.

Neste contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST assume importância crescente no cenário político brasileiro.¹²

O Brasil vivia uma conjuntura de duras lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Como parte desse contexto, entre 20 e 22 de janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. A atividade reuniu 80 trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em 12

¹² O MST nasceu das lutas que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada, na região Sul, pela conquista da terra, no final da década de 70. O Brasil vivia a abertura política, pós-regime militar. A concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização da agricultura persistiam, enquanto o êxodo para a cidade e a política de colonização entravam em aguda crise. Nesse contexto surgem várias lutas concretas que, aos poucos, se articulam, delineia e se estrutura o Movimento Sem Terra, tendo como matriz o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta-RS, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). O MST tem três grandes Objetivos: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa (MST, 2009, p. 1).

estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo. A partir desse encontro, os trabalhadores rurais saíram com a tarefa de construir um movimento orgânico, a nível nacional (...) (Castro, 2010).

De acordo com Navarro (2005) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é resultado de muitas lutas sociais e organização política de trabalhadores rurais e camponeses, o MST, sigla mais conhecida, está organizado nacionalmente desde meados dos anos 1980. Famílias de trabalhadores rurais passaram a se organizar para conquistar o que haviam perdido: suas terras. Assim lutaram e têm conseguido retornar para o campo através dos assentamentos efetivados pelo INCRA. Em São João D'Aliança há vários assentamentos resultado da luta organizada pelo MST. Conforme estudo realizado por Oliveira (2006) em São João D'Aliança são seis Assentamentos rurais com 472 famílias assentadas. Estes são frutos de um processo de reivindicação de terras e outros direitos sociais pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a população, principalmente, de mulheres rurais que mobilizaram forças para conseguir retornar a terra e lutaram também pela aposentadoria do Fundo Rural. De acordo com Oliveira muitas fazendas foram desapropriadas pelo programa de governo, mas não havia uma preocupação com as condições em que as famílias eram assentadas.

Todavia, em pesquisa de campo realizada em 2004 e 2006, ficou evidente que o grande número de assentamentos criados na região não significou a qualidade para eles. Isso fica claro principalmente no que tange a infraestrutura como água, estradas, energia elétrica e assistência técnica. Para muitos desses assentados, a reforma agrária ainda não aconteceu. Como podemos perceber nas falas de alguns entrevistados, (OLIVEIRA, 2006, p. 105).

De fato também durante esta pesquisa de campo, foi possível visualizar esta mesma insatisfação dos entrevistados no assentamento PA Mingau, quando algumas mulheres falaram da condição da terra, da falta de recursos para melhorar o solo para a plantação, da ausência de escolas, da estrutura com estradas, água e dentre outras dificuldades como, por exemplo, vender o que produziam. Segundo as informantes as condições e dificuldades em que as famílias assentadas vivem são bastante conhecidas pelo próprio INCRA, quando seus funcionários visitam o local, fazem anotações e promessas.

Também durante a pesquisa de campo em reunião no dia 04/09/2008 com grupo de participantes da atividade de extensão sobre apicultura, uma representante do assentamento PA Mingau falou das dificuldades que enfrentava para fazer uma plantação de maracujá com outras mulheres deste lugar. Para esta desenvolver a atividade produtiva

ela teria que ter o DAP da terra,¹³ pois a terra embora esteja no nome do casal, o marido teria que fazer uma doação oficial de um pedaço de terra para a mulher plantar na área caracterizando o solo exclusivo para a produção. Ou seja, a mulher tem que ter um documento assinado pelo marido, caso contrário ela não pode fazer esta atividade. Com a carta DAP ela conseguiria o financiamento para a produção, a questão é que os homens resistem e criam dificuldades para fazer a doação da parte da terra para a plantação, o que torna a mulher impotente. Esta situação do uso da terra e das relações poder e impotência da terra existente entre homens e mulheres, embora seja bastante relevante, este não será aprofundado, ficará para outro momento. Mesmo diante desta situação as informantes afirmam que não deixam sua terra, mas espera que as condições de vida melhorem.

O que se percebeu é que muitos dos assentados enfrentam varias dificuldades para sustentar seu grupo familiar, muitos terminam procurando empregos em fazendas, na parte urbana do município, nas novas atividades que surgem como alternativas a extração do manganês, no comércio para manter a família. Os filhos também buscam meios para irem estudar nas escolas que ficam na área urbana do município, enquanto a mulher tem ficado em casa e buscado produzir algo para vender, como doces, licores, bordados, etc.

Assim na atualidade, há o retorno à extração de manganês no município, sendo que agora por meio de processo moderno com uso de máquinas, o que faz com que muita gente pense que esta extração poderá abrir possibilidades de empregos. Há também a instalação das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, sendo entendidas por alguns informantes como algo que trará ao município maior visibilidade no Estado, podendo ampliar as relações econômicas. Já alguns pequenos proprietários têm receio das PCHs no município, por entenderem que estas podem reduzir o fluxo das águas no ambiente, diminuindo a capacidade de uso desta fonte as plantações, animais e as plantas silvestres. Além disto, os lavradores não sentem segurança com as PCHs próximos as suas propriedades, pois em caso de muita chuva e desmoronamento eles entendem que pode haver prejuízos e destruição.

O que se percebe é que cada vez mais surgem outros processos de transformações como é o caso das PCHs e as práticas tradicionais permanecem cada vez mais em um

¹³ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE) (SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR, 2010).

estado de convivência invisível. É o que Giddens (1991, p. 31) chama de reflexividade presente na modernidade, isto porque as culturas tradicionais continuam presentes desempenhando um papel, só que menos significativo, pois sua identidade é apenas reflexividade do moderno. A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas a luz da informação renovada das próprias práticas, alterando constitutivamente seu caráter. Assim, tanto a modernidade como a tradição estão presentes, sendo que a modernidade está em constante reordenação em relação a tradição.

3.2 O PROGRESSO E OS PROBLEMAS SOCIO-AMBIENTAIS

Embora o discurso da sustentabilidade esteja presente na política de governos (Federal, Estadual e Municipal) quando se faz uma análise das políticas de desenvolvimento no brasileiro verifica-se que os problemas de degradação social e ambiental estão muito presente. Assim entende-se que o que se têm é um discurso político ilustrado com o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mas na prática não se faz um planejamento para se ter desenvolvimento com sustentabilidade em termos de política operacional. Isto por que verifica-se que os programas de desenvolvimento do país estão ligados mais a visão econômica de modo que estes não são inseridos com justiça social, agregando e garantindo nas atividades modernas a inclusão da população local e suas práticas locais de sobrevivência. A sustentabilidade tem uma dimensão ecológica e ambiental, mas agrega perspectiva social, econômica e política devendo assegurar o manejo sustentável dos recursos naturais sem prejudicar a população local. De acordo com Sachs (2004) a sustentabilidade social e ambiental deve ser assegurada, e cada proposta de atividade moderna, nestas devem estar presentes os meios para se garantir o desenvolvimento sustentável.

Em São João D"Aliança a pesquisa de campo mostrou que houve impacto da agricultura moderna e as questões ambientais levantadas foram entendidas como negativa e resultado da produção da moderna, em função do uso das máquinas e insumos químicos como principais focos de destruição do cerrado. Durante a pesquisa, os problemas ambientais relacionados diretamente à ação da mecanização da agricultura foram citados.

É evidente a consciência por parte dos informantes de que os problemas ambientais anteriormente não existiam e os que atualmente existem decorrem das transformações oriundas da modernização, em especial a agrícola. O desmatamento é levantado como aquele que não deveria ter ocorrido com tanta intensidade, mas ocorreu. Esta ação fez com que nascentes de água secassem, alimentos do cerrado ficassem cada vez mais escassos

muitos animais também desapareceram, além da diminuição das chuvas na região onde sempre foi freqüente.

A natureza descontrolada do processo de desmatamento poderia mudar substancialmente se a vontade política para fazer isto existisse. O fato de que a maior parte do desmatamento é feita por grandes fazendeiros representa uma oportunidade porque significa que a taxa global de desmatamento poderia ser reduzida bastante sem qualquer perigo de que agricultores pobres fossem obrigados a passar fome. A redução da perda de floresta também representa uma oportunidade por causa do fato que a maior parte do desmatamento é para pastagens pouco produtivas, fazendo com que uma redução significativa na taxa de desmatamento tivesse um custo de oportunidade pequeno para a economia nacional (FEARNSIDE, 2006, p.396).

A situação da Amazônia também é semelhante à situação do cerrado, como é o caso do município investigado. Os informantes afirmam que os grandes fazendeiros são os grandes responsáveis pelo desmatamento. Segundo o Secretário de Meio Ambiente, “o desmatamento foi muito grande; estes novos produtores passam as máquinas em quase tudo, só ficaram as serras, onde a máquina não conseguiu plantar”.

Um informante de 70 anos fala que “eu sou contra o desmatamento. O desmatamento, as barragens que eles fazem; se a barragem estourar perto de suas coisas acaba com tudo”.

Há uma relação permanente na visão da população do desmatamento com a diminuição das chuvas e o aumento da temperatura. Muitos afirmam que antes era muito frio e as chuvas é que garantiam a permanente produção da agricultura tradicional e agora está mais difícil. Assim para os informantes, o desmatamento causado pelas grandes plantações mecanizadas trouxe como conseqüência a redução das chuvas (período das águas) que antes era comum, aumentando a temperatura, como num ciclo vicioso.

Outra questão apresentada como resultado da modernização são os problemas de saúde envolvendo aquele que tem um trabalho direto ou indireto nas fazendas, bem como a população que vive no município.

De acordo com informantes, os problemas de trabalhadores das fazendas com agrotóxicos são muitos. Ainda no mês de junho, do ano de 2009, faleceu mais um que trabalhava com estes produtos diariamente. Além desse, há outros casos de trabalhadores que preparam as sementes para o plantio, com estes insumos agrícola, muitos não usam proteção e tem pouca ou nenhuma instrução técnica orientada para a prática. A falta de fiscalização e orientação aumenta o número de trabalhadores intoxicados. De acordo com informantes muitos destes casos os trabalhadores resistem em ir ao médico.

A Lei Nº 7.802 de 11/07/1989 objetiva regular o uso dos Agrotóxicos, desde a sua pesquisa e fabricação até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o

destino da embalagem. A lei fala que é obrigatório o receituário agrônomo para venda de agrotóxicos ao consumidor além da exigência do registro dos produtos nos Ministérios da Agricultura e da Saúde e no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Em casos de prejuízos a saúde humana, qualquer entidade pode pedir o cancelamento desse registro, encaminhando provas de que o produto causa grave prejuízos à saúde humana, meio ambiente e animais. O descumprimento da lei pode render multas e reclusão para o fornecedor do produto e para o usuário. No entanto, a realidade é outra para a população, já que muitos não sabem o que fazer, porque há o desconhecimento, primeiro da lei, depois de quem ou que órgão responsável pelo município poderia representar judicialmente o registro dos prejuízos. Depois quem estaria disposto a enfrentar os grandes proprietários que movimentam a economia local e do país?

A situação tem ocorrido desde a chegada dos gaúchos e embora se afirme que há um controle e fiscalização, na prática isto não acontece, pois o fato já se tornou natural. Outra questão refere-se ao uso da água do Rio das Brancas que abastece a cidade. Este sofre de alguma forma com a poluição por produtos químicos usados nas lavouras e que chegam ao rio, seja por via de pulverização aérea, seja pelas enxurradas das chuvas. A pulverização aérea também é outro problema apontado pelos pequenos proprietários que reclamam que não usam e não querem usar produtos químicos na plantação, mas a pulverização aérea joga produto em tudo.

De acordo com o Secretário do Meio Ambiente, é difícil fazer algo, pois tanto a secretária como a população se quiser reclamar tem que procurar o Ministério Público. O IBAMA mais próximo é no parque em Alto Paraíso onde só tem dois funcionários que não podem se ausentar, abandonando o parque. E mais, o piloto consegue em um mesmo dia estar em vários lugares diferentes. Como fazer? Para o Secretário, aquele que degrada o meio ambiente atua sobre a fraqueza do município, isto por que no que se refere a questão ambiental temos apenas a nossa lei orgânica é de 1988/90”.

A Lei Orgânica Municipal de São João D’Aliança, no Capítulo VI sobre o Meio Ambiente, assevera que:

Art. 161 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial á sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Art. 166 – Fica instituído o Conselho Municipal do Meio ambiente, regulamentado por lei municipal, com poderes deliberativos, que terá a função fiscalizadora e controladora do meio ambiente, no âmbito municipal. (Lei Orgânica Municipal, 1990, p. 59/ 61).

O Conselho Municipal não foi criado apesar de constar nesta Lei Orgânica, o que demonstra que este é um instrumento político fictício e que tem o objetivo principal de

cumprir metas na instância do discurso da política pública local. Então há que se perguntar por que o Conselho Municipal ainda não existe? Por que o município mesmo fazendo parte da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto ainda não possui um órgão de fiscalização local? O que tem sido realizado em nível de proteção ambiental pelo poder municipal e estadual para garantir o uso e conservação da APA de Pouso Alto?

Entende-se que a falta de iniciativa local e estadual para regular com seriedade os problemas ambientais presentes na região, mas por outro lado quando se trata de novos empreendimentos como é o caso das PCHs, a extração do Manganês e as atividades produtivas nas fazendas modernas as autorizações dos órgãos responsáveis são emitidas com muitas facilidades. Em fim, a situação dos problemas ambientais é justificada em função da ausência de capacidade política ou administrativa para atuar com uma ação concreta. Bem como, parece ser justificável que estes problemas existam em função das atividades econômicas modernas que de uma forma ou de outra gera emprego e movimentação a vida local.

Como se pode perceber, a modernização não trás apenas problemas, mas na visão dos informantes há benefícios para a vida social local, uma vez que o município precisa gerar riquezas e empregos a população. Para muitos informantes estas atividades modernas movimentam a economia, os meios de comunicação forma ampliados assim como o transporte, o que falta de fato é maior fiscalização e uma gestão ambiental que garanta maiores benefícios a população.

3.3 AS FAZENDAS MODERNAS

Analisando a nova composição da agricultura no município, verificou-se que as grandes produções estão nas grandes fazendas. Essas fazendas correspondem a modelos que serão caracterizados a seguir. Há uma grande variedade de produção em uma fazenda. O que denota que a modernização veio e parece não ter limites para se instalar. Se antes se pensava em modernização apenas pela produção da soja, do milho e do feijão, agora não é bem assim.

A senhora Fadinha Fernandes esclarece que a primeira empresa de agronegócio que surgiu no município foi de plantação de batatinha, sendo que os representantes eram de Minas Gerais. Essa produção não foi para frente. A Soja e o Milho passaram a ser as principais plantações, com os “gaúchos.”

Entretanto, na atualidade, já há um retorno da plantação de batatinha, além de *cebolas* e abóboras como uma grande produção que abastece os mercados do Distrito Federal, principalmente Brasília. Uma empresa rural típica do município é esquematizada no quadro

seguinte, com alguns detalhes de sua estrutura funcional informada pelos entrevistados.

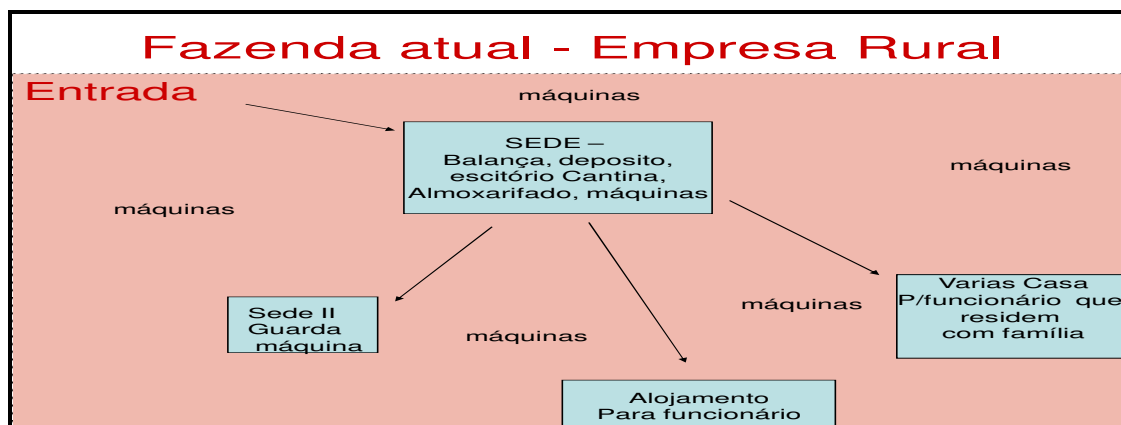


Ilustração 15 - Modelo de uma fazenda moderna

A **Fazenda Agropecuária do Distrito Federal - ADF Rural** está situada no município, ficando próxima a Niquelândia. Conforme informações obtidas em entrevista com dois funcionários, a fazenda também planta milho e soja, mas a sua principal produção é a batatinha. Estes também listaram pela memória o quadro de funcionários existentes na empresa rural.

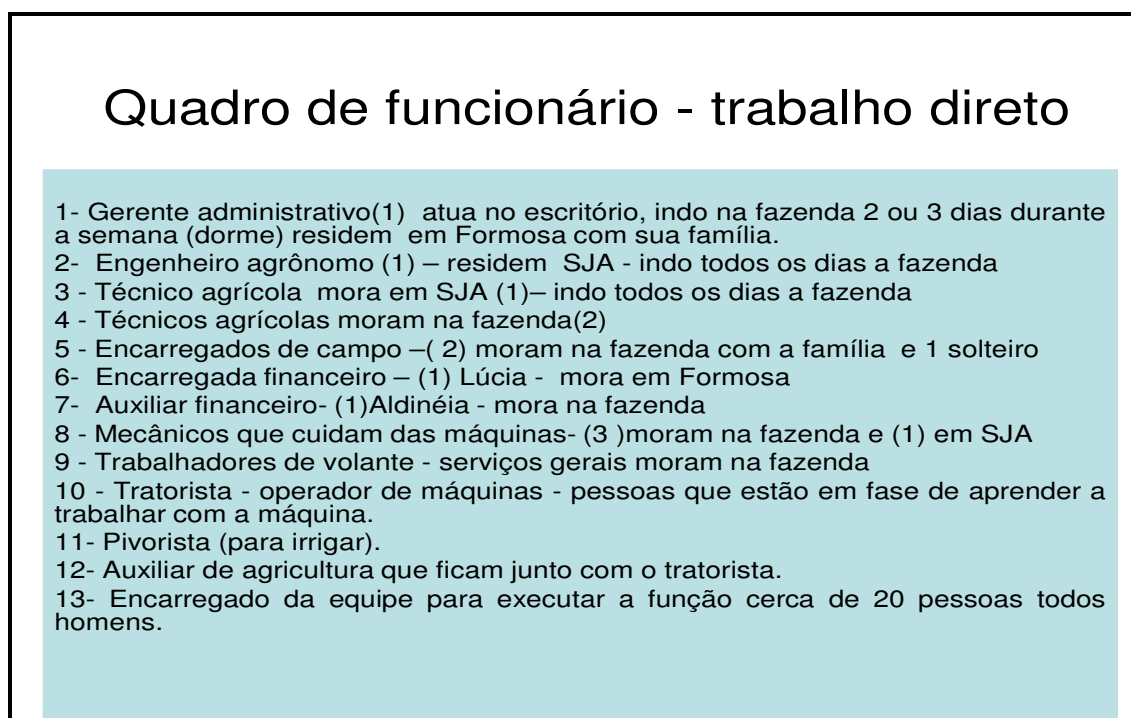


Ilustração16 - Quadro de funcionários de uma fazenda moderna

Nesta fazenda há varias funções sendo exercidas por homens e mulheres como:

Cargos	Sexo
Trabalhador no Almojarifado	Homem
Operador de máquinas	Homem
Escritório	1 mulher
Cantina	5 mulheres
Gerente Administrativo	homem
Engenheiro Agrônomo	homem
Técnico Agrícola	2 homens
Encarregado de Campo	homem
Gerente financeiro	mulher
Auxiliar financeiro	mulher
Mecânicos	homem
Tratorista	homem
Encarregados	20 homens
Trabalhador volante (serviços Gerais)	homens

Ilustração 17 - Divisão por sexo dos empregados da fazenda moderna

É possível observar que a maioria dos trabalhadores são homens que ocupam cargos que vão desde administrador a encarregado, ou seja, das tarefas mais complexas às mais simples. Enquanto as mulheres, em sua maioria, têm ocupado postos tradicionais: cinco mulheres atuam na cantina e apenas três casos específicos no escritório. Ou seja, a mulher atua no espaço doméstico, preparando alimentos ou atendendo telefones e conferindo as finanças e gastos, enquanto o homem atua no espaço público envolvendo finanças, poder, força, manuseio de máquinas e do solo na produção. A questão de se contratar mulheres e homens passa pela visão do administrador que atua sobre um modelo ideal, onde mantém para a mulher o papel doméstico e para o homem o papel público. A percepção que comanda a ação é discriminatória e tem prevalecido ao longo dos tempos, onde a mulher fica em segundo plano. O que ficou entendido é que contratam-se as pessoas pelo conhecimento de um funcionário sobre outro, mas cada um ocupa o trabalho definido como ideal, seja para o homem ou para a mulher.

Na Convenção Internacional do Trabalho realizada em Genebra em 1958, buscou-se assegurar que a discriminação seja eliminada através de políticas públicas que visem a promover o direito de igualdade e oportunidade de todos. A convenção de Nº 111 sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão assegura que:

1. Para os fins desta Convenção, o termo "discriminação" compreende:
 - a) toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo,

religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão;

b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou tratamento no emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo País-membro concernente, após consultar organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados.

2. Qualquer distinção, exclusão ou preferência, com base em qualificações exigidas para um determinado emprego, não são consideradas como discriminação.

3. Para os fins desta Convenção, as palavras "emprego" e "profissão" compreendem o acesso à formação profissional, acesso a emprego e a profissões, e termos e condições de emprego (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 1958, p. 2).

Assim, os Países signatários dessa Convenção comprometem-se, por meios adequados, a adotar condições e prática nacionais para assegurar a eliminação de todas as formas de discriminação. No entanto, percebe-se que o Brasil, mesmo tendo se comprometido, na prática tem dificuldades de controle, pois as discriminações ocorrem de forma camuflada, onde o sexo, a opinião política e outros atributos podem ser o ponto principal para ter ou não o emprego garantido. O que percebe-se, é que há uma desigualdade quanto as funções e o acesso ao trabalho entre os sexos masculino e feminino.

La desigualdad de género surge de las construcciones socioculturales e históricas que transforman las diferencias sexuales em discriminaciones; éstas se expresan em La division sexual Del trabajo y jerarquizado a recursos materiales e simbólicos, así como al poder em sus distintos expresiones (CEPAL, 2002-2003, p. 4).

Ao perguntar por que a mulheres estão em sua maioria na cozinha e não na administração, os informantes disseram que a fazenda é um lugar de muito trabalho e é o homem quem já sabe o que de fato tem que ser feito. A presença masculina faz com que muitos funcionários mantenham o respeito e trabalhem bem.

Por outro lado, a questão da discriminação não está apenas ligada ao sexo, mas envolve o trabalho indireto. Os trabalhadores temporários, embora trabalhem na fazenda, não estão sob a responsabilidade do administrador desta, e sim do mediador (gato). Há aí uma falta de compromisso ou exclusão com trabalhadores que, de uma forma ou de outra, contribuem com o seu trabalho e com os lucros da fazenda. Desta forma temos a diferenciação do Trabalho direto e trabalho indireto.

Dois tipos de Trabalho

- Trabalho direto - Todos os funcionários possuem carteiras assinadas - registradas, tendo horário e muitas atividades a serem cumpridas. São cerca de 80 funcionários nessa condição.
- Trabalho indireto – os trabalhadores trabalham no período de safra colhendo batata, soja, café, feijão e etc. Nesse tipo de trabalho não há o registro de carteira ou contrato trabalhista que garanta o vínculo empregatício.

Ilustração 18 - Tipos de trabalho em uma fazenda moderna

No processo de trabalho indireto, temporário, embora os funcionários afirmem que só homens trabalhem, vários informantes denunciam que tanto homens como mulheres e adolescentes atuam.

Entende-se que os trabalhadores temporários já estão excluídos por não fazerem parte do sistema de trabalho direto com registro na carteira. Logo, sua auto-estima tende a ser muito baixa. Mas, mantêm uma percepção de que podem algum dia ser contratados. Na verdade, não passam de mão-de-obra barata que só atua diante das sobras, ou seja, das atividades que a máquina não consegue fazer.

Conforme informantes da fazenda ADF Rural são cerca de 80 trabalhadores, com carteira assinada, enquanto que no trabalho indireto, são cerca de 120 trabalhadores. Um funcionário afirma que as relações do trabalho temporário são também regidas por contrato. Mas outras pessoas que foram entrevistadas afirmam que não há contrato algum entre os responsáveis pela fazenda e os trabalhadores temporários e sim um acordo com uma pessoa conhecida como Gato que busca os trabalhadores, acerta o valor que eles iram ganhar por área de trabalho colhida. Esse intermediário é que seria a ligação entre a fazenda, a força do trabalho e o dinheiro do trabalhador.

O trabalho indireto é realizado também nas demais fazendas, como a **Fazenda Izabel** que é moderna e bastante próspera porque produz arroz, feijão e soja. Nela há uma das maiores produções da agricultura moderna no município. A Fazenda também segue o padrão de contratação de trabalho direto e indireto.

Em seguida, temos a **Fazenda de café** que tinha como responsável um Japonês vindo de São Paulo para produzir café. De acordo com informações atuais, ele vendeu a fazenda e foi embora por ter sido vítima de assaltos. A fazenda também segue o padrão de

organização, mantendo também o trabalho temporário.

E por fim temos uma **fazenda com produção de bananas**, sendo uma iniciativa nova e que aos poucos está se consolidando.

É nestas fazendas modernas que a população busca trabalho, tanto homens como mulheres e muitas vezes toda a família.

3.4 A MUDANÇA NOS ESPAÇOS E NOS PAPEIS DE GÊNERO

3.4.1 As Fazendas

Analisando a organização da fazenda atual, definiram-se quatro modelos modernos, além do modelo tradicional de configuração deste espaço na região.¹⁴ Verificou-se que a fazenda tradicional persiste e ainda trabalha com produção de subsistência e criação extensiva de gado. As fazendas modernas investem na monocultura de soja, milho, arroz, feijão, batatinha, abóbora, cebola, café e banana.

O modelo correspondente à fazenda tradicional é organizado com um espaço da roça, com um amplo pasto nativo para gado que preserva a vegetação nativa. Existem duas residências: uma casa da família do proprietário e a outra que é a do trabalhador residente. Além do curral, outro elemento fundamental é o chiqueiro, pois o consumo de carne de porco é um elemento constitutivo da identidade local.

A fazenda tem sido administrada pela família seguindo o modelo tradicional, onde é o homem planta e cuida do gado. O que mudou é que normalmente o homem fica na fazenda com alguns empregados e seus filhos moram na cidade ou porque estudam ou trabalham. Percebe-se que as mulheres não estão mais ocupando a mesma posição que tinham no passado. Elas residem na área urbanizada, ou acompanhando os filhos ou estão trabalhando e estudando fora da fazenda. Mesmo as mulheres que ainda moram na fazenda têm saído de casa para estudar ou trabalhar. Há casos em que o homem tende a ficar a semana na fazenda, indo no final de semana para a cidade ficar com a família, ou o contrário. Neste contexto, atualmente o homem leva para a cidade aquilo que produz na fazenda como café, milho, feijão, queijo, leite, carne, manteiga e doce. Esta produção visa complementar o consumo alimentar da família na cidade e a venda do excedente na feira municipal, no pequeno comércio em restaurantes, hotéis, pastelaria.

Alguns produtores que levam os produtos à feira aos domingos reclamam dos mercados. Segundo eles, as pessoas estão se acostumando com o sabor e o preço dos produtos industrializados vendidos no mercado, enquanto seus produtos quase não são

¹⁴ Os dados levantados confirmam os modelos de fazenda que estão em vigor no município, mas reconhecemos que seria necessário mais tempo de pesquisa para que mais detalhes sejam levantados.

mais vendidos na feira municipal como, por exemplo, o café. Há quem pense que a população adulta e jovem tem mudado o seu paladar preferindo alimentos industrializados, o que tem afetado o comércio da feira local.

Um dos exemplos de fazenda com modelo tradicional de produção é a **Fazenda Vereda**. Esta seria a tradicional que ainda mantém sua produção de rapadura, persistindo com muito êxito, vendendo os produtos no comércio.

Já as fazendas modernas têm sido comumente administradas por sulistas. Mas há casos de proprietários que moram na fazenda e administram todo trabalho. Estes são raros, pois geralmente moram em outros estados ou município. Nesse caso, a administração da fazenda fica a cargo de alguém de confiança, tendo sempre vários funcionários que revezam o trabalho entre os que residem e os que não residem na sede da fazenda.

Além da residência da família ou o local de administração da fazenda, temos ainda residência para os funcionários que vivem e trabalham na fazenda. Pode haver outros funcionários que morem próximo, mas não necessariamente dentro da fazenda, por isso existe alojamento destinado aos funcionários.

Isto porque há funcionários que vão à fazenda apenas duas vezes por semana para gerenciar. Nessas fazendas, o homem trabalha com as máquinas na plantação, nos tratos e na colheita dos produtos, enquanto as mulheres, quando não estão na cantina (em maior número), podem estar no escritório (em menor número).

As fazendas modernas são administradas com organização de uma empresa, tendo vários gerentes que fazem a gestão das atividades. Outro fato é que muitas das plantações não estão necessariamente nas terras da fazenda sede, mas sim em terras arrendadas de pequenos proprietários que fazem uma espécie de negociação. Outro fator é que muitas das plantações dependem do pivô de irrigação. A fazenda aluga o equipamento, assim como outras máquinas. Segundo o funcionário, é mais rentável alugar do que comprar o equipamento.

Percebe-se, portanto, que houve uma mudança nos espaços produtivos e nos papéis sociais. Na fazenda tradicional, o que tem prevalecido é a presença do homem, a composição da família foi modificada: seus membros não atuam mais conjuntamente como antes. Tanto a mulher quanto os filhos aspiram e procuram estar mais na cidade, seja pelos estudos, seja pelo trabalho. Assim o homem fica cada vez mais separado da família, sendo o principal responsável pela propriedade.

Na fazenda moderna, há poucos casos em que o proprietário reside dentro da fazenda. Em geral, são administradas por funcionários, sendo que os homens estão, em maioria, a exercer funções e poder dentro desse espaço.

De uma forma ou de outra, os grupos familiares que são da origem da fazenda

tradicional estão na atualidade vivendo melhor porque no passado tiveram condições de ter instrução e sempre fizeram parte de um grupo de poder. Eles hoje ocupam os melhores empregos e muitos exercem funções políticas. Vale lembrar que nesse grupo da fazenda poucos perderam suas terras, sendo que uma maioria mantém a terra (área rural) e uma casa na parte urbana.

3.4.2 A terra de posse

Nesta outra realidade ocorreram mudanças também. Aqueles que não perderam as terras para os grileiros nem as venderam, estão mantendo a propriedade e produzindo de uma forma cada vez mais reduzida.

Com esse modelo de produção, ampliaram-se os meios de comunicação e transporte; muitos filhos foram encontraram meios de sair da terra para buscar maiores oportunidades de estudos e trabalho. Em virtude disso, muitos pais ficaram sozinhos na terra e sem poder produzir como era antes, por falta de força de trabalho.

Houve casos em que os filhos conseguiram trabalho nas fazendas, compraram ou alugaram uma casa na cidade e levaram os pais para morar lá, já que a cidade oferece melhores condições de acesso à saúde. Em outros casos a família fez a venda de sua parte de terra para um parente ou outro, indo também para a cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho. O que se percebeu é que muitos filhos é que mantêm a casa, pois conseguem emprego em fazendas, na cidade ou no Distrito Federal.

Este grupo tem dificuldades para aposentar por falta de dados, informações e influência política que contribua no processo. Tanto o homem quanto a mulher que não conseguiram esse benefício, terminam tendo que ir para terra algumas vezes por semana para plantar algo que complemente na alimentação. Em alguns casos o homem quando não está aposentado faz um trabalho temporário, trabalha de meia e também em sua terra. Neste caso, a mulher fica em casa e, muitas vezes, trabalha na casa de outra mulher para ajudar no orçamento doméstico. Bem como em muitos casos os filhos ajudam os pais pagando a morada e trazendo alimentos, enquanto que estes cuidam dos netos. No caso das mulheres que vão trabalhar como doméstica, estas nem sempre tem carteira assinada e em alguns casos não recebem um salário mínimo. Há casos em que a mulher vai alguns dias e trabalha em troca de algum alimento ou outro recurso que sua família precisa. Mesmo assim, o fato de as mulheres trabalharem fora com o trabalho remunerado, não muda a realidade de que elas ainda são as principais responsáveis pelo trabalho não-remunerado dentro de casa. Venturi & Recaman (2004) aborda sobre o universo do trabalho remunerado e o trabalho não-remunerado. As mulheres terminam sendo ainda as principais

responsáveis pelo espaço doméstico.

E como é a divisão no trabalho doméstico? Em 96% dos domicílios em que residem mulheres, uma mulher é a principal responsável pela execução ou orientação dos afazeres domésticos. Três em cada quatro entrevistadas (75%) informaram serem as principais responsáveis pelo trabalho não-remunerado... (VENTURI & RECAMAN, 2004, p. 22).

Assim, os posseiros que conseguiram se aposentar, ainda conseguem viver com um pouco mais de tranquilidade, tendo a família composta por homem e mulher e em alguns casos, netos.

As mulheres terminam empregando-se no trabalho doméstico em função da falta de acesso a instrução. Este grupo termina por ter que aceitar qualquer tipo de trabalho: os homens em sua maioria atuam no trabalho temporário e as mulheres com serviços domésticos.

As mudanças nas terras de posse estão se dando não tanto pela organização interna do espaço e nem pela forma de produção, mas principalmente pela escassez de força de trabalho. A família que não perdeu suas terras tem visto reduzir sua produtividade porque seus filhos foram morar na cidade e agora com os meios de transporte mais ampliados, os pais não conseguem segurar o antigo padrão.

Com parte da força do trabalho indo embora, resta muito trabalho para o homem e para a mulher. Em função disso, esses estão mais enfraquecidos. Por isto, muitas famílias têm vendido ou largado suas terras e vão morar na cidade com os filhos. Há casos de homem que fica sozinho na terra porque a mulher e os filhos foram para a cidade em busca de trabalho e estudo. Em muitos casos toda a família vai para a cidade, o homem quando consegue emprego é temporário ficando ocioso na maior parte, entregue à bebida. Enquanto a mulher é que trabalha como doméstica, cozinheira, faxineira para sustentar a família. Um diferencial é que os filhos procuram de alguma forma cuidar dos pais para que não fiquem abandonados.

3.4.3 A pequena propriedade

Por fim, a pequena propriedade atualmente sobrevive mais na forma de pequenas chácaras na zona urbana ou rural. Neste espaço igualmente ocorreram mudanças: as pequenas propriedades que ficam na parte urbana estão ainda produzindo, só que em menor quantidade. Ai a mulher tem estado à frente, seja porque está separada do marido, seja porque é viúva. É ela que faz o trabalho. Em muitos casos ela tem em sua propriedade o trabalho de meia que é a forma encontrada para fazer a produção. Em outros os filhos não

participam destas atividades porque muitos conseguiram estudar e mudaram-se do município. Ocorre ainda de os filhos já terem casado e trabalham fora, não tendo tempo de ir à propriedade para ajudar a mão. Assim a mulher é que enfrenta todo o trabalho e resolve tudo. Por fim, as mulheres sozinhas ou com toda a família trabalham com um pequeno comércio próprio: pastelaria, restaurantes, salão e outros.

Já no caso das pequenas propriedades rurais verificou-se que muitos têm uma casa na cidade porque a mulher e os filhos vieram estudar ou trabalhar e o homem é que ficou produzindo e vivendo por mais tempo lá.

Quem perdeu a terra, por expulsão ou venda, vive na casa de parentes ou em espaços bem reduzidos da cidade. As mulheres trabalham como doméstica, cozinheira, costureira, faxineira, meeira e outras funções para sustentar a casa, enquanto alguns homens ficam por muito tempo bebendo.

A criação de gado quase não se mantém, já que a cidade está mais urbanizada e as pessoas passaram a comprar a carne no açougue. E no caso da criação de gado, este deve ser preso porque há uma lei municipal proibindo o gado solto na rua.



Fotografias 16 - Antigo curral da pequena propriedade da senhora Maria Teles
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

Os que ainda mantêm algum animal, na maioria dos casos, são animais de pequeno porte como porcos e galinha.



Fotografias 17 - Animais de pequeno porte da Propriedade da Senhora Maria Teles
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

De um modo geral, a mulher ainda tem procurado plantar na sua roça de quintal assim como trabalhar fora de casa. Aqui também os pais estão ficando sozinhos, uma vez que os filhos estão procurando melhores oportunidades de estudo e trabalho em cidades distantes como Brasília, Formosa e Planaltina. Neste grupo verificou-se que a mulher é a principal administradora da propriedade onde ela realiza atividades sem a concordância do marido, como trabalhar costurando, fazendo doces e vendendo.

Assim, percebe-se que os antigos produtores da fazenda, da posse e da pequena propriedade estão em sua maioria morando na cidade. Mas cabe ressaltar que as famílias que vieram de um contexto da fazenda, acabaram por conseguir os melhores empregos em cargos públicos ou no comércio local. Este era o grupo mais *forte* do contexto anterior e, por isso mesmo, foi o único que conseguiu ter maior acesso ao estudo para seus filhos, assim como certa influência na política local. Resta aos oriundos dos outros segmentos que não tiveram as mesmas oportunidades, sofrer com a falta de opção de trabalho ou buscar fora do município. Os outros grupos, quando conseguem algum trabalho nas fazendas, geralmente em serviços mais rústicos e sem muito valor.

Hoje as relações entre homens e mulheres estão sendo afetadas, já que o homem que sempre trabalhou e procurou manter a mulher dentro de casa não tem conseguido manter este padrão. As mulheres, em sua maioria, estão trabalhando fora e mantendo a casa, enquanto o homem tem ficado desempregado por muito tempo.

3.5 A MODERNIDADE E A MULHER

Em entrevistas com mulheres procurou-se perceber a sua visão em relação às diferenças existentes na vida da mulher do seu tempo (de sua juventude) e na atualidade.

Para a maioria, as mulheres hoje têm maior oportunidade de viver a vida e podem escolher o seu destino, pois no seu tempo a mulher já tinha um destino traçado, que era casar-se. Neste contexto, poucas tinham oportunidade de estudar. As que estudavam, geralmente eram de origem da fazenda, mas também iriam casar-se e seguir a tradição do papel da mulher dentro do espaço doméstico. Analisando o registro das entrevistadas compreende-se que este comportamento, ou seja, este destino era algo tido como natural e cíclico, onde a cada casamento a família estava renovando o ciclo de alianças, renovando as relações entre as gerações, repassando o modo de vida da família pelo trabalho, religião, educação ou pelo lazer. A mulher que não se casava ficava sob os cuidados da família, mas sofria pressão de alguma forma. Da mesma maneira, as mulheres que se casavam e sofriam agressões do marido eram, de alguma forma, pressionadas a suportar a situação como se isto fizesse parte do seu destino.

Segundo informantes, havia alguns casos de violência com agressões físicas, de forma a expor a mulher a esta situação na frente dos filhos e dos vizinhos. Havia casos em que todos os dias, ao final da tarde, quando o marido chegava do trabalho, ele começava a quebrar tudo na casa, batendo nas crianças e na mulher. Muitas vezes a mulher, no horário previsto da chegada do marido, já corria para a casa da família para esperar passar parte da tensão. Havia casos também em que as agressões contra as mulheres ocorriam no final de semana, quando o homem bebia bastante e em seguida batia na mulher. A questão da violência contra a mulher ainda é uma situação real na vida de muitas mulheres brasileiras, esteja esta na vida urbana ou rural.

Os dados para o estudo foram colhidos dos registros de ocorrência da Delegacia de Mendes (RJ), realizados no período de 1997 a 2001, retirados do acervo da delegacia (DEAC - Delegacia Especial de Acervo Cartorário). Os resultados demonstram que a violência contra mulher é um problema grave na cidade, pois no período estudado, do total de 1.000 casos de crimes e infrações registrados na delegacia, 40% aproximadamente se deveram à violência contra a mulher e 20%, especificamente, de violência conjugal (LAMOGLIA & MINAYO, 2009, p. 596).

Ou seja, mesmo na atualidade e em cidades como Rio de Janeiro, esta situação não deixa de ser tão diferente. O que muda é a possibilidade de acesso das mulheres nas grandes cidades a meios que permitam a denúncia, como delegacias de mulher e o número telefônico gratuito específico.

No caso de São João D'Aliança, as entrevistadas sabem um pouco sobre os direitos da mulher e muito do que sabem são informações relacionadas a reportagens de alguns fatos expostos na televisão. Em nenhum momento foi citada a Lei Maria da Penha (2006).

O dia 7 de agosto de 2006 representa uma data histórica no enfrentamento

da violência doméstica e familiar contra a mulher. Nesse dia, o Estado brasileiro, em cumprimento aos preceitos constitucionais de garantia à vida, à segurança, à não-violência e aos acordos internacionais ratificados em resposta às demandas dos movimentos feministas e de mulheres, promulgou a Lei no 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense que, em 1983, sofreu duas tentativas de homicídio praticadas pelo marido e ficou paraplégica (IPEA, 2007, p.227).

Mesmo existindo a referida lei, em São João D'Aliança não há delegacia especializada para casos de violência contra mulher. Conforme esclarece um informante, nesses casos busca-se apoio no conselho tutelar e se não resolver as mulheres tem que se deslocarem para Alto Paraíso ou Formosa. Ou seja, embora a nova lei garanta às vítimas da violência o acompanhamento de advogados durante todo o processo judicial, bem como o acesso à assistência judiciária gratuita, para as mulheres de São João D'Aliança o acesso a isto é difícil.

A nova legislação prevê também a criação de Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar, cujo objetivo é dar maior celeridade aos processos e garantir às mulheres um atendimento adequado, com profissionais mais capacitados e sensíveis às questões simbólicas que envolvem esse fenômeno. Mas a dificuldade de acesso aos recursos da lei faz com que muitas mulheres terminem desistindo dos seus direitos. A desistência está relacionada aos empecilhos que a mulheres terão que enfrentar junto a seu marido e família, sem garantia de proteção ou assistência. Esta lei e todo o processo judiciário que podem contribuir para a eliminação de todas as formas de violência, ainda não tem sido acessível a todas as mulheres, principalmente as que residem em pequenas cidades e no meio rural.

De acordo com as entrevistadas, algumas mulheres (as mais jovens) hoje não suportam qualquer tipo de agressão. Elas separam-se dos maridos e passam a trabalhar, voltam a estudar e conseguem viver, definindo o que é melhor para a vida dela e dos seus filhos. Geralmente são mulheres novas que estudaram e têm o apoio de parentes enquanto trabalham. Isto antes era quase impossível: a mulher se casava para viver e, independente do seu destino, não tinha a quem denunciar. E por outro lado, muitos parentes não apoiavam caso a mulher resolvesse deixar o marido, pois embora tivessem conhecimento que a ação do marido era violenta, isto era considerado um comportamento normal do homem.

Na atualidade, há vários mecanismos instituídos pela política pública brasileira, mas nem todos ainda são conhecidos ou acessíveis.

A Central de Atendimento à Mulher é um serviço do governo federal que auxilia e orienta as mulheres vítimas de violência através do número de utilidade pública 180. As ligações podem ser feitas gratuitamente de

qualquer parte do território nacional. As atendentes da Central são capacitadas em questões de gênero, legislação, políticas governamentais para as mulheres e são orientadas para prestar informações sobre os serviços disponíveis no país para o enfrentamento à violência contra a mulher e, principalmente, para o recebimento de denúncias e o acolhimento das mulheres em situação de violência. Conhecendo seus direitos legais e obtendo informações sobre os locais onde podem ser atendidas, as mulheres têm uma possibilidade real de romperem com o ciclo de violência a que estão submetidas. Uma ligação pode ser o diferencial na vida de uma mulher (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2006, p.13)

Quanto ao conhecimento do número telefônico 180 - Central de atendimento à mulher que pode ser utilizado para denunciar a violência contra mulher em qualquer parte do país, este também não foi citado pelas entrevistadas.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - II PNPM (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 2008, p. 07) expressa a vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres. Sendo um plano de governo, precisa pensar em reverter também o padrão de desigualdade entre o meio rural e urbano, os municípios pequenos e as grandes cidades, já que as diferenças no que se refere ao acesso das mulheres destas duas realidades ao conhecimento dos seus direitos e aos meios para garanti-los é gritante.

No entanto, há um fator que contribuiu para a autonomia da mulher: é o peso da política pública atuando na vida diária, como é o caso da pensão alimentícia, do registro da criança com o nome do pai, do exame de DNA. O fato de a mulher poder cobrar judicialmente e a lei aplicar a pena ao homem foi um dado bastante levantado pelas entrevistadas, como uma das melhores coisas que veio existir para as mulheres e seus filhos.

Vários casos foram relatados para esboçar o sofrimento da mulher e dos filhos que não eram registrados com o nome do pai. Um deles foi de uma senhora que falou de sua angústia por que no seu registro de nascimento só consta o nome da mãe e o pai é inexistente.

Você já pensou, todo mundo nasce porque tem um pai. Agora a gente tinha um pai, sabia quem era e não podia se comportar como filha, falar que era filha e nem cobrar que era filha. Isto porque eram muitos filhos. Nós sofremos muito com isto, até hoje não me conformo com isto. É por isto que eu digo que hoje a mulher tem muito mais vantagem, direito e os filhos também.

De acordo com a pesquisa, antes quem tinha filhos com homens casados era considerada mulher de vida livre e os filhos eram chamados filhos da natureza. Neste caso, no registro acabavam por ter apenas o sobrenome da mãe.

Já na atualidade, há vários casos de mulheres que entraram na justiça e o homem, na maioria das vezes, paga a pensão alimentícia aos filhos. Uma das mulheres que entrevistei falou que o pai da sua criança não acreditou que ela faria isto, daí ela fez o exame de DNA e ficou confirmado que a criança era realmente filho dele. Só após isto ele passou a pagar pensão e a se aproximar do filho. Esta mulher afirma que se ela vivesse no passado, no período da mãe dela, o sofrimento seria muito grande.

De acordo com Rago (2004, p. 31) “se as palavras indicam muito das mudanças sociais e culturais de uma época, pois são carregadas de historicidade...” compreende-se que as vivências registradas pelas lembranças também demonstram o peso que muitas mulheres carregavam por não terem meios que as amparasse. E, por outro lado, percebe-se que as conquistas de hoje são resultado da mobilização de muitas mulheres que expuseram publicamente seu sofrimento, unindo-se em uma luta comum para reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres. É uma luta pelo direito de ter direito, de ser respeitada seja na casa, no quintal, na rua, no trabalho, na política, no lazer e em tantos outros espaços públicos e privados.

Quanto à mulher que trabalha fora, segundo as informantes, era considerada muito pobre e sem muita opção para o sustento da família. Antigamente quase não tinha emprego e muitos homens não queriam que a mulher fosse trabalhar na casa dos outros, como doméstica. Mesmo assim, algumas mulheres buscavam um ou outro trabalho na ausência do marido e quando este ficava sabendo havia confusão. Para evitar isto, algumas mulheres procuravam fazer biscoitos ou costurar para fora no intuito de melhorar a renda da família sem sair de casa.

Já na atualidade, as mulheres têm tido um espaço maior de emprego, principalmente para as que estudaram. Elas passaram a trabalhar como professoras, secretárias, costureiras, comerciantes, vereadora, vice-prefeita, em cartório e outros cargos antes só ocupados por homens. Por outro lado, as mulheres com menos instrução continuam trabalhando na roça e nas casas de famílias. Todas, mesmo trabalhando fora, continuam cuidando da sua casa. São elas que organizam e sustentam a vida da família, dos filhos, netos e agora, em muitos casos, do marido.

Para as entrevistadas, a diferença é que a mulher de hoje com toda a dificuldade não se sente presa a um homem, não deixa de trabalhar fora e estudar por que ele quer. A diferença é ser mais autônoma para casar, separar, trabalhar, estudar. Ou seja, decidir sua vida faz com que seja a grande diferença entre a mulher do passado e a do presente.

Em função disto, a mulher hoje é vista como emancipada, como aquela que conseguiu romper com a ordem cultural da mulher dentro de casa e saiu deste espaço sem deixá-lo. Tanto as mulheres como os homens com idades entre 30 a 92 anos afirmam que hoje a

mulher tem mais emprego, mais oportunidade de viver e mais a Bolsa Família e a aposentadoria que a ajudam. A Bolsa Família geralmente fica sob a responsabilidade das mulheres e assim elas administram esta fonte de renda e também o dinheiro do seu trabalho. Desta maneira, a mulher assumiu um lugar maior na economia familiar ao administrar todo o orçamento doméstico, que antes ficava a cargo do homem.

Antes não tinha nada disso e todos tinham que trabalhar até morrer. Uma informante de 90 anos afirma:

A mulher hoje trabalha menos, ela não sabe o que é dificuldade, ela tem fogão dentro de casa, não busca mais lenha. Se for pra fazer alguma coisa dentro de casa ela reclama e antes não se via isso. Ela compra fora, resolve tudo, os homens só entregam o dinheiro e a mulher é que resolve tudo.

Segundo uma informante de 34 anos, “a mulher hoje tem destino, sai de casa vai trabalhar e estuda em Brasília e ajuda a família. Antigamente à mulher não tinha destino, obedecia, não saia para trabalhar fora”. O fato da perda de espaço e de produtividade no antigo ambiente da família levou-a a constituir uma nova organização onde a mulher acabou por assumir a responsabilidade pela família.

Assim, de acordo com a informante, a mulher rompeu com o sistema cultural em que ela era quase que exclusiva de dentro de casa. Hoje ela trabalha menos com o pesado por causa da tecnologia avançada: não pega no pilão e tem tanquinho e maquina de lavar.

Durante a pesquisa observou-se que em muitas casas havia o fogão a gás, mas nem todas as mulheres o utilizavam diariamente, pois cozinhavam no fogão de lenha. Segundo as entrevistadas, no fogão a lenha a comida é mais saborosa. Além disto, nem sempre tem dinheiro para comprar o gás, logo este fica para uso em casos extremos. Também foi possível perceber que há uma união entre a tradição e a modernidade, pois, como se vê que nas fotos, em cima de um fogão a lenha há um vidro de detergente e óleo. Em cima do fogão a gás há uma garrafa de café, além de outros utensílios.¹⁵

¹⁵ Conforme foi visto no Capítulo 2 que trata da tradição, onde as mulheres utilizavam a banha de porco para cozinhar e faziam sabão com a gordura animal e alguns recursos vegetais para utilizar na limpeza doméstica. Estes elementos estão sendo alterados na modernidade.



Fotografias 18 - Cozinhas na atualidade
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

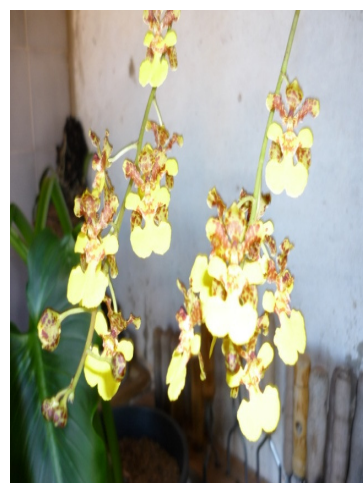
Sem dúvida, as mulheres e os homens falam que a modernidade tem facilitado muito a vida da mulher. O fato de a mulher poder comprar no mercado coisas que antes ela tinha que fazer, como é o caso do café já torrado e moído, isto é um sinônimo de grande avanço que beneficia a mulher. Para alguns homens, a modernidade deixou a mulher mais elegante, limpa, cheirosa, porque ela passou há ter mais tempo para se arrumar, ficar bonita e até trabalhar fora.

Mas cabe lembrar que este discurso é das privilegiadas e nem todas as mulheres têm acesso a todos os recursos modernos. Muitas ainda estão trabalhando hoje tanto quanto antes e nem todas as mulheres têm dinheiro para comprar gás, ir ao salão de beleza, ter máquina de lavar roupa. O que se percebe é que a mulher conseguiu se adaptar a atualidade, ao encontrar caminhos para resolver problemas antes tidos como mais difíceis. Já o homem tem muito mais dificuldades de se adaptar e se inserir nesta atualidade.

Mas cabe ressaltar que a política pública voltada para as mulheres influenciou e muito as ações concretas destas para buscarem garantir seus direitos. O fato das mulheres estarem amparadas por uma lei favoreceu o empoderamento destas na sociedade. Por outro lado, verifica-se que as políticas públicas para as mulheres precisam torna-se mais eficaz e visível no cenário nacional, para que tanto as mulheres do meio urbano como rural tenham maior acesso. As dificuldades encontradas pelas mulheres em relação aos seus direitos são associadas às questões ambientais, pois as elas se preocupam com a sustentabilidade local, mas os órgãos que procuram para denunciar não garantem o atendimento ao problema. Assim compreendeu-se que a questão de gênero e meio ambiente não basta ter política pública para resolver os problemas, é preciso ter meios para garantir que sejam resolvidos, seja no meio urbano ou rural. E o que se percebeu é que as instancias pública que deve garantir o atendimento referente às questões ambientais e da

mulher não têm capacidade técnica e política para agir com eficácia. E muito embora o progresso tenha chegado à região e no município, este não foi planejado para garantir que a população local fosse inserida, não foi implantado meio que viesse a melhorar a vida da população local. Isto é perceptível quando se observa a precariedade da saúde, educação, a ausência de saneamento básico, e outros recursos que são essenciais a população, o que leva a continuarem se deslocando para outros lugares em busca de melhores condições de atendimento e qualidade de vida. Tanto é que no Projeto Mulheres das Águas emergiu desta necessidade de se lutar por melhores condições de vida e qualidade no uso e acesso dos recursos ambientais, partindo de uma necessidade da população diante dos problemas socioambientais que surgiam com o progresso. Uma vez que as alternativas de resolução dos problemas locais nunca emergiram por meio da política pública, mas da iniciativa privada, particular ou da organização social local. Neste projeto, as mulheres eram a maioria e buscavam soluções referentes à saúde, educação, poluição e contaminação da água de uso doméstico, dentre outros.

Um pouco de orquídeas



Fotografias 19 - Orquídeas em São João D'Aliança
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

4 A QUESTÃO AMBIENTAL E O PROJETO DE EXTENSÃO



Fotografias 20 - Orquídeas de São João D' Aliança no quintal
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

O Projeto Mulheres das Águas (PMA) teve início em São João D'Aliança no ano de 2001. De acordo com a pesquisa de campo o projeto se originou em decorrência dos problemas ambientais que se tornaram mais visíveis no município, no final dos anos 90. A sua percepção e preocupação conduziram algumas pessoas a procurarem alternativas e soluções na Universidade de Brasília.

O Projeto de extensão Mulheres das Águas nasceu do encontro de duas motivações: o desejo de revitalizar o Ribeirão das Brancas, que é o principal fornecedor de águas para a região, e a oportunidade de valorizar a participação das mulheres no encaminhamento de questões ligadas ao meio ambiente (CHALUB-MARTINS, 2008, p.23).

Dessa maneira, o PMA atuava tanto com as questões ambientais como de gênero, o desenvolvendo diversas ações locais conjuntamente com a população envolvida. No entanto, para os efeitos da presente pesquisa busca-se, neste capítulo, descrever as ações desenvolvidas no intuito de situá-lo. Não há pretensão de tecer uma discussão maior a respeito de toda trajetória do PMA ou de sua avaliação.

A questão central para a pesquisa são os problemas ambientais e a participação do homem e da mulher no PMA, buscando compreender mais especificamente os papéis que homens e mulheres têm exercido neste espaço político de discussão envolvendo os problemas ambientais.

Por que buscar na UnB alternativas para resolver os problemas do município? A pergunta é de fato propositiva e provocativa, já que há uma desvalorização explícita da

educação e, de um modo geral, há um descrédito com o ensino e com o professor. Na atualidade há quem perceba a educação como um caso perdido, cada vez mais degradante e sem solução. Mas então por que a população procurou na educação, na Universidade de Brasília, e o professor para tentar resolver um problema do município? Por que não procurou a prefeitura e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, uma vez que o principal problema era o ambiental? E o IBAMA no Estado de Goiás? E por que não o Ministério Público?

Estas perguntas já foram de certa forma respondidas no capítulo anterior, quando o Secretário do Meio Ambiente situou as dificuldades que enfrenta para resolver as questões ambientais do município. Segundo o secretário, geralmente quando há algum problema, ele tem que se deslocar até Alto Paraíso onde fica a sede do IBAMA responsável pela região. Além da distância que se torna muitas vezes um obstáculo, na maioria das vezes o secretário não é atendido por falta de funcionários. Resta-lhe recorrer ao Ministério Público de Goiás, onde enfrenta problemas parecidos.

No Brasil, o Estado é o mediador principal do processo de gestão ambiental. Nesse processo de mediação, ele é responsável pelo ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais e detém poderes que lhe permitem criar mecanismos econômicos e fiscais, obrigar à reparação de danos causados ao meio ambiente e muitas outras ações inerentes à sua função fiscalizadora (QUINTAS, 2006, p.9).

Conforme Quintas afirma, o Estado é responsável pelo processo de gestão ambiental. No entanto, verificou-se que há por parte da população um descrédito em relação à atuação do Estado. Este descrédito significa dizer que não há confiança da população com a estrutura de gestão ambiental do Estado, ou seja, embora o governo apresente instrumentos políticos para assegurar e regular os recursos socioambientais, esses não são suficientes para assegurar as ações políticas voltadas à sustentabilidade do cerrado. Muito embora a modernidade seja vista por Giddens como aquela que tem a confiança como um fio condutor que mobiliza a vida das pessoas.

A confiança em um sistema assume a forma de compromissos sem rosto, nos quais é mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante. A confiança em pessoas envolve compromissos com rosto, nos quais são solicitados indicadores da integridade de outros (no interior de arenas de ação dadas) (GIDDENS, 1991, p.90).

Entretanto, este aspecto da confiança no sistema político, nos órgãos que representam o governo, seja federal, estadual ou municipal, é oficialmente representado através do compromisso nas ações de regulação do governo e nas pessoas que assumem a

gestão através dos órgãos competentes. Mas o fato de o IBAMA não dispor de funcionários suficientes para atuar na região, mantém uma gestão administrativa com obstáculos burocráticos que se torna um elemento de rompimento da confiança por não assegurar em ações práticas a confiabilidade dessa gestão ambiental.

Há por parte da população uma compreensão de que o descrédito e os problemas se agravam com rapidez porque os órgãos levam muito tempo para agir, ou não têm como atuar em função dos problemas que as instituições responsáveis enfrentam. Para a população, o que ocorre, é que muitas vezes não há tempo para resolver o que não tem mais solução, o que torna o município mais vulnerável para sofrer outras situações. A ineficiência ou ausência na gestão ambiental demonstra que o Estado não cumpre a sua função fiscalizadora e mediadora, pois embora tenha instrumentos e poder político que servem para regular o proceder dessa prática, não alcança e não controla os fatos existentes na realidade brasileira da degradação ambiental.

Isso de alguma forma gera conflitos entre grupos sociais diferentes. De acordo com Little (2001, p.111) “os grupos sociais que fazem a intervenção e recebem os benefícios diretos delas não sofrem dos impactos negativos disso, enquanto que os grupos que não recebem nenhum benefício sofrem diretamente com o processo.” A ausência do Estado na gestão dos recursos ambientais e os impactos negativos sofridos pela população tradicional geraram um sentimento que demonstra um estado de fraqueza e impotência para mudar a situação. Talvez tenha sido, por isto, que não se buscou o IBAMA ou o Ministério Público, mas sim a UnB, a educação e o professor.

A situação geográfica aponta outra dificuldade: observa-se no mapa do Estado de Goiás que o Município de São João D’Aliança está mais próximo de Brasília do que da sua capital, Goiânia. Além disso, como apontado no capítulo 1, a distancia da capital, a falta de estradas e o contato com outros municípios mantiveram por muito tempo a população isolada.

Na atualidade, são muito intensos a abertura de estradas e o movimento dos transportes urbanos, mas a busca por emprego, saúde, educação e outros recursos básicos em Brasília e no Distrito Federal é maior e mais viável. Em função disso, a capital federal recebe e assiste a população do entorno e de outros municípios, como é o caso de São João D’Aliança.

Agora por que procurar a UnB? A educação? O professor? E por que não procurar o cenário político? Provavelmente o fato de São João D’Aliança ser um pequeno município sua expressão política é quase invisível em relação a outros municípios e cidades do Brasil, os seus representantes políticos goianos também parecem se sentir impotentes para atuar, já que o governo do Estado é que decide inclusive sem consultar o município. Assim,

compreende-se que a população, que é em boa parte camponesa e sem muita instrução, não poderia ter expressão e ser ouvida na instância política, já que seu representante político municipal também não é.

Talvez o fato de a UnB ser uma das melhores instituições de ensino superior do país, sendo percebida como aquela que possui educação pública de qualidade e por isto é respeitada, esta educação e todo o processo educativo que se realiza no interior das suas faculdades, centros, institutos e extensão é valorizada. Por tanto, entende-se que o professor que faz parte desta instituição é um dos principais agentes que torna a educação um processo de ensino-aprendizagem confiável, valorizado e desejado por muitos jovens e adultos que pretendem fazer um curso de ensino superior. Do mesmo modo, a população que possui pouca instrução deseja ter ações de extensão comunitárias em sua cidade, em seu bairro, em sua comunidade ou na sua escola.

Provavelmente foi em função do maior acesso e escuta que a população buscou na UnB sugestões e soluções para lidar com os problemas que enfrentava. O fato de a universidade ser reconhecida como comprometida com uma educação de qualidade, permitiu que se admitisse que a educação pudesse propor caminhos possíveis para o enfrentamento dos problemas do município. Além disto, o fato de a população ser ouvida por um professor gerou um clima de confiança diante dos seus sentimentos e conflitos referentes aos problemas ambientais que comprometiam a saúde, os recursos hídricos e alimentares da população.

A confiança no professor e no seu trabalho pela população demonstrou que não se percebe o professor apenas como aquele que dá aulas. Nesse caso, o professor inclusive elaborou o projeto que buscou de alguma forma propor alternativas para melhorar a vida desta população.

4.1 O PROJETO MULHERES DAS ÁGUAS

O Projeto Mulheres das Águas teve início em abril de 2001, realizado pela Universidade de Brasília - UnB nas comunidades rural e urbana de São João D'Aliança. O seu intuito era de revitalizar o principal fornecedor de água da região, a bacia do Ribeirão das Brancas.

O Projeto Mulheres das Águas buscou envolver 10 comunidades rurais, sendo: 80 famílias de trabalhadores rurais; assentamentos de reforma agrária: Terra Conquistada, Santo Antonio das Brancas, Mingau e Águas Claras I e II; comunidades tradicionais: Jatobazinho, Pedra de Amolar; Sede do município de São João D'Aliança; sete escolas do ensino fundamental, com cerca de 580 alunos e 35 professores; Grupo de Catireiros de São João D'Aliança; Grupo de Jovens artistas de São João; Grupo da terceira idade; Associação dos Artesãos; Pastoral da Criança; Igrejas (CHALUB-MARTINS, 2005, p.1).

Embora o projeto tenha inicialmente se desenvolvido com olhar para as questões ambientais, envolvendo a conservação da mata ciliar do principal rio que abastece o município, este foi se modificando e incorporando outras questões de interesse e necessidade da comunidade. O PMA assumiu um processo de educação não-formal, ao atuar junto a diferentes segmentos da comunidade: associações, igrejas, escolas, grupos de artistas e outros, em conexão com a assessoria técnica da UnB.

Assim, desde o seu início até os dias atuais, o projeto foi se modificando e agregando novas ações, como capacitação de professor, alfabetização de jovens e adultos, consolidação da ONG Mulheres das Águas, produção de orquídea, ações envolvendo agroecologia, produção de doces etc. Para Giddens (1991) a capacitação é um elemento da modernidade, uma vez que é uma forma de atualização, uma instrução especializada para preparar e inserir o indivíduo no mundo moderno. “O conhecimento novo (conceitos, teorias e descobertas) não torna simplesmente o mundo social mais transparente, mas altera sua natureza, projetando-o para novas direções (GIDDENS, 1991; p.153)”. O PMA desenvolveu diversas formas de capacitação, onde procurou agregar o saber local e os novos conhecimentos especializados ofertando assim meios de atualizar a população.

No período da pesquisa, o projeto estava desenvolvendo ações em função do turismo sustentável, elaborando um inventário das manifestações culturais, alimentação, estadia, pontos estratégicos com cachoeiras, rios e lagos, dentre outros motivos que podem representar a manifestação e expressão da cultura local. O resultado deste inventário se transformou em um livro que foi publicado e apresentado a população do município na feira cultural que se realizou em julho de 2009. Também no período da pesquisa houve o desenvolvimento de um processo de estímulo a economia solidária, com a organização de pessoas interessadas em trabalhar com a apicultura. Neste foi desenvolvido um curso de capacitação de homens e mulheres com orientação sobre todo o processo a ser desencadeado pela comunidade envolvida.

As relações entre homens e mulheres no cerrado, em diferentes faixas etárias, vivenciadas no Projeto Mulheres das Águas, sugerem que o conceito de gênero associado à de meio ambiente pode permitir um importante avanço na compreensão das condições de vida da população envolvida (CHALUB-MARTINS, 2006, p. 1).

Conforme Chalub-Martins sugere, neste trabalho houve o envolvimento de homens e mulheres, assim como em todas as ações do PMA. Teve como resultado a criação de abelhas com produção de mel, a produção de um livreto com instruções de como trabalhar com a apicultura e produzir mel, além da construção de uma casa artesanal – construída com super-adobe – para guardar os produtos e material utilizado com o cultivo.

A questão ambiental e os problemas existentes no município têm sido evidenciados nas reuniões do PMA, onde se busca pensar em soluções locais. O projeto é desenvolvido a partir de um grupo gestor que discute e toma decisões de forma compartilhada. Este teve durante muito tempo a professora Leila Chalub Martins como coordenadora, sendo que sua atuação como Decana de Extensão na UnB, no período de 2006/2007, dificultou sua constante presença e atuação no PMA, ficando a cargo de outros representantes a atuação da UnB no grupo gestor. Integra o grupo gestor também representante do Centro de Apoio para Sociedades Sustentáveis – CAMARÁ, formado por alunos da Universidade de Brasília. Os diversos segmentos sociais do município também são representados no grupo: ONG Mulheres das Águas; Escola Bioma do Cerrado; ONG AGEMA; ONG de Capetinga; Aliança Mulheres do Cerrado; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João D’Aliança; Câmara de Vereadores de São João d’Aliança; Prefeitura de São João D’Aliança e Associação Comercial, Industrial e Pecuária de São João d’Aliança – ACIAGA.¹⁶ Assim o PMA, que é um projeto de extensão universitária, tinha o apoio do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

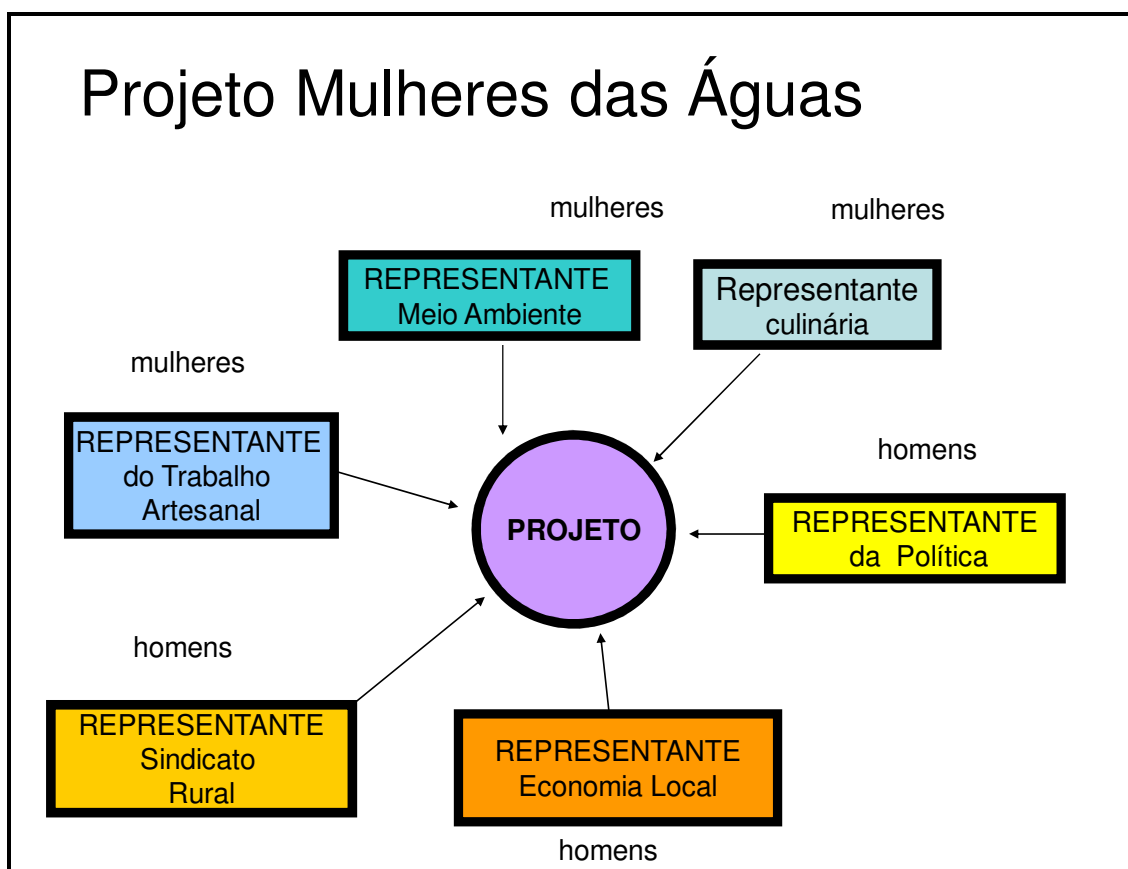


Ilustração 19 - Funcionamento do Projeto

¹⁶ Em função da especificidade da pesquisa, nesta dissertação será discutida apenas a participação dos segmentos sociais locais, uma vez que envolver a esfera institucional do projeto não é o nosso foco.

Durante as reuniões percebeu-se que a participação dos homens no projeto se dá na representação de interesses voltados às suas distintas realidades: lavrador e peão pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, vereadores e prefeito pela esfera da política e comerciantes pelo comércio local.

Pelas observações da pesquisa de campo compreendeu-se que a posição do homem local está ligada às relações sociais constituídas ao longo do tempo, onde ele sempre atuou em função do mundo exterior: o gado, a roça, o comércio, o poder político e econômico. Isso ocorre porque, culturalmente, é o homem que resguarda e controla a ordem social, tendo o espaço público como algo próprio deste sexo.

Já no caso das mulheres, há apenas três representantes do segmento com interesse na esfera feminina: **ONG Mulheres das Águas** é voltada para os problemas ambientais e a sustentabilidade local por meio de produção de doces com frutos do cerrado procurando preservar os valores culturais locais, tendo como representante uma mulher. A **ONG de Capetinga** tem participado do projeto com a produção de artesanato confeccionado bijuterias com os recursos naturais. A **Associação Aliança Mulheres do Cerrado**, grupo de mulheres que tem atuado principalmente na confecção de colchas, bordados etc. Desta maneira, verificou-se que estas mulheres também têm atuado com segmentos que resguardam os valores domésticos e buscam melhorar as condições básicas da comunidade.

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Até recentemente, por exemplo, o homem homossexual corria o risco de agressões físicas quando era identificado numa via pública e ainda é objeto de termos depreciativos. Tal fato representa um tipo de comportamento padronizado por um sistema cultural. Esta atitude varia em outras culturas (LARAIA, 2000, p. 69).

Desta maneira, entende-se que a cultura tem um papel relevante, influenciando de forma marcante no comportamento masculino e feminino. Mertens et. al. (2005, p. 119), em estudo no Projeto Caruso, verificou que a discussão sobre o mercúrio dentro do grupo investigado ocorria entre o mesmo sexo. Ou seja, os homens conversavam com outros homens e as mulheres com outras mulheres. Este comportamento demonstra que há um sistema padronizado que interfere nas relações de gênero de forma diferenciada. E ao observar a posição e participação do homem e da mulher no PMA, verificou-se que ambos procuraram atuar repetindo o padrão tradicional. A participação de homens e mulheres no projeto é entendida aqui como uma forma destes poderem expor os problemas que estão presentes em seu cotidiano, mas também propor soluções para que possam ser superados coletivamente.

Desta maneira, a participação não é entendida como “o que ocorre, muitas vezes, em locais onde a comunidade é chamada a opinar apenas para que se sinta ‘participante’ de algo, mas nada do que fala ou faz é considerado” (SILVA, 2010, p. 22). Mas considera-se, a participação no sentido de Mota, em que “todas as formas e meios pelos quais os membros de uma organização, como indivíduo ou coletividade, podem influenciar os destinos dessa organização” (MOTTA, 1994, p. 200). Foi a partir daí que se buscou compreender no PMA o que era e como se dava a participação masculina e feminina dos participantes no projeto comunitário.

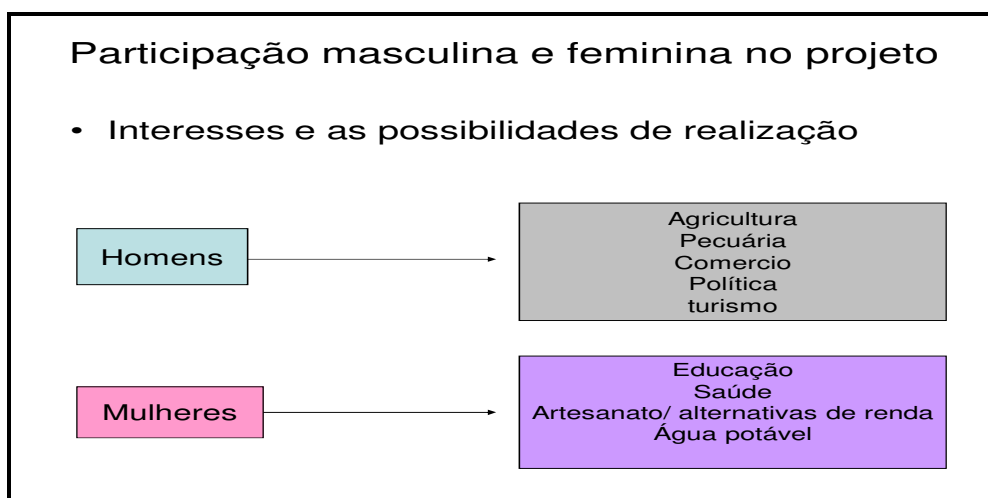


Ilustração 20 - Participação de homens e mulheres no projeto

Assim, também no que se refere ao comportamento masculino e feminino em relação ao meio ambiente, o modo de ver os recursos ambientais, os problemas existentes e a busca de soluções refletem de certa forma muito do que o padrão cultural tradicional tem repassado. O que não significa que não possa haver mudança de atitude, já que novas gerações vão surgindo, podendo haver uma renovação ou atualização desses valores. Mas, ainda assim, estarão presentes traços da herança cultural, da tradição em suas diversas formas de manifestação.

De acordo com DaMatta (2000, p. 51), “a sociedade se manifesta por meio de muitos espelhos e vários idiomas.” Nesse sentido, a representação do homem e da mulher expressa à constituição e o modo de vida local, onde a cultura tradicional ainda está muito presente.

Assim, entende-se que tanto os homens quanto as mulheres estão representando os papéis que culturalmente sempre exerceram: as mulheres atuam em torno das questões ligadas a casa e às suas necessidades familiares e os homens com questões ligadas a roça, a política e a economia. No caso do projeto, existe um diferencial: o fato de a mulher estar buscando formas de participar do espaço público, onde se discutem questões domésticas,

como o uso e qualidade da água e políticas, como fiscalização do uso dos recursos hídricos do cerrado pela agricultura moderna.

Segundo Maria Nila, ativa no PMA desde 2001, tanto o homem quanto a mulher participam e decidem as ações a serem desenvolvidas. No entanto, na visão desta lavradora, os homens são de tomar decisão e as mulheres de executar as ações práticas.

Para ela, a participação masculina acontece principalmente na tomada de decisão “eles participam porque eles falam melhor, é como se a gente não tivesse idéia”.

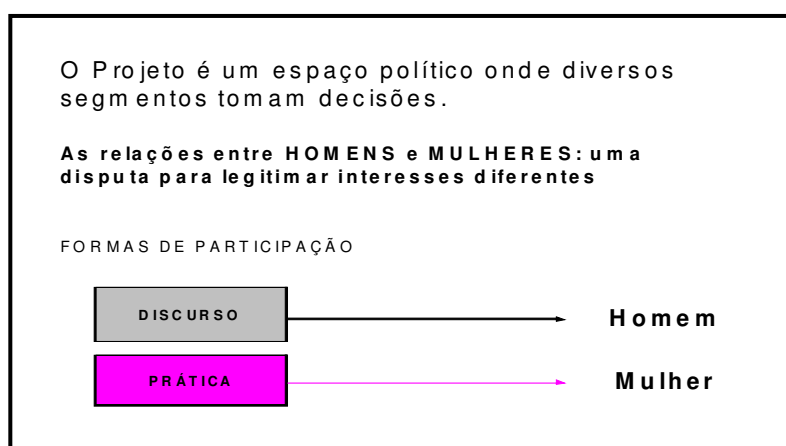


Ilustração 21 - Formas de participação de homens e mulheres no projeto

Entende-se nesta visão que se delega ao homem a condição de pensar e falar elevando-o a ter maior poder de decisão, reafirmando assim a desigualdade vivida pelas mulheres e a permanência do poder masculino neste espaço.

Já os homens alegam que as mulheres participam melhor pelas atitudes práticas, “quando plantam mudinhas e fazem doces”. Deste modo os processos de cidadania e participação guardam entre si uma relação de complementaridade e interdependência, manifestando-se por meio desta relação homem e mulher, entre o discurso e a prática, a decisão e a ação. Entretanto ficou evidente que as mulheres entrevistadas falavam da questão ambiental associada aos problemas da qualidade da vida doméstica, como por exemplo, a água contaminada por pesticidas químicos na sua horta, no cuidado com a alimentação, banho e ingestão deste recurso hídrico.

Enquanto os homens em sua maioria se preocupavam com a terra, uso de pesticida, as doenças e o trabalho temporário. Tudo isto demonstra que homens e mulheres se preocupam com os problemas ambientais, mas suas visões são diferentes e envolvem de certa forma as suas necessidades diárias presentes em seu espaço de maior atuação.

A participação social pressupõe a conscientização e o exercício da cidadania entendida como conquista e reconhecimento dos direitos. Logo as relações entre homens e mulheres no PMA e sua forma de participação pode ser um caminho para o repensar das

questões ambientais e também das relações de gênero que podem ser alteradas a partir do respeito ao outro participante, independentemente do seu sexo. Este respeito à igualdade de gênero também deve ser uma conquista processual no sentido de Demo:

Participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir (DEMO, 1999, p. 18).

Esta participação da mulher no espaço de poder deve ser uma conquista, assim como foi sua participação para participar da eleição e inserção para candidatar-se na política. De acordo com o IPEAIA:

Os desafios para a inclusão das mulheres no espaço político formal são, portanto, enormes. No entanto, não se pode ignorar que a questão da participação feminina na política é ainda um fenômeno em construção. Elas tiveram acesso a esse espaço mais tarde que os homens – o que as faz, em geral, ter menor acúmulo de capital político – e ainda enfrentam uma sociedade permeada por concepções preconceituosas, segundo as quais a população feminina não está preparada para assumir espaços e cargos com efetiva possibilidade de exercício do poder (IPEAIA, 2007, p. 229).

Esta situação da participação da mulher no espaço político em projeto comunitário não é muito diferente, pois ainda acredita-se que esta tem pouca ou quase nenhuma visão para opinar sobre as questões de discussão deste espaço político. Isto por que se observou que homens e mulheres, ao participarem do PMA atuam na maioria das vezes sobre a disputa do espaço de poder (o discurso e a prática). Desta forma, ambos procuram exercer e ter a igualdade de poder decidindo e agindo sobre os dois espaços, sendo que a mulher, na maioria das vezes, atua passivamente, somente após a postura e a posição masculina. Mas a igualdade de poder deve ser conquistada para que, assim, a participação de homens e mulheres seja, conforme Demo (1999), uma conquista e não dádiva ou concessão. O espaço político, onde estão presentes os problemas ambientais e sociais, pode ser também um espaço de redefinição dos papéis de gênero. Neste sentido, o projeto é um espaço político, onde vários interesses estão presentes por meios dos atores sociais, podendo ser um espaço para repensar a crise ambiental, mas também as relações de gênero.

O modelo cultural da tradição está muito presente nas relações, o que dificulta que um participe de um espaço que sempre foi do domínio do outro. Tanto é que quando uma mulher tenta agir pelo discurso, sua ação não é valorizada pelos homens e vice – versa, pois a visão do homem neste espaço é defendida até pela própria mulher como ideal. Ou seja, há um reforço das posições e papéis masculinos e femininos, pois quando uma mulher

falta à reunião, os homens e as mulheres defendem que ela deve estar cuidando das crianças, e isto basta. Percebe-se assim que a mulher e o homem reafirmam os papéis sociais vividos na tradição, onde as ações práticas são identificadas para as mulheres e as decisões políticas para os homens. Deste modo, empodera-se politicamente o homem a pensar e decidir as questões trazidas pela comunidade, ficando a prática para as mulheres como forma desta transformar o discurso em ações. Um complementa o outro, seja por subordinação, seja por dependência deste modo de vida, por acreditar que desta forma é melhor. Para Ortner (1979), as funções fisiológicas das mulheres tornam-se muitas vezes argumento para aproximação da mulher com a natureza, com a qual termina por concordar.

Por outro lado, esta posição da mulher a define como pragmática, pois a produção de doce, bordado, costura ou a de plantar muda é algo que está ligado ao papel social constituído por seu modo de vida. Verificou-se que a mulheres têm procurado desenvolver ação voltada a sua motivação para agir. De um modo geral, as mulheres, não apenas as que fazem parte do grupo gestor como as que participam das ações desenvolvidas no projeto, se interessam por práticas que resguardam o espaço doméstico, como por exemplo, a produção de doce, geléia, costura, bijuteria e bolsa com recursos do cerrado. Esta produção garante que os recursos nativos não cultivados, sejam valorizados e em função disto procura-se preservar o cerrado. Garcia (2007) analisa sobre as plantas não cultivadas no México, verificando que os homens e as mulheres têm acesso diferente na busca por alimentos não cultivados, assim o uso, o espaço e as formas de acesso aos alimentos são diferentes. Esta realidade também está presente em São João D'Aliança, certos frutos e atividades são exclusivos de mulheres, enquanto outras atividades dos homens.

Uma das mulheres falou que o ecoturismo não entra na cabeça dela; é coisa para os homens. Esta visão feminina que demonstra a dificuldades das mulheres para pensar no ecoturismo por entenderem que isto é algo do mundo masculino. Neste sentido, ficou compreendido que estas mulheres apresentam uma identidade ainda muito tradicional que tem haver com a construção cultural (Scott, 1994), por isto estas alegam que o ecoturismo não entra na cabeça, ou seja, há um empecilho para lidar com o assunto. Por outro lado, os homens também têm um comportamento muito parecido, ao procurar participar de ações que expressam o mundo masculino local, o qual foi socializado desde sua infância.

Outro fator referente à participação masculina é que se ocorrer à ausência de outro homem nas reuniões ou ações a serem realizadas, este fato nem sempre é compreendido pelos demais: dificilmente o faltoso será desculpado como sendo vitima de um imprevisto. Segundo informantes, quando há organização de trabalho coletivo, os homens agem expressando desconfiança e precipitação contra outro homem. Mas, quando o mesmo fato ocorre com a mulher, os homens e as mulheres tendem a ser mais pacientes e

compreensíveis com a condição feminina. Ou seja, percebe-se que há uma reafirmação por parte dos homens e também das mulheres de que o espaço privado (doméstico) tem maior prioridade para as mulheres. A ausência da mulher deve ser relevada, pois ela tem muitos afazeres no lar. O fato dos homens serem cobrados para estar no espaço público e a mulher poder faltar às reuniões por que oficialmente ela deve estar no espaço privado revela que a construção cultural é muito forte e conforme Scott (1994) o sistema e a estrutura do gênero presume uma posição fixa entre homens e mulheres. Por isto quando se observou os papéis sociais dos homens e das mulheres estando em espaços diferentes, compreendeu-se que um não pode dominar o espaço do outro.

A associação da mulher ao lar é, para o homem, justificável, já que culturalmente ela não deve estar fora de casa. Neste sentido, para DaMatta (2000), a casa é o espaço da ordem e não da desordem. Observou-se na fala dos homens e das mulheres informantes que quando a mulher fica fora de casa ela causa um estado de desordem. Assim, a separação de papéis sociais é configurada, guiada por um modelo ideal e pela condição de vida da população tradicional. Durante as entrevistas e conversas com as mulheres e homens sobre a participação da mulher no PMA, ficou entendido que este deve ser um espaço para o homem participar e decidir, mas a mulher necessariamente não deve está presente.

Conforme Ortner (op. Cit.) é comum se associar a mulher ao círculo doméstico, contribuindo para uma concepção desta como mais próxima da natureza sob diversos aspectos. De certa forma, a mulher estando no lar, na maioria das vezes está sempre produzindo algo para estabelecer conforto a toda família, como por exemplo, o cuidado com as crianças, considerado, por muitos, como próprio da mulher e parte da natureza.

Neste caso, observou-se que há, na percepção dos homens e das mulheres, uma legitimação da mulher ao espaço doméstico e não ao político, que é um espaço do universo masculino conforme Almeida e Chalub-Martins (2008, p. 6). Esta legitimação é entendida como uma forma de inviabilizar o direito à igualdade da mulher, devendo ela participar do PMA por um caso eventual ou um tipo de diversão, mas nunca para ter responsabilidades e assumir compromissos que não sejam femininos.

As mulheres foram até agora tratadas pelos homens como pássaros que descidos de qualquer altura, se perderam entre eles: como alguma coisa de delicado, de frágil, de selvagem, de estranho, de suave, de encantador - mas também como alguma coisa que é preciso fechar numa gaiola, de medo que voe para longe (NIETZSCHE, 2006, p 237).

Há quem possa pensar que, na atualidade, esta citação no filósofo Nietzsche seja absurda e, mais ainda, pode achar que ninguém mais se comporta assim em relação às

mulheres. Entretanto durante pesquisa de campo entrevistei lavradores que haviam se separado da mulher e estes reclamavam que elas não queriam ficar em casa. Eles muitas vezes chegavam e a mulher estava fora e isto era motivos de brigas e conflitos, pois estas mulheres não querem mais esperar o marido chegar do trabalho. Mas mesmo nos grandes centros urbanizados ainda pode-se encontrar homens e mulheres que se comportam legitimando a passividade feminina e o poder masculino. Este tipo de comportamento está presente em muitos espaços sociais, ora atuando de forma invisível, ora de modo explícito. Na vida moderna, ainda é possível se encontrar mulheres que ficam em casa, fechadas como se estivessem numa gaiola. Já outras estão em casa e possuem a chave, mas têm medo de sair. Outras, por fim, até saem de casa, porém não se posicionam contra o poder masculino que está em toda a parte.

Ter o poder de decisão exige que a mulher tenha consciência de seu papel exercido no seu espaço e valorize sua visão de mundo para assim poder defendê-lo. Rojas (2000) aborda sobre a importância da participação de mulheres nos esforços de conservação no Programa Parque em Perigo. Neste verificou-se que, embora o projeto seja de base comunitária desenvolvendo-se com a participação de homens e mulheres, há muitos obstáculos na participação feminina, onde se buscou destacar os motivos relevantes da mulher no projeto por entender que:

As mulheres são líderes comunitários, mas freqüentemente são invisíveis aos olhos dos visitantes; São as mulheres que, na maioria das vezes, organizam eventos ambientais, desde o resgate de tartarugas até a comemoração de ritos e valores tradicionais;

As mulheres gerenciam recursos naturais diariamente - tais como hortas, coleta de lenha, plantas e ervas medicinais - e desempenham papéis centrais na agricultura, pesca e caça;

As mulheres desempenham papel fundamental na criação de crianças, as quais transmitem mensagens de caráter ambiental (...) (ROJAS, 2000, p.8).

Estas características da mulher apresentadas por Rojas também foram vislumbradas no PMA, onde muitas mulheres é que mobilizavam as ações do projeto diante dos eventos ou das práticas de conservação dos recursos do cerrado, se destacando mais que os homens. No entanto, ainda há muito medo, falta de informação e de confiança por parte da própria mulher para enfrentar e atuar no espaço político seja para discutir a questão ambiental, social, sindical e outras. Isto não significa dizer que a mulher não tenha capacidade política para isto, mas sim que ela sofre de uma forma ou de outra pressão social para continuar invisível ou sem expressão política, atuando muitas vezes para confirmar a voz masculina. De certa forma, o fato de muitas mulheres estarem presentes nas reuniões e representarem um segmento social, já demonstra que, mesmo timidamente,

a sua postura social e política está mudando e que mesmo sofrendo pressões por parte dos maridos, filhos e outros para ficarem em casa, elas tentam participar.

Esta situação também é registrada por Siliprand (2009) ao analisar as trajetórias de vida de mulheres agricultoras que participam ativamente de movimentos agroecológicos formados no Brasil nos últimos trinta anos.

Por outro lado, os filhos e filhas muitas vezes também não aceitam as ausências prolongadas da mãe, em função das responsabilidades assumidas nos movimentos; conciliar as duas questões não é fácil, e elas podem se sentir culpadas dos dois lados - na família e nos movimentos (SILIPRAND, 2009. p.201).

Esta situação foi encontrada durante as entrevistas com mulheres que participam ou participaram do PMA. Estas apontaram que têm dificuldades para atuar principalmente por terem tido pouca ou nenhuma instrução, pois nem todos puderam estudar e determinados assuntos exigiam um pouco de leitura. Algumas mulheres disseram que a visão política é construída durante o processo de participação social nos cursos de capacitação do projeto ou da associação, mas que, sem dúvida, quem tem mais instrução tem mais segurança e consegue compreender melhor as questões e os problemas socioambientais presentes na realidade, podendo sugerir melhor.

De certa forma, no capítulo 3 ficou bem claro que muitas mulheres têm dificuldades de acesso a informação e que, no que se refere ao conhecimento dos seus direitos, isso se dá principalmente pela televisão. Isto porque a ação de uma mulher quando é posta na TV influencia outra que está na mesma condição a agir em função das notícias. É aí que a mulher se informa sobre os seus direitos, servindo como caminho para que outras procurem fazer o mesmo. No que se refere à participação política da mulher no movimento sindical, em associações, em ONG e no cenário político municipal, estadual e federal, embora haja algumas representantes estas ainda não aparecem com frequência no principal meio de comunicação como a TV. Mas de certa forma, o fato é que algumas mulheres buscam participar do PMA, o que já demonstra que elas não apenas tentam melhorar sua vida e a dos outros, mas também estão atuando politicamente.

4.2 AS MULHERES DO PMA E SUA VONTADE DE MUDAR A REALIDADE

Durante as reuniões do grupo gestor do Projeto Mulheres das Águas, participavam representantes da Universidade de Brasília - alunos ou professores - e representantes da população local. Nesses momentos, foi possível observar que as mulheres estavam sempre presentes, sendo estas solteiras, separadas, casadas e viúvas, enquanto que os homens em sua maioria eram casados ou tinham uma companheira.

Estes dados referentes ao estado civil também foram sendo coletados na pesquisa de campo, quando muitas destas mulheres foram entrevistadas. Todas as mulheres, independentes do estado civil, traziam consigo traços de uma vida camponesa, da roça e do quintal, pois estas foram às palavras mais pronunciadas em cada momento de conversa ou entrevista. A identificação que muitas mulheres e homens deram para si foi a de serem lavradores, isto não significava apenas ser alguém que nasceu na roça, mas que vivenciou várias práticas de trabalho, diversão, rezas e relações de poder neste espaço rural.

Além disto, foi possível perceber que as mulheres casadas tinham muito mais dificuldades para estarem presentes nas reuniões, pois muitos maridos ou companheiros e filhos interferiam em alguns momentos na sua saída de casa. Já as mulheres solteiras, viúvas e separadas não tinham este problema, pois elas tomavam suas decisões assumindo muitas das ações dentro do projeto. Estas buscavam meios não só de participar das reuniões com sugestões assumindo determinadas ações, mas também estavam sempre buscando alternativas econômicas e de valorização da cultura local. O fato de as mulheres buscarem produzir bolsas com palha de milho, fazer doces ou ainda bordados é de alguma forma um resgate das praticas tradicionais ainda que estas tragam em si algo de inovador.

Entretanto, verificou-se que as mulheres participantes desta produção compreenderam estas atividades também como uma forma de valorizar o cerrado, podendo ser, portanto, uma produção sustentável como um valor econômico. A falta de trabalho no município, uma preocupação da população local, influenciou as mulheres a produzirem algo que pudesse ser inserido no mercado. Muitas mulheres têm transformado os recursos naturais em alimentos como doces e biscoitos para vender e complementar a renda familiar, pois acreditam que assim podem melhorar a qualidade de vida da sua família. O fato de muitas famílias estarem hoje na parte urbana disputando com outras que também migraram do espaço rural os empregos e melhores condições de vida, coloca a questão da pobreza como algo marcante. Por isto, muitas mulheres têm buscado encontrar saídas para resolver este problema que permeia suas famílias.

Chant (1997, p.261), ao tratar gênero, urbanização e pobreza, aborda que os movimentos diferenciados de homens e mulheres das áreas rurais para urbanas são variados, sendo que das áreas urbanas do mundo em desenvolvimento revelam que na America Latina, no Caribe e o sudeste asiático o fluxo de migração está integrado na maioria por mulheres. De acordo com Kandiyoti (1986) as famílias pobres que não tem acesso a terra e ao trabalho estão dependendo cada vez mais da força do trabalho de seus membros. Em São João D'Aliança, conforme foi descrito no capítulo 3, muitas mulheres tem deixado o meio rural para trabalhar e estudar ou para acompanhar os filhos no trabalho ou nos estudos, tornando-as cada vez mais a chefe de família.

O mais difundido método para relacionar pobreza e gênero tem sido o indicador das mulheres chefes de família; este é habitualmente utilizado como medida da feminilização da pobreza. Uma das razões para essa associação relaciona-se aos menores rendimentos femininos no mercado de trabalho: assim, as famílias chefiadas por mulheres deveriam ser as mais pobres entre os mais pobres (MELO, 2005, p. 9).

E muitas mulheres quando não conseguem empregos ou querem complementar a renda da família têm produzido algo que possam vender e garantir o sustento da família. Zaluar (1985, p.105), em seu estudo sobre a pobreza urbana no Rio de Janeiro, descreve que a falta de comida é associada à pobreza, isto porque a comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição. Também Candido (2001) aborda que a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio.

Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior á técnica (Candido, 2001, p. 35-36)

Assim, os meios de subsistência de um grupo não podem ser vistos de forma separada de suas relações socioambientais. No caso de São João D'Aliança, durante varias entrevistas, havia uma relação da posse da terra como forma de garantir a alimentação no meio rural anterior, quando as pessoas tinham terra e alimento pela produção que assegurava o seu sustento. Já na atualidade, falta trabalho e dinheiro para comprar comida no meio urbano e isto também é associado à pobreza. Para alguns informantes, no meio rural de antes havia o trabalho e a comida garantida e hoje se vive com bem menos comida na cidade, mas buscam-se as condições básicas como assistência a saúde, educação e trabalho neste espaço urbano. É por isto que muitas mulheres procuram produzir algo para garantir o sustento da família.

E um dos caminhos procurados foi a transformação de recursos do cerrado como, frutos e raízes em uma atividade com produção econômica sustentável no intuito de produzir e vender. Em conversa com uma das mulheres que vendiam doce de goiabinha, caju e araticum, esta falou que sua ação complementava a economia doméstica, além de agregar o valor ambiental aos produtos. Agarwal (1997) tem procurado discutir a relação da mulher com o meio ambiente, de um lado, destacando a mulher do meio rural na Índia como vitima da degradação ambiental, e de outro, como agente ativa no movimento de proteção e regeneração feminista. No caso de São João D'Aliança, as mulheres sentem que são prejudicadas ao perceberem que os pesticidas atacam a sua horta, o desmatamento destrói o cerrado causando o desaparecimento de muitos frutos e recursos necessários a vivência

local de muitas famílias. Elas também argumentam que muitas plantas frutíferas que tinham no quintal não sobrevivem aos cupins que cada vez mais estão presentes no município. Além da qualidade da água potável para uso diário, esta tem sido alterada em função da poluição do Rio das Brancas e contaminação por produtos químicos utilizados na agricultura mecanizada.

De certa forma, a produção de doces e outros produtos com recursos do cerrado, é uma forma de resgatar o que parece estar sendo perdido. Mas muitas destas mulheres que produziram doces a partir da capacitação feita pelo PMA encontraram dificuldades para vender o produto, porque para elas o valor destes produtos fabricados foi entendido como algo secundário.

A percepção é de que o mercado industrializado já traz tudo pronto e sem perigos de perdas do produto pela validade, além de ser mais barato. Também as mulheres informaram que muitos donos de mercados ou lojas querem produtos com certificação e selo industrializado para garantir que não haverá perdas do produto, caso não seja vendido de imediato.

Assim as mulheres que produziram doces, geléias, licor, bem como bolsas de palha de milho e outros produtos artesanais sentiram de perto a desvalorização do produto final do seu trabalho, bem como do próprio recurso do cerrado. Neste sentido entende-se que a sustentabilidade da população local é cada vez mais afetada por novas formas de modernidade. Isto por que, conforme Shiva (1993) destaca, há um jogo de valores do poder dominante que emergiu com a ascensão do capitalismo comercial gerando desigualdade e dominação, de maneira que o as práticas de produção que refletem o conhecimento da tradição não tem legitimidade.

Para as produtoras, elas queriam ter condições de vender seu produto, mas não há investimentos e interesse do mercado com o produto e produtor ecológico. Há dificuldades para se conseguir espaço de venda e exposição do produto, já que neste caso o poder público local não investe e não se interessa por esta causa, por não acreditar que isto possa movimentar a economia.

Segundo a percepção de uma informante, o mercado de produtos industrializados é que tem maior espaço e valor econômico e que merece investimentos. Em função disto, as dificuldades para manter uma economia sustentável é muito grande, pois quando se procura o poder público este não percebe que há naquele produto um valor ambiental. Não há busca para melhorar a qualidade de vida e a valorização do saber tradicional que ampara esta prática. No entanto, com o apoio deste poder os grandes mercados estão se instalando na região.

Em função das dificuldades que muitas mulheres têm enfrentado para fazer e vender o

produto, muitas tem desistido de continuar com esta prática, pois não há incentivos para esta produção. Houve mulheres que disseram que gostariam que tivesse uma associação de artesão na cidade ou outros meios para produzir e vender os produtos fora da cidade, mas não encontram apoio. Desta forma, durante a pesquisa verificou-se que estas mulheres têm desistido de uma atividade e procurado realizar outras, buscando alternativas para resolver os problemas financeiros. Mesmo assim verificou-se que o PMA influenciou a alguns participantes a procurarem desenvolverem alternativas para produzir algo, em busca de valor econômico e cultural agregando os valores da tradição.

Isto por que se entendeu que o projeto tem oportunizado aos participantes ampliar seus conhecimentos em relação ao meio ambiente, a inserção de práticas de alimentação com valores sustentáveis antes não utilizadas, como consumir sucos com frutos locais, produzir mel, valorizar a cultura local com o levantamento de músicas, danças e do inventário com dos costumes e pontos turísticos do município.

Desta maneira, verificou-se que houve um resgate e valorização da cultura local, uma vez que a produção de artesanato seja com pinturas, escultura ou produção de livros versando sobre a identidade e a memória da tradição do município tem se intensificado desde que o PMA iniciou. A própria população tem se interessado pela arte em que retrata o modo de vida do município.

Com relação às relações entre homens e mulheres no projeto, foi possível verificar que as mulheres e os homens buscaram legitimar sua participação, seja com discurso ou com práticas. E embora em alguns momentos a mulher parecesse estar invisível nas reuniões e os homens muito presentes, quando se tratava de exercer as ações do projeto estas estavam sempre mais visíveis que os homens. De certa forma compreendeu-se que a participação feminina no projeto influenciou no seu modo de pensar e agir, colocando-a em um espaço político onde esta raramente esteve presente e podendo discutir em igualdade com os homens. Assim às relações de gênero também foram alteradas, uma vez que antes as mulheres não saiam de casa para se inserir em um espaço masculino.

O PMA propiciou não só a reflexão sobre a participação de base comunitária como foi relevante para a mudança dos problemas ambientais, mas também demonstrou que além dos homens, a mulher tem um papel significativo e complementar neste processo. Outro dado é que muitas mulheres sentiram que precisavam estudar e ter maior formação política para poder entender e discutir melhor certas questões abordadas no projeto. Por outro lado, ficou compreendido que o PMA, ao ser um espaço político, propiciou que homens e mulheres fossem ao mesmo tempo flexíveis para escutar e visualizar a presença do sexo oposto com respeito.

Também ficou entendido que as mulheres têm como desejo a mudança na condição

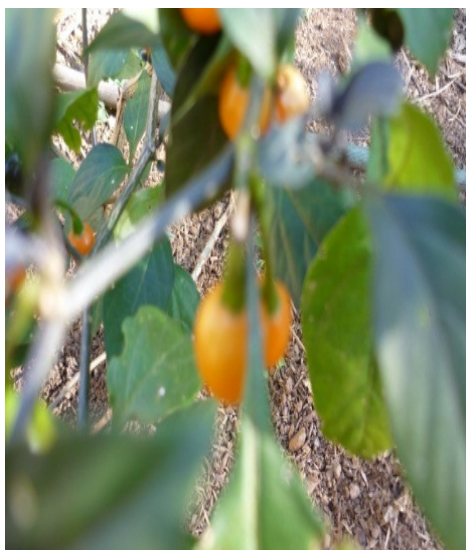
da vida local, pois estas entendem que é possível haver no município atividades econômicas que possibilitem a população condições de permanecer neste lugar com direito de acesso a saúde, educação, trabalho, saneamento básico e qualidade de vida. Para elas as mulheres podem ter mais autonomia e poder de decisão e o fato delas irem ao projeto e participar de associações já é uma forma de mudança feminina, onde as suas ações fazem parte de uma consciência política.

O projeto, ao desenvolver discussões e ações em torno das questões ambientais, estimulou muitos participantes a valorizar os recursos do cerrado como elementos que devem fazer parte da qualidade de vida da população, pois estes também fazem parte da identidade de muitos homens, mulheres e crianças. Por fim, os participantes entendem que a modernização trouxe inovações e mudanças ao município, mas estes compreendem que é preciso ter atividade e iniciativas que garanta a sustentabilidade da população local.

Segundo Jacobi (2010) a noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte. Desta maneira entende-se que a preocupação com a sustentabilidade é para que as atividades modernas não comprometam os sistemas ecológicos e sociais em que sustentam a vida de muitas populações. Para isto, é preciso permitir que as práticas tradicionais estejam presentes não como fator de reflexividade ou comparação para o moderno, mas que ambas existam para melhorar a qualidade de vida de todos.

Neste sentido, compreende-se que é preciso que o Estado (Federal, Estadual e municipal) estabeleça uma distribuição dos recursos incluindo não apenas os grandes proprietários, pois como afirma Agarwal (1997), o Estado assegura uma privatização de floresta mantendo o monopólio ao distribuir áreas para privatizá-las. Ou seja, o Estado passa a ser então o principal responsável pela degradação ambiental por ter instrumentos políticos para regular e distribuir as áreas e recursos existentes. Assim o Estado não apenas tem o controle dos recursos e manejos, mas também pode garantir que as populações locais que tenham direitos sobre os recursos e a sua sustentabilidade.

Um pouco da produção feminina de fundo de quintal





Fotografias 21 - Diversos recursos produzidos pelas mulheres em seus quintais
Autor: Verônica L. F. Almeida
Data: 2009

CONCLUSÃO

Realizar este estudo foi mais que responder a uma pergunta, solucionar um problema ou confirmar uma hipótese. A pesquisa de campo foi de fato, um momento muito precioso, emocionante, cansativo, alegre e também de denuncia, de sussurro, de silêncio, de interrupções, de verdades, de contos inesperados, de choro, de revolta e de esperança, além de outros. Registro também que em alguns momentos fui procurada para evitar falar sobre a questão da perda de terra, da herança, de herdeiros e etc. Por outro lado, procurei pessoas para ouvir e descrever sobre o modo de vida de muitas famílias e suas práticas tradicionais cotidianas. Não só durante a pesquisa de campo, como durante o registro e transcrição dos dados, percebi quanta relevância tem o levantamento da memória, pois através desta metodologia foi possível verificar a reconstrução de fatos sociais que explicaram, demonstraram e informaram a trajetória dos acontecimentos do passado, do presente e de caminhos futuros. Através da memória, foi possível aos entrevistados lembrarem-se dos acontecimentos familiares, do trabalho, da política, da economia, da viuvez, da perda de terra, das plantações, do clima, da colheita, das festas, do comportamento masculino e feminino e das varias mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo.

Assim também, como a presença de certos objetos como: o pilão, a roda, o fogão e o forno a lenha, os instrumentos de trabalho como a enxada, a foice, o cavacador, dentre outros, trouxeram a imagem dos fatos, das práticas e dos sabores de certos alimentos produzidos através do uso destes objetos. Desta forma foi possível verificar que conforme Halbachs (1999) as pessoas avaliaram os objetos como expuseram também a satisfação destes. Nestes momentos em que os objetos eram apresentados ou estavam expostos por que ainda há um uso permanente ou eventual destes pelas pessoas, fluíram muitas vezes a satisfação, o sorriso e a expressão que lembrava sobre a força e os momentos de muito trabalho. Ficou compreendido que o levantamento da memória foi sem dúvida um elemento fundamental em todo o processo de produção desta dissertação, isto por que o problema maior a ser compreendido girava em torno de verificar como as transformações sociais e ambientais teria afetado as relações de gênero em São João D'Aliança. Para isto, era preciso levantar o modo de vida tradicional, as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo e descrever a situação do presente, ou seja, foi necessário compreender a tradição e a modernidade.

Entretanto, não bastava apenas buscar as informações nos livros, fotos e artigos que versassem sobre este assunto, era preciso ouvir, relacionar, registrar e fotografar as vivências que representavam o universo complexo dos informantes que se lembraram dos

vários momentos vividos por eles, seus parentes e amigos. E foi transitando entre o passado e o presente que muitos lavradores expuseram um pouco do que representa a tradição e a modernidade. Assim Giddens (1991) foi o principal referencial que utilizei para trabalhar e discutir sobre modernidade e tradição, foi a partir de fatos como as mudanças no sistema de plantio, os novos instrumentos de trabalho, o controle do tempo entre uma colheita e outra, os papéis sociais de homens e mulheres no presente. Tudo isto, relacionado às antigas práticas do passado para tentar ver como estas transformações delineadas principalmente pela agricultura mecanizada tem afetado as relações de gênero. Para isto, foi preciso levantar sobre o ambiente cerrado, a importância deste bioma para sua biodiversidade e para a população deste município.

Houve a compreensão de que o cerrado goiano é muito importante para a biodiversidade brasileira e goiana por compreender-se como um complexo que contém riquezas naturais, minerais, hídricas, paisagística, além da diversidade de animais e plantas que tem este cenário o seu principal habitat. Esta biodiversidade também tem relevância substancial à população que sempre viveu utilizando dos seus recursos para alimentar-se, vestir-se, cuidar da saúde, trabalhar e morar. E embora o cerrado goiano tenha uma história de degradação ambiental e social desde a busca do ouro pelos exploradores paulistas, sendo parte de um processo de colonização brasileira que vem desde o período colonial com a mineração degradando os recursos naturais e interferindo no modo de vida indígena, sendo este povo escravizado. Depois disto, outras mudanças foram ocorrendo como a introdução de negros vindos como escravos para trabalhar na mineração e/ou como domésticos, as doações de terras, a economia de subsistência e a abertura de ferrovias para interligar a economia goiana ao país. No final dos anos 50 surgem novos eventos como a construção da capital federal, a transferência do Rio de Janeiro para Brasília, atraiu vários compradores e invasores de terras para o cerrado goiano. Mas é nos anos 70 que a frente de expansão da agricultura mecanizada se instala em Goiás e produz uma série de transformações sociais e ambientais maiores. Os incentivos a instalação desta agricultura mecanizada foram muitos para tornar o Estado de Goiás um dos principais produtores do país e assim aquecer sua economia. Até então, a região do nordeste goiano continuou sem muitos investimentos e muito pobre. E no final dos anos 70 e início dos anos 80 houve várias ações para expandir a mecanização em Goiás através da abertura de estradas, instalação de energia elétrica, implantação de rede telefônica e de incentivos a vários produtores vindo da região sul e sudeste. Em São João D'Aliança estas transformações também ocorreram sendo percebida principalmente no início dos anos 90 pela população que esperava no progresso a oportunidade de ter direito ao emprego, a saúde, a educação, moradia, saneamento básicos e outros recursos sociais básicos garantidos por lei a todo

cidadão brasileiro. No entanto, a população tradicional investigada como os três grupos familiares com posições e poder aquisitivo social diferentes sentem que foram afetadas principalmente por que esta mecanização da agricultura tem substituído o cultivo da subsistência, seja pela perda de terras através da venda (forçada ou simbólica), ou seja, pelo arrendamento ou expulsão de pequenos proprietários pelos grileiros. Outro fato, é que a mecanização utiliza-se de insumos químicos como pesticidas e agrotóxicos que por sua vez atraem insetos que também invadem as pequenas plantações causando perdas ao pequeno produtor. As grandes plantações ocupam áreas cada vez maiores e para isto há desmatamento do cerrado havendo perdas da biodiversidade deste bioma. As mudanças que ocorreram no cenário ambiental pela mecanização são mais significativas, pois antes disto já havia a ocupação dos grupos familiares tradicionais residindo e sobrevivendo no espaço do município, mesmo assim ainda existia uma grande quantidade dos recursos naturais próprio daquele lugar. Com a ocupação das grandes plantações, percebeu-se que os lugares mais verdes são as áreas de serras, onde as máquinas não conseguem trabalhar.

Esta proposta de modernidade na produção tem alterado o modo de vida da população, dos animais e de algumas plantas, pois estes ou tem se adaptado ao novo sistema ou tem ficado isolado ou até desaparecido. A falta de recursos como pequi, guariroba e o araticum, dentre outros, faz com que alguns lavradores pensem que o desaparecimento destes recursos é tão certo, que muitos tentam plantá-los no quintal para garantir a continuidade destes em sua alimentação. Muitos destes recursos em períodos de festejos religiosos tradicionais ficam escassos para o consumo diários, sendo armazenados para serem utilizados apenas para alimentação destes festejos. Mas também, há quem pense que a escassez deste produto conduzirá a uma produção comercial, onde estes devem pagar muito caro para ter o produto em uso. Muitos entrevistados acreditam que a falta de chuva e as altas temperaturas tem relação com este desmatamento em função da permissão para a monocultura. Um fator social que tem preocupado a população investigada é o desemprego, isto por que a migração do rural para o urbano ocorreu, sendo que havia uma visão de trabalho para todos. Entretanto, neste novo modelo há a introdução de máquinas que realizam o trabalho com menos funcionários, sem falar que a maior parte tem empregos garantidos com direitos trabalhistas são para os que possuem formação técnica especializada e nível superior, estes geralmente vem de outros lugares. Com isto, os lavradores que antes tinham muito trabalho e utilizavam os instrumentos tradicionais como enxada, cavacador e foice têm ficado desempregados ou só conseguem empregos temporários nas fazendas modernas para arrancar feijão e colher o milho que a máquina deixou para traz. Em outros momentos fazem bicos cortando lenha, limpando um quintal ou

bebendo, já que estes disputam empregos com kalungas e outros desempregados na região. Esta situação tem afetado as relações de homens e mulheres, uma vez que o homem sempre esteve tradicionalmente atuando como principal provedor da família. Por outro lado, em função do desemprego, muitas mulheres é que tem saído de casa para trabalhar como doméstica, professora, vendedora, auxiliar de limpeza para sustentar a casa. Ao levantar sobre as três realidades dos grupos tradicionais da fazenda, da terra de posse e da pequena propriedade, foram verificadas diferenças sociais relativos ao seu modo de vida no passado e no presente.

No caso das famílias do grupo da fazenda observou-se que tanto homens como mulheres tem conseguido os melhores empregos principalmente por que tiveram instrução e sempre exerceram influencia política e econômica por isto, ocupam cargos políticos, são comerciantes, funcionários públicos, dentre outros. Mesmo assim, alguns homens continuam muito mais tempo na fazenda enquanto a mulher tem ficado na cidade acompanhando os filhos, estudando ou trabalhando fora ou ainda mantendo atividades de costura para contribuir com o sustento.

No caso do grupo da posse, este tem tido dificuldades para se sustentar, principalmente, os que não estão aposentados, muitos vivem sobre o sustento dos filhos que tentam garantir os recursos básicos aos pais, enquanto outros sofrem muito tendo que disputar trabalhos temporários, plantando e trabalhando de meia nas terras dos outros para sobreviver. Também neste grupo a mulher tem procurado acompanhar os filhos que cada vez mais tem buscado oportunidades de estudos e empregos no meio urbano. Em muitos casos, a mulher também tem procurado trabalho para sustentar a casa, neste caso alguns homens terminam por acompanhar a família ou ficam vivendo sozinho no meio rural. O que ocorre é que neste grupo a mulher tem mais oportunidade de emprego trabalhando como doméstica, cozinheira ou faxineira em fazendas ou casa de família, no comercio e até fazendo alguns produtos artesanais para vender como alternativa, já os homens ficam muito tempo ocioso, sem trabalho.

No caso do grupo da pequena propriedade, este também tem dificuldades para terem oportunidades, por isto muitos filhos tem deixado a família para procurar de melhores empregos e estudo no Distrito Federal e em outros Estados. Aqui também, verificou-se que os homens quando não estão aposentados ainda estão trabalhando como empregado nas terras dos outros, no comercio e disputam empregos temporários. Já a mulher procura fazer algo para sustentar a casa, trabalha como empregada ocupando cargos de pouco prestígio, pois tanto o homem como a mulher deste grupo tiveram menos oportunidade de estudo e são socialmente menos influente.

Entretanto, o que se percebe é que nos três grupos houve uma mudança, pois as

mulheres passaram a ocupar papéis antes destinados ao homem, assim como estas passaram a ter o poder de decisão para acompanhar os filhos, enquanto o homem tem ficado na maioria das vezes sozinho ou aceitam acompanhar toda a família indo morar na cidade. Desta forma ficou entendido que as mulheres de fato têm assumido um papel de destaque na família principalmente no que se refere ao papel econômico e moral, esta tem respondido pelos filhos ao enfrentar as varias situações presentes no meio urbano, onde ambos estão muito presentes.

Assim algumas atividades têm sido abandonadas nas pequenas propriedades como a criação de gado, porco, pilar o café e o arroz, também o uso da roda e o tear tem sido cada vez mais raro. Estas atividades vêm sendo substituídas pela venda direta dos produtos nos grandes mercados que tem menores preços. Deste modo, tanto o trabalho masculino como feminino tem sido reduzido na atualidade em função da nova produção que oferece facilidade e menor esforço. Mas em compensação nem todos podem viver sobre as novas condições, quem não está aposentado, tem trabalhado ainda no sistema de meia, onde recebe parte do produto que cultivou ao invés do dinheiro. Logo alguns grupos familiares ainda permanecem sem ter condições de ter acesso a estes produtos, em alguns casos colhem e fazem a torração do café com alguns chacareiros que possuem uma pequena produção, por exemplo, de torração de café. Da mesma forma, em que a falta de trabalho torna muitas vezes inviável o uso cotidiano do fogão a gás, pois muitas famílias não têm dinheiro para comprar o botijão termina por cozinhar cotidianamente no fogão a lenha.

Desta maneira, entendeu-se que a falta de trabalho e de terra no meio urbano em função da migração de muitas famílias, tem aumentado a pobreza que é associada à falta de alimentos e trabalho, já que antes no meio rural havia muito trabalho e comida, mas agora falta mão-de-obra.

Além disto, compreendeu-se que a mulher tem conseguido se adaptar com muito mais facilidade neste novo cenário da modernidade, enquanto que os homens têm enfrentado maiores dificuldades ficando na maior parte do tempo ocioso e/ou bebendo. Também ficou entendido que as mulheres ao terem instrumentos políticos que ressaltam os seus direitos sociais e familiares pautados, em políticas públicas específicas para mulheres, estas têm procurado utilizá-los buscando assegurar, principalmente, a paternidade e a pensão alimentícia do filho, facilitando a vida da nova da família. No entanto no município investigado as instâncias política e de segurança voltada para mulheres não possui capacidade técnica para atender as diversas situações que surgem por isto à maioria das mulheres ou desistem de procurar seus direitos ou buscam fora. Do mesmo jeito com relação aos problemas ambientais, os responsáveis pela instancia local alega falta de poder e de ação para resolver os conflitos. O Projeto Mulheres das Águas emerge assim, em

função da mobilização social, uma vez que a população ao se sentir uma impotência nos órgãos locais, buscou na UnB e nas suas diversas formas de organização social, através da representatividade de segmentos locais, meios de resolver as questões socioambientais locais.

O que se percebeu também, é que em relação às questões ambientais tanto homens como mulheres se preocupam de forma diferente, mas a participação de ambos no Projeto Mulheres das Águas ocorre por uma disputa de poder, ainda que haja uma tentativa de legitimação do homem neste espaço político. Entretanto verificou-se que estas mulheres têm procurado criar alternativas econômicas para garantir o sustento da família mais que os homens, sendo um dos caminhos a transformação dos recursos do cerrado em doces, biscoitos, bolsas, geléias e dentre outras. Para muitos homens a agricultura mecanizada produz muito alimentos em pouco tempo, mas estes não têm sabor, qualidade, pois os insumos agrícolas destroem o cerrado, o trabalhador que é responsável pelo cuidado com a planta e toda a população consumidora. Neste sentido, ver-se que o homem tem uma preocupação muito grande com a qualidade do que está sendo produzido e não com a quantidade, mas ele reconhece que é preciso ter muita comida para alimentar muita gente, sendo preciso também ter um uso dos espaços de forma mais sustentável para quem planta, colhe e se alimenta. No que se refere à percepção das mulheres em relação a degradação pela agricultura moderna, estas sentem que foram prejudicadas pela degradação ambiental no município ao ver que os frutos do cerrados estão cada vez mais difíceis de serem encontrados, e que a sua horta no fundo do quintal tem sido atingida por pesticidas e a qualidade da água potável tem sido alterada interferindo negativamente na sua qualidade de vida. A produção de doces e outros produtos com frutos e raízes do cerrado é uma forma de tentar resgatar as práticas tradicionais e valorizar este bioma. Mas as dificuldades para por os produtos no mercado são muitas sendo estes entendidos como produtos secundários e que tem sido desvalorizado em função dos produtos industrializados. Em função disto, muitas mulheres têm desistido de manter esta prática, pois elas se sentem desvalorizadas também pelo poder público quando buscaram ajuda para criar associação ou uma casa de artesão e não tiveram apoio. Mas o que se compreendeu é que em função das necessidades e vontade de melhorar a qualidade de vida das famílias, muitas mulheres desistem de uma atividade e tenta desenvolver outra.

Por fim, compreendeu-se que as mudanças nos espaços e papéis sociais foram significativas ao alterar as formas de convivência e organização dos grupos familiares tradicionais investigados. Verificou-se que o modelo de relação tradicional entre homens e mulheres está muito presente dentro do projeto ambiental e interferi nas decisões de masculina e feminina. Mas este modelo cultural mesmo estando presente entendeu-se que

as relações entre homens e mulheres no cotidiano têm sido alteradas, pois antes as mulheres dificilmente reclamavam ou contrariavam a vontade do marido, e agora verificou-se que algumas mulheres tomam decisões que muitas vezes contraria a vontade masculina.

Assim também como as mulheres têm procurado usar dos seus direitos para garantir sua integridade física, inclusive pedem o divórcio para não ter que suportar o que as outras mulheres do passado suportaram. As mulheres mais velhas entendem que a modernidade foi muito boa, principalmente, para as mulheres por que elas hoje trabalham menos, são independentes para viajar, estudar e trabalhar distante da família, sendo por tanto donas do seu destino. Tudo isto por que, os espaços e o tempo foram reduzidos pelos meios de transporte, os meios de comunicação que facilitam o contato e a distancia entre um lugar e outro estando cada vez menor.

Neste novo cenário as antigas práticas de trabalho têm sido de fato aos poucos substituídas seja pela máquina ou pelo mercado, ambos, produto desta modernidade que se instala ofertando cada vez mais opção de facilidade à população. Mas por outro lado, verificou-se que há uma presença marcante das praticas da tradição que permanece visível em muitos lares sendo muitas vezes utilizada como reflexo contrário a modernidade. Estes episódios de disputa entre a modernidade e a tradição surgem no dia a dia não só no mundo do trabalho, mas também nas festas tradicionais onde as catiras, a cantiga e as comidas típicas são acompanhadas por refrigerantes como coca-cola, bebidas como cervejas e uso copos descartáveis, além dos conflitos causados por jovens que atrapalham os festejos religiosos com músicas eletrônicas com sons estridentes do seu carro.

Concluiu-se que os grupos familiares sofreram interferência no modo de vida, isto por que o acesso e o uso dos recursos naturais do cerrado diminuíram ao perderem suas terras e terem sua produção reduzida, bem como pelo desmatamento causado pela produção agrícola moderna que ocupa grandes áreas. Os papeis sociais foram alterados, as mulheres e os filhos é que na maioria dos casos tem sustentado a casa com trabalhos precários e os homens sofrem com o desemprego, trabalhos temporários e vivem bebendo, tudo isto interferiu na identidade dos membros da família ficando vulnerável a conflitos e violência dentro de casa. Entende-se que as atividades modernas não devem comprometer o cerrado e as práticas sociais que sustentam a vida da população local, neste sentido a sustentabilidade deve está relacionada com a qualidade de vida, justiça social e o equilíbrio ambiental. Para isto, é preciso que a sustentabilidade seja garantida pelo Estado em cada atividade moderna a ser implantada, nesta já deve incluir a posição e participação da população local. Assim compreendeu-se que a questão de gênero e ambiental embora haja política pública no Brasil, constatou-se que não basta ter para resolver os problemas, é preciso ter meios para garantir que estas questões sejam resolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWAL, B. Gender, environment, and poverty interlinks: Regional variação and temporal shifts rural Índia, 1971- 91. In **Word Developoment**, vol. 25, nº 1, PP. 23-52, 1997.

AGENCIA GOIÂNIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Planejamento Estratégico do Município de São João D'Aliança - GO**. Goiânia, 2006. Disponível em: <www.agdr.go.gov.br/index.php?idMateria=18570>. Acesso em: 22/11/2009.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: Posse comunal e conflito. In **Humanidades**, nº 15, Brasília: UnB, 1987.

ALMEIDA, R. A. **O saber camponês**. Monografia de graduação, DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1988.

_____. **Do Tempo da Terra Comum ao Espremimento**: estudo sobre a lógica e o saber camponês na Baixada Cuiabana. Dissertação de Mestrado, DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2005.

ALMEIDA, V. L. F. **Gênero, Memória e Meio Ambiente**: As Mudanças Ambientais na Comunidade de São João D'Aliança – GO. Monografia de Especialização em Educação e Gestão Ambiental, UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, Brasília, 2007.

ALMEIDA, V. L. F.; CHALUB-MARTINS, L. Relações de Gênero e Educação Ambiental no Projeto Mulheres das Águas. In: **IV Seminário Nacional da ANPPAS**, 2008, Brasília-DF. IV ENANPPAS - Trabalhos Completos, 2008. v. único.

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. **História da ocupação de Alto Paraíso**. Disponível em: <<http://www.alto.paraíso.nom.br/aparaíso/historia.htm>>. Acesso em: 23/07/2009.

ANDREATTO, E. et al. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Política, 1984.

BAIOCCHI, M. N. **Kalunga: povo da terra**. Brasília: Ministério da justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BARREIRA, C. C. M. A. **Região da estrada do boi**: usos e abusos da natureza. Goiânia:

Universidade Federal de Goiás, 1997.

_____. **Vão do Paranã**: a estruturação de uma região. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

BRANDÃO. C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1981.

_____. **Campesinato Goiano**; três estudos. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 1986.

_____. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

BEAUVOIR, S. **The Second Sex**. Translated by H M Parshley. Paris: Gallimard, 1949.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central**. 1998. Disponível em <www.paulobertran.com/bertran/história.php-11k>. Acessado em 10/02/2007.

BONNET, B. R. P.; FERREIRA, L. G.; LOBO, F. C. Sistema de Reserva Legal Extra-Propriedade no Bioma Cerrado: Uma Análise Preliminar no Contexto da Bacia Hidrográfica. In **Revista Brasileira de Cartografia**, nº 58/02, Agosto, 2006.

BONNET, B. R. P.; FERREIRA, N. C.; FERREIRA, L. G. Ampliação de Ambientes Ripários como Alternativa às Reservas Legais: Conciliando Política Florestal e Conservação dos Recursos Hídricos no Bioma Cerrado. In **Boletim Goiano de Geografia Goiânia** - Goiás - Brasil v. 27 n. 1 p. 97-115 ed. especial 2007.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITO, F. **A presença da revolução na agricultura Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1972.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO JÚNIOR, O. A. et.al. Análise de dados hiperespectrais em mina de manganês laterítico, São João da Aliança (GO). In **Revista Brasileira de Geofísica**, vol.25 nº 2, São Paulo: Apr./June, 2007.

CASTRO, A. Elementos Fundamentais da História do MST. In **História do MST**. Disponível em: <alissoncastro.sites.uol.com.br/historiadomst.htm>. Acesso em: 09/02/2010.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e Meio Ambiente**. Brasília: UNESCO, UNIFECEP, CORTEZ, 1997.

CEPAL. **Pobreza e desigualdade desde uma perspectiva de gênero**. Panorama social na America Latina: Separata, 2002-2003.

CHALUB-MARTINS, L. Projeto Mulheres das Águas: Uma experiência de luta pela conservação da vida no cerrado. In **Revista do Premio Ambiental Von Martius**, São Paulo-Alemanha, v.01, 2005, p. 10-25.

_____. Gênero e meio ambiente: por uma pedagogia do Re-Conhecimento. In **Anais do III Encontro da ANPPAS**. Brasília: ANPPAS, 2006.

_____. Mulheres das Águas e o Desenvolvimento Sustentável: reflexões sobre a prática. In **Participação** - Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, ano 8- nº 14-dez/2008 – ISSN 1677-1893, p. 23- 35.

CHANT, S. O género, urbanizacion y pobreza: El reto de los “hogares”. In **Economía, sociedade y território**. Julio-diciembre,año/vol.1, número 002. El Colégio Mexiquense, A.C. Toluca, Mexico, PP. 257-284, 1997.

CHAYANOV, Alexandre. Acerca de la teoria de los sistemas económicos no capitalistas In: PLAZA, Orlando (org). **Economia Campesina**. Lima: Desco, 1987.

CHILDE, V. G. **A evolução Cultural do Homem**. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan S.A., 1978.

CHODOROW, N. **Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos tempos, 2002.

COUTO, M. T. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 9, volume 16(1), 2005, p. 197-216.

CUCCHIARI, S. La revolución de género y La transición de La horda bisexual a La banda patrilocal: los Orígenes de La jerarquía de género. In **El Género; La construcción cultural de La diferencia sexual**. Programa Universidade de Estudios de Género. México, 2001.

CRULS, L. **Relatório da comissão exploratória do Planalto central**: relatório Cruls: edição especial do centenário da Missão Cruls 1892–1992. Brasília: Codeplan, 1992, 396 p.

DAMATA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

D'EAUBONNE, F. **Le féminisme ou La mort**. Paris: Pierre Horay, 1974.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo, Cortez, 1999.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. In **Act Amazônica**, VOL. 36(3) 2006: 395 – 400. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a18.pdf>>. Acesso em: 08/09/2009.

FERREIRA, K. C. S. **100 Anos de vida e História de Juscelino Kubitschek**. Brasília: Memorial JK, 2002.

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. In **Topoi**. Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332.

FONSECA, C. De família, Representação e parentesco: algumas considerações. In **Repensando as relações familiares**, CAD. Pagu (29): Campinas/SP: julho-dez/ 2007.

FONSECA, R. R. **Nos os Gaúchos do PAD/DF**, identidade e ocupação territorial no Distrito

Federal. Dissertação de Graduação de Antropologia da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Brasília, 1993.

FRANCO, J. L. A. Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930-1992). In **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, p.70-111, 2000.

FREIRE, G. **Casa – Grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1961.

GARCÍA, V.V. La recolección de plantas y la construcción genérica del espacio. Um estudo de Vera Cruz, México. In **Ra Ximhai**, septiembre-diciembre, vol. 3 nº 3, Universidade Autónoma Indígena de México, Mochicahui, el Fuerte, Sinaloa, PP. 805-825, 2007

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós?** São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2007.

GRIFFIN, S. **Women and nature**: The roaring inside her. San Francisco: Harper and Row, 1978.

GOMES, A.S. O.; GARCIA, V.V.; ESTRADA, M. M. La alimentación em México: enfoque e vision de futuro. In **Estudios Sociales**, enero-junio, p. 9-34, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEREDIA, A. M. B; GARCIA, M. F.; GARCIA JR. A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In **Mulheres na força de trabalho na America Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

IBGE. **Modernização da agricultura no sudoeste de Goiás**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Empresa Brasileira de Agropecuária: IBGE, 1982.

_____. **Censo Demográfico 2000**. 2000. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Municipios/>. Acessado em: 04/11/2006.

_____. **IBGE Cidades@**. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/TopWindow.htm?1>>. Acessado em 08/04/2007.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 24/06/2009.

IPEA. Igualdade de gênero. In **Políticas sociais – acompanhamento e análise**, fev. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/igualdade_genero.pdf>. Acesso em: 18/02/2008.

JACOBI, P. Meio Ambiente e Sustentabilidade: o complexo desafio da sustentabilidade. In **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Disponível em: <www.itcp.usp.br/.../Pedro%20Jacobi%20-20MEIO%20AMBIENTE%20E%20SUSTENTABILIDADE.doc>. Acesso em: 12/02/2010.

JUNIOR. C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KANDIYOITI, D. **La mujer em los sistemas de produccion rural: problemas e políticas**. Barcelona: Serbal/Unesco, 1986.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. S.. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. In **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(2): 595-604, 2009.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEAKEY, R. E. **A evolução da humanidade**. São Paulo: Melhoramentos; Circulo do livro S.A.; Universidade de Brasília. 1981.

Lei Maria da Penha. Lei no 11.340/2006 de 7 de agosto de 2006. - Coíbe a violência doméstica e familiar contra a Mulher. Brasília, 2006. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Presidência da República. In www.spmulheres.gov.br

Lei Orgânica Municipal: São João D'Aliança - Goiás. 1990. Mimeo.

LEFF, E. **Epsistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2002.

LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Ed. Nacional: Biblioteca Universitária, Série 2ª Ciências sociais, v. 31, 1976.

LIMA, E. M. **Caracterização geoambiental e econômica visando subsidiar as ações de planejamento e gestão no nordeste goiano.** 2002. Disponível em: <www.observatoriogeogoiias.com.br/ob,%20%/20martins.pdf>. Acessado em 02/01/07.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In **A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MACHADO, R. B. et. al. **Estimativas de perdas da área do cerrado brasileiro.** Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, Brasília, DF. Julho, 2004.

MACHADO, R. B; KLINK, C. A. A conservação do Cerrado Brasileiro. In **Megadiversidade**, v. 1, nº 1, junho 2005.

MAGALHÃES, P. C. O custo da água gratuita. In **Ciência Hoje**, v. 36, nº 211, dez. 2004, p 45-49.

MELLOR, M. **Feminism & Ecology.** New York: New York University Press, 1997.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil** - Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en America Latina y el Caribe. Brasília: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 2005.

MERCHANT, C. **The death of nature: Women, ecology and the scientific revolution.** San Francis&: Harper and rew, 1980.

MERTENS, F. et. al. Network Approach for Analyzing and Promoting Equity in Participatory Ecohealth Research. In **EcoHealth** 2, 113 –126, 2005.

MILHOMEM, A. V. Trabalho e condições sócio-econômicas no meio rural no estado de Goiás de 1960-2004. In **Revista de Economia da UEG**, Anápolis (GO), Vol.2, nº1, JAN/JUN-2006.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=498>>. Acessada em: 13/04/2006.

MOTTA, F. C. Administração e participação: reflexões para a educação. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, FEUSP, v. 10, n. 2, p. 199-206, jul./dez., 1994.

MOTTA, M. V. Conhecimento Camponês e Forças Produtivas: a fazenda goiana. In **Anuário Antropológico 81**. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

MST. **História do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em 10/02/2009.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação- as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In Santos, B.S. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NIETZSCHE, F. W. **Humano, demasiado humano**. Coleção grande obras do pensamento universal, Nº 42. São Paulo: Escala, 2006.

NOGUEIRA, J. M.; MEDEIROS, M. A. A.; ARRUDA, F. S. T.. **Valoração Econômica do Meio Ambiente: Ciência ou Empiricismo?** 1998. Disponível em: <<http://www.unb.br/face/eco/jmn/publicacoes/11ValoracaoEconomicadoMA.pdf>>. Acesso em: 25/05/2009.

O'CONNOR, j. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. In **Ambiente & sociedade**. Vol. VI nº 2 jun./dez 2003.

OLIVEIRA, M. L. R. Um olhar sobre os assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. In **CAMINHOS DE GEOGRAFIA**. Uberlândia; v. 6, n. 19 out/2006 p. 102-112.

ORTNER, S. B. Está a Mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In **A**

mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PERREIRA, J. V. C. Garimpeiros. In **Tipos e aspecto do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1966.

PIMENTA, S. D. C. Identidade em Trajetória: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In **Brasil. Ministério do desenvolvimento Agrário** (MDA), NEAD Especial, Brasília: MDA, IICA, 2006.

PIRES, M. J. S. A Soja na dinâmica do agronegócio goiano. In: **Revista Conjuntura Econômica Goiana.** Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, n.º6, novembro de 2005. 72p.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

PORTAL BRASIL. **O Cerrado Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/cerradocodigoflorestal.htm>>. Acesso em: 10/06/2009.

PORTAL DA CHAPADA. **Alto Paraíso de Goiás.** História da ocupação do município de Alto Paraíso. Disponível em: < <http://www.shopping1.radiologico.nom.br/aparaíso/historia.htm>> Acesso em: 12/07/2009.

QUINTAS, J. S. **Pensando e praticando a educação ambiental no processo de gestão ambiental:** uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: IBAMA, 2006.

RAGO, M. Ser mulher no século XXI: Ou carta de alforria. In **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

REZENDE, G. C. **Agricultura de grãos no Centro-oeste:** evolução recente, vantagens e o papel da política de preços mínimos. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão Nº 197, mimeo, 1990.

RODRIGUES, D. M. T.; MIZIARA, F.. **Expansão Da Fronteira Agrícola:** A Intensificação Da Pecuária Bovina No Estado De Goiás. Goiânia, GO, Brasil, Pesquisa Agropecuária Tropical, ISSN 1517-6398 v. 38, n. 1, p. 14-20, mar. 2008.

ROJAS, M. H. Trabalhando com conservação com base comunitária e enfoque de gênero. In **Gênero, participação comunitária e manejo dos recursos naturais**. Nº 3, junho, 2000. Disponível em: <<http://www.tcd.ufl.edu>>. Acesso em: 20/12/2008.

SÀ, L. M. **O pão da terra**: propriedade comunal e campesinato livre na baixada Ocidental Maranhense. São Luis: EDUFMA, 2007.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAWYER, D. Gênero e meio ambiente. In **Relatório da I Oficina Gênero e Meio Ambiente**. Brasília: DIFID/UNIFEM, 2003.

SCOTT, J. Preface a gender and politics of history. In **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas/SP, 1994.

_____. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (compiladora). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. PUEG, México, 1996, p.265-302.

SCHAEFFER, R. P. G. E. Derrubada. In **Tipos e aspecto do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1966.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR - MDA. **Crédito Rural do Pronaf**. 2010. Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acessado em 15/02/2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES: Presidência da Republica. **Central de atendimento a mulher**. Brasília, 2006.

_____. **II Plano Nacional de políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008.

_____. **CONVENÇÃO Nº 111/1958**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/portugue/region/ampro/brasil/infra/download/convencao111.pdf>>. Acesso em: 12/12/2009.

SHIVA, V. Os sistemas 'desaparecidos' do conhecimento. In **Monocultura da mente**. Trumpeter: Vol 10, Nº 4, 1993.

SILIPRAND, E. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese de doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2009.

SILVA, J. G. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVA, N. R. G. **A participação da comunidade na gestão escolar**: dádiva ou conquista? Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewFile/195/192>>. Acesso em: 18/02/2010.

SOUSA, E. C. Boiadeiro. In **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Conselho editorial de Geografia, 1966.

SUERTEGARAY, D. M. A. Agronegócio e a desertificação no Brasil. In **Ciência Hoje**, v.36, n 211, dez. 2004, p. 50-53.

SUNKEL, O. **La dimensión em los estilos de desarrollo de America Latina**. CEPAL; NUMA, Porto Alegre, 1981.

TEIXEIRA, R. A.; BARREIRA, C. C. M. A. Formosa: portal do nordeste goiano ou um pólo regional no entorno de Brasília? In **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 19 (1): 185-197, jun. 2007.

TEIXEIRA, R. A.; RIGONATO, V. D.. GOIÁS: **UMA FRONTEIRA EM CONSTANTE MUTAÇÃO?** Publicado originalmente em: texto mimeo gentilmente cedido pelos autores. 2003. Disponível em: Observatório Geográfico do Goiás.

VENTURI, G.; RECAMÀN, M. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIEIRA, N. M. **Caracterização da cadeia produtiva da soja em Goiás**. Dissertação de mestrado do Departamento Engenharia de Produção: Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

WARREN, Karen J. **Ecological Feminist Philosophies: An Overview of the Issues**.

Disponível em:<http://jan.ucc.nau.edu/~dss4/Warren-1pdf>>. Acesso em: 20/02/2009.

WIKIPEDIA.ORG. São João d'aliança – GO. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_d'Alian%C3%A7a>. Acesso em: 23/07/2009.

WOORTMANN, E. F. O Sítio Camponês. In **Anuário Antropológico/81**. Brasília: EdUnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

WOORTMANN, E. F. O ambiente E A Mulher: O Caso do Litoral do Rio Grande do Norte, Brasil. In **Respeito à diferença - Uma introdução à Antropologia**. Brasília: CESPE/UnB, 1992.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

WOORTMANN, K. **A família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Brasília: CNPQ, 1987.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.